Modelos de Gobernabilidad Democrática para el Acceso al Agua en América Latina

AVINA

Modelos de Gobernabilidad Democrática
para el Acceso al Agua en América Latina

Publicado por Fundación AVINA en agosto 2011
www.avina.net

Autores de los capítulos
Pablo Vagliente (Introducción),
Emilio Ochoa, Lil Soto y Paula Burt,
Catarina de Angola
Luciana Ruiz

Coordinación General
Pablo Vagliente

Supervisión técnica y edición
Lil Soto
Paula Burt
Pablo Vagliente
Raúl Gauto
Telma Rocha

Fotografías
AHJASA
Eduardo Queiroga
FARN
Leonardo Gollenaga
Lil Soto
Pablo Cambronero
Paula Burt
Roberta Guimaraes

Diseño y diagramación
Celeste Prieto

Traducciones
SET Idiomas, Córdoba, Argentina,
info@set-idiomas.com.ar

© Fundación AVINA, 2011
© Prefacio Elinor Ostrom

Se autoriza la reproducción total o parcial de este documento siempre y cuando se cite la fuente y se notifique a las oficinas de AVINA (acceso.agua@avina.net).

Modelos de Gobernabilidad Democrática para el Acceso al Agua en América Latina

Prefacio de la Dra. Elinor Ostrom. Premio Nobel de Economía

Governance Models for Access to Clean Water in Latin America.
Preface by Dr. Elinor Ostrom, Nobel Prize in Economics

Modelos de Governabilidade Democrática para Acesso á Agua na América Latina
Prefácio pela Dra. Elinor Ostrom, Prêmio Nobel da Economía

AVINA

índice

Prefacio **7**
Por Dra. Elinor Ostrom, Premio Nobel de Economía

Introducción **9**
Por Pablo Vagliente

Modelo 1: Organizaciones Comunitarias de Servicios de Agua y Saneamiento **21**
Por Emilio Ochoa, Lil Soto y Paula Burt

Modelo 2: Articulación social y tecnologías para el acceso al agua **53**
Por Catarina de Angola

Modelo 3: Control Social para Políticas Públicas Institucionalizadas **83**
Por Luciana Ruiz

AVINA

Prefácio

Este livreto é uma importante contribuição à literatura sobre modelos alternativos de governança para promover o acesso a agua potável na América Latina. Dado os múltiplos fatores ecológicos, econômicos e sociais que afetam a quantidade, a confiabilidade e o custo de fornecimento de agua potável às populações urbanas e rurais em toda a América Latina, este livreto sabiamente discute várias formas de alcançar esses objetivos.

É importante para os leitores da América Latina assim como de qualquer outra parte do mundo, aprender mais sobre as Organizações Comunitárias que fornecem Serviços de Água (OCSAS). Esses serviços essenciais prestados por essas OCSAS são raramente discutidos nos livros relacionados com os modelos de governabilidade local na América Latina, apesar dessas organizações fazerem uma imensa diferença na vida de milhares de cidadãos. Não apenas estas organizações prestam serviços essenciais de acesso a agua, como também ajudam que os cidadãos que participam da criação e administração das mesmas ganhem habilidades cruciais para alcançar a auto-gestão numa escala local. Essas lições podem ser depois aplicadas para resolver outros problemas públicos em múltiplas escalas.

Permitam-me felicitar a AVINA por elaborar este importante livreto e por seu criativo trabalho de colocar juntos participantes de toda a América Latina para aprender uns com os outros sobre como melhorar a estrutura e a operação de milhares de Organizações Comunitárias de Agua que têm resolvido problemas e desafios tão difíceis. Eu certamente aprendi muitíssimo a partir das conversas com os colegas da AVINA e ao ler este livreto.

Elinor Ostrom
Bloomington, 21 de Agosto del 2011

Preface

This booklet is an important addition to the literature on alternative governance models to promote access to clean water in Latin America. Given the multiple ecological, economic, and social factors that affect the quantity, reliability, and cost of providing clean water to urban and rural populations across Latin American, this booklet wisely discusses multiple ways of achieving these objectives.

It is important for readers within Latin American and elsewhere across the world to learn more about Community Water Boards (CWB). The essential services provided by CWB across Latin American are not discussed in many textbooks on local government in Latin American even though they make an immense difference in the lives of millions of citizens. Not only do they provide essential water services, but citizens who participate in the formation and management of a CWB gain crucial skills related to achieving self-governance at a local scale. These lessons can be applied to solving other public problems at multiple scales.

Let me congratulate AVINA for preparing this important booklet and for its creative work in bringing together participants from all over Latin America to learn from each other and to improve the structure and operation of the thousands of CWBs that have solved such difficult and challenging problems. I have certainly learned a great deal from discussions with AVINA colleagues and from reading this booklet.

Elinor Ostrom
Bloomington, 21 de Agosto del 2011

Prefacio

Esta publicación es una importante contribución a la literatura acerca de los modelos de gobernanza alternativa para promover el acceso a agua segura en América Latina. Dados los múltiples factores, ecológicos, económicos y sociales, que afectan la cantidad, la confiabilidad y el costo de proveer agua segura a poblaciones urbanas y rurales a lo largo de Latinoamérica, esta publicación discute sabiamente las múltiples maneras de lograr estos objetivos.

Es importante para los lectores dentro del continente Americano, así como de cualquier otra parte del mundo, aprender más acerca de las Organizaciones Comunitarias que proveen Servicios de Agua y Saneamiento (OCSAS). Los servicios esenciales proveídos por dichas OCSAS son raramente discutidos en libros relacionados con los modelos de gobernabilidad local en América Latina, a pesar de que ellos hacen una enorme contribución positiva en la vida de millones de ciudadanos de la región. Estas organizaciones no solamente proveen servicios esenciales de acceso al agua, sino que también ayudan a que los ciudadanos, que participan en la creación y administración de las mismas, ganen habilidades cruciales para lograr el auto-gobierno al nivel local. Estas lecciones pueden después ser aplicadas a resolver otros problemas públicos en múltiples escalas.

Permítanme felicitar a AVINA por haber preparado esta importante publicación y por su creativo trabajo en congregar a participantes de todo el continente para aprender el uno del otro acerca de las formas de mejorar la estructura y la operación de miles de OCSAS que han resuelto tan difíciles y desafiantes problemas. Yo he aprendido muchísimo de las discusiones con los colegas de AVINA y de haber leído esta publicación.

Elinor Ostrom

Bloomington, 21 de Agosto del 2011

Introdução

Três modelos de governabilidade democrática para o acesso à água na América Latina.

Uma das Metas do Milênio estabelece que, até final de 2015, deverá ter sido reduzida à metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e aos serviços básicos de saneamento no mundo. Os governos têm procurado garantir esta meta desde que foi acordada, no ano 2000, mas de forma desigual segundo os países. Porém, não é um compromisso limitado apenas ao setor estatal. Tanto as empresas quanto a sociedade civil organizada podem contribuir significativamente para facilitar, de forma criativa, o acesso à água e ao saneamento.

A Fundación AVINA é ciente dessa possibilidade, já que com mais de uma década de trabalho junto a centenas de líderes sociais e empresariais na América Latina, impulsionou, a respeito da água, numerosas iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento sustentável dos rios, das bacias e das costas.

A partir da aprendizagem dessa experiência compartilhada, em 2009, a instituição decidiu ter como alvo o acesso à água potável para milhões de cidadãos da região, que ainda não contavam com este recurso nas suas moradias e decidiu fazê-lo de uma maneira particular: identificando, conhecendo, apoiando e promovendo diferentes modelos que garantissem uma governabilidade democrática da água.

Talvez este conceito chame a atenção. Na América Latina, pelo menos desde o restabelecimento da democracia nos anos '80, as reflexões sobre a governabilidade democrática têm estado associadas ao âmbito acadêmico e ao setor público estatal, com contribuições geralmente originadas na ciência política. Portanto, não é comum falar sobre a "governabilidade democrática da água", nem compreender que a sociedade civil possa alimentá-la. Nesta publicação, queremos explicitar o que nós entendemos por este conceito e os modelos que identificamos inicialmente, assim como apresentar três casos para demonstrar sua viabilidade e alcance.

Introduction

Three democratic governance models promoting water accessibility in Latin America

One of the Millennium Development Goals is to halve the size of the world population without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation by 2015. Since 2000, when this goal was agreed, governments have made efforts toward its accomplishment, although unevenly among countries. However, the fulfillment of this goal is not limited to governments only. Civil society and the private sector can make significant and creative contributions to facilitate water accessibility and sanitation.

The Fundación AVINA is well aware of this potential, for it has driven many initiatives together with hundreds of social and entrepreneurial leaders over the past decade, to promote the sustainable development of basins, rivers and coasts. Since 2009, as a result of this shared experience, the Foundation has decided to focus on sustainable access to safe drinking water for millions of citizens in this region where domestic water systems are still lacking. And it has opted for a distinctive way of doing so, by identifying, understanding, supporting and promoting different models which ensure the democratic governance of water.

This concept may sound odd. In Latin America, at least since the re-establishment of democracy throughout the 1980's, the idea of democratic governance has been linked to the academic field and the public sector, owing most of these contributions to Political Science. Therefore, it is not common to talk about the "democratic governance of water", nor is it to understand that civil society can drive it. In this publication, we aim to specify the concept´s meaning from our perspective as well as the different models we have initially identified. We will also present three cases demonstrating its viability and its reach.

The history of this idea reveals such a high number of different definitions and interpretations that it became elusive and unclear. Although the best-known use of this concept links governance to a given state's political and institutional stability – namely its

Introducción

Tres modelos de gobernabilidad democrática para el acceso al agua en América Latina

Una de las Metas del Milenio establece que para el final del año 2015 se deberá haber reducido a la mitad la proporción de personas sin acceso sostenible al agua potable y a servicios básicos de saneamiento en el mundo. Desde que se acordó esta meta, en el año 2000, los esfuerzos de los gobiernos han buscado asegurarla, aunque de manera desigual según los países. Sin embargo, no es un compromiso limitado sólo al sector estatal; tanto las empresas como la sociedad civil organizada pueden contribuir significativamente a facilitar, de manera creativa, la accesibilidad al agua y al saneamiento.

Fundación AVINA es conciente de esa posibilidad, ya que con más de una década de trabajo junto a centenares de líderes sociales y empresariales en América Latina, impulsó, respecto del agua, numerosas iniciativas destinadas a fomentar el desarrollo sustentable de los ríos, cuencas y costas. Como aprendizaje de esa experiencia compartida, desde 2009 decidió focalizar su mirada en el acceso al agua potable para millones de ciudadanos de la región que aún no cuentan con el recurso en sus hogares. Pero decidió hacerlo de una manera particular: identificando, conociendo, apoyando y promoviendo distintos modelos que aseguren una gobernabilidad democrática del agua.

Da história do conceito surgere um número tão grande de definições e interpretações o que ele acabou resultando vago e confuso. O uso mais conhecido do termo associa governabilidade a estabilidade institucional e política de um Estado, quer dizer, a sua capacidade para gerar e manter regras e instituições. Porém, há muito tempo que o enfoque foi ampliado de forma significativa, para marcar esta "governance" como algo próprio do entrelaçamento interdependente dos atores governamentais, da sociedade civil e do setor privado comercial, tanto em nível local quanto nacional e internacional. Ou seja, nas sociedades complexas, a gestão eficaz e eficiente não pode depender apenas das capacidades do ator estatal, mas, pelo contrário, da capacidade de criar e sustentar redes multissetoriais de atores estratégicos.

Como esta diversidade supõe, em essência, perspectivas diferentes, esta governabilidade não só deve garantir a capacidade de gestão e coordenação, mas também, uma resolução de conflitos criativa e positiva dentro destas redes e instituições. No século XX, nossos países da América Latina aprenderam uma lição, de que a nossa incapacidade para resolver dilemas políticos e sociais nos levou a aceitar "soluções" autoritárias com base em uma governabilidade ilegítima, que ignorou o componente democrático.

Não se trata de qualquer tipo de governabilidade, mas daquela que contribua claramente a aprofundar a aperfeiçoar nossas bases democráticas, para evitar a regressão autoritária e melhorar o desempenho econômico, político e social das nossas sociedades. Isto contribui, de forma evidente, para a redução do custo de transação em nossas sociedades, permitindo fazer muitas coisas mais com os mesmos recursos.

Por uma governabilidade democrática da água

A agenda pública da água é uma das que apresenta maiores desafios para a construção de acordos estáveis. Mais ainda quando no seio da ONU, em 2010, a comunidade internacional aceitou declarar o Direito à Água Potável e ao Saneamento, como um direito humano essencial para o pleno gozo da vida, o qual constituiu um avanço inquestionável. Esta decisão política proporciona um marco sem igual para a efetivação desse direito humano através da governabilidade democrática da água.

ability to create and maintain rules and institutions –, its meaning has extended considerably. Nowadays, governance is considered as an attribute produced by the cooperative interweaving of governmental actors, civil society and the private sector, at the local, national and international levels. In other words, effective and efficient administration in complex societies cannot rely solely on the public sector's competences, but must result from the ability to create and support multi-sector networks of strategic actors. Since this interpretation implies many different approaches, governance must ensure not only satisfactory management and coordination skills, but also creative and positive ways of conflict-solving within networks and institutions. As far as we have learned from the past 20th century in Latin American countries, our failure to resolve social and political challenges has led us to disregard democratic principles and accept dictatorial "solutions" based on illegitimate governance.

It is clear, therefore, that this is not just any kind of governance, but one that will clearly contribute to strengthen and hone our democratic foundations, so as to avert any risk of authoritarian relapses and improve our societies' economic, political and social performance. This also clearly aids the reduction of transactional costs within our societies, allowing for many more things to be done using the same resources.

Toward a democratic governance of water

The public agenda for water is one of the most challenging in terms of creation of enduring agreements. All the more so when in 2010 the international community, gathered at the United Nations (UN), recognized access to clean water and sanitation as a human right essential to the full enjoyment of life. This is undoubtedly a step forward, for this political decision offers an unprecedented framework to realize this human right by means of the democratic governance of water.

How could we define this concept? What are its components? For the Fundación AVINA, speaking of the democratic governance of water (hereinafter referred to as DGW) entails bolstering fairness, as well as a responsible and active citizen involvement in the pursuit of agreements between diverse actors in order to

Quizás llame la atención este concepto. En América Latina hablar de gobernabilidad democrática ha estado asociado, al menos desde el restablecimiento de la democracia en los años '80, al ámbito académico y al sector público estatal, con aportes generalmente originados en la ciencia política. Por lo tanto, no es común hablar de la "gobernabilidad democrática del agua", ni tampoco comprender que la sociedad civil pueda alimentarla. En esta publicación queremos explicitar lo que entendemos por este concepto, los modelos que hemos identificado inicialmente, y presentar tres casos para mostrar su viabilidad y alcance.

La historia del concepto señala que se ha dado lugar a tan profusa cantidad de definiciones e interpretaciones que terminó resultando elusivo y confuso. Si bien el uso más conocido asocia la gobernabilidad a la estabilidad institucional y política de un Estado —es decir, a su capacidad para generar y sostener reglas e instituciones— hace tiempo que el enfoque se amplió considerablemente, para marcar esta "governance" como algo propio del entrelazamiento interdependiente de actores gubernamentales, de la sociedad civil y del sector privado mercantil, tanto a nivel local como nacional e internacional. Es decir, en sociedades complejas, la gestión eficaz y eficiente no puede depender sólo de las capacidades del actor estatal, sino más bien de la capacidad de crear y sostener redes multisectoriales de actores estratégicos.

Como esta diversidad supone necesariamente perspectivas diferentes, esta gobernabilidad no sólo debe asegurar capacidad de gestión y coordinación, sino además, una creativa y positiva resolución de conflictos dentro de esas redes e instituciones. Si una lección hemos aprendido en los países de América Latina en el siglo XX ha sido que nuestra incapacidad para resolver dilemas político-sociales nos llevó a aceptar "soluciones" autoritarias sobre la base de una gobernabilidad ilegítima, al desconocer el componente democrático.

No se trata de cualquier tipo de gobernabilidad entonces, sino de aquella que contribuya claramente a profundizar y perfeccionar nuestras bases democráticas, para evitar regresiones autoritarias y para mejorar el desempeño económico, político y social de nuestras sociedades. Esto contribuye claramente a la reducción del costo de transacción en nuestras sociedades, permitiendo hacer muchas más cosas con los mismos recursos.

Como poderíamos entender então este par conceitual? Quais os elementos que o compõem? Para a Fundación AVINA, falar sobre a Governabilidade Democrática da Água (doravante GDA) é promover a equidade e a participação responsável e ativa da cidadania organizada na procura de acordos entre diversos atores, para garantir o acesso sustentável e equitativo a serviços de água e saneamento na América Latina.

Quando a Fundación AVINA fala sobre a GDA, enfatiza a capacidade de uma sociedade para determinar o tipo e o rumo das mudanças que espera atingir, assim como a maneira como o faz, promovendo a equidade e a participação responsável e ativa da cidadania, organizada com base em acordos entre os diversos atores, para garantir o acesso sustentável e equitativo aos serviços de água.

A GDA supõe o máximo respeito pela pessoa humana e sua dignidade, ao permitir-lhe uma intensa participação na tomada de decisões e conceder-lhe uma grande responsabilidade na colaboração e cooperação. Uma das metas de toda GDA é dar poder à cidadania, especialmente aos setores mais desfavorecidos.

Na prática, a GDA se manifesta de várias maneiras, com diferentes componentes, estruturas, formas de organização, custos e sistemas de fornecimento de acesso à água, mas todas elas têm como base e fator comum o fato de constituir uma clara expressão dos mecanismos democráticos de tomada de decisão e de responsabilidade para os setores mais vulneráveis do continente.

O seguinte quadro resume os componentes básicos e complementares para compreender o alcance desta definição.

safeguard sustainable and equitable access to clean water and sanitation services in Latin America.
When the Fundación AVINA refers to the DGW it emphasizes a given society's ability to choose the way of accomplishing the improvements it wishes for. It also highlights what the chosen scheme is: aiming to promote a responsible and active involvement of citizens, in the pursuit of agreements between diverse actors in order to safeguard sustainable and equitable access to clean water.

The DGW represents the highest regard for the human person and his/her dignity, for it allows people to participate intensively in the decision making process, as well as giving them a high degree of responsibility in terms of collaboration and cooperation. The empowerment of citizens, especially of the less-favored ones, is one of the DGW's main goals.

In practice, the DGW appears in multiple forms, with different elements, structures, organizational schemes, costs and water supply systems. But they all share the common basic feature of being a clear example of democratic decision-making mechanisms, and of responsibility for the less-favored population in the continent.

The following chart summarizes the model's basic and complementary components and explains the scope of the DGW's definition.

Bases fundamentais do modelo	Aspectos complementares
• Privilegiar o acesso à água para consumo humano. • Incluir a participação cidadã na tomada de decisões, de maneira que a governabilidade seja democrática, legítima e representativa. • Cumprir com as condições de sustentabilidade. • Permitir a replicabilidade, adaptando-se conforme o contexto local/ nacional.	• Não procurar a substituição da responsabilidade do Estado. • Respeitar a diversidade e a interpretação cultural do "valor" da água (perspectiva de interculturalidade). • Incorporar todas as alternativas de vinculação entre os diferentes setores sociais, empresariais e públicos. • Favorecer iniciativas de incidência em políticas públicas para promover a GDA.

Bases of the model	Complementary aspects
• To prioritize access to water for human consumption. • To include citizenry involvement in decision-making, resulting in a democratic, legitimate and representative governance. • To observe sustainability conditions. • To be replicable, with the corresponding adjustments according to local and national contexts.	• To avoid substituting state´s responsibility. • To respect the diversity of cultural understandings of the "value" of water (intercultural focus). • To include all alternatives of association between the social, entrepreneurial and public sectors. • To promote public policy advocacy initiatives related to the DGW.

Três modelos, entre outros

A partir desta definição de GDA, a Fundación AVINA identificou três modelos bem-sucedidos que respondem a estas premissas. O primeiro deles tem uma longa tradição social no continente, já que faz parte da história do cooperativismo e do associacionismo em geral, que, pelo menos desde o século XIX, tem se desenvolvido na América Latina. É aquele que representa a união de grupo mais simples: organizar-se e associar-se com vistas a um objetivo comum, neste caso, o fornecimento do serviço de água para uma comunidade. Esta ação social recebe diferentes nomes conforme o país (cooperativas de água, juntas de água, comitês de água e saneamento, aquedutos comunitários), mas todos eles, finalmente, fazem referência a uma base comum, e é que constituem OCSAS: Organizações Comunitárias para o Serviço de Água e Saneamento.

Como bem indica o capítulo 1, as bases democráticas a partir das quais são constituídas estas organizações comunitárias são sua marca mais relevante. Algumas das grandes vantagens que apresenta este modelo de gestão e auto-gestão são: escolher suas próprias autoridades de forma periódica, prestar contas junto a seus associados, participar e ter, cada um dos associados, voz e voto para exprimir suas opiniões, aplicar mecanismos de preservação destes princípios democráticos, etc. Quando está em jogo um recurso vital como a água, e quando se trata de serviços que têm um custo para a cidadania, as regras democráticas constituem-se em garantias para todos os atores envolvidos. No entanto, isto não se cumpre necessariamente da mesma forma e da melhor maneira em cada país e cidade, e por isso, nas últimas décadas, tem sido relevante a aquisição de aprendizagem democrática.

Three models, among others

By using this definition of the DGW, the Fundación AVINA has identified three successful models which meet the aforementioned conditions. The first of these models belongs to a longstanding social tradition in the continent, stemming from the history of Cooperativism and Associativism in general, which in Latin America dates back as far as the 19th century. It expresses the simplest way of forming a group, that is, to organize a partnership in pursue of a common goal, which in this case is supplying water to a community. This type of social action bears different names across different countries (water cooperatives, water and sanitation committees, community aqueducts) but generally speaking they all have something in common: they are CWBs, Community-driven Organizations for Water Supply and Sanitation Services.

As stated in Chapter 1, the democratic foundations upon which these communities were shaped are also their distinctive characteristic. Some of the most significant advantages of this mode of administration (and self-administration) are the periodical election of their own authorities, the duty to be held accountable to all associates, the ability of each associate to participate and have a voice and a vote to express his or her opinions, and the enforcement of safeguard mechanisms to protect these democratic principles, among others. When a vital resource such as water is at stake, and when it is costly for citizens, these democratic rules become guarantees for all the actors involved. Nonetheless, they do not necessarily work similarly or in the best way in every country and city, which explains the enormous amount of democratic learning we have been experiencing regionally over the last decades.

Por una gobernabilidad democrática del agua

La agenda pública del agua es una de las que presenta mayores desafíos para la construcción de acuerdos estables. Más aún cuando en el seno de la ONU en el 2010, la comunidad internacional aceptó declarar el Derecho al Agua Potable y al Saneamiento como un derecho humano esencial para el pleno disfrute de la vida, lo que constituyó un avance incuestionable. Esta decisión política brinda un marco inmejorable para efectivizar aquel derecho humano de la mano de una gobernabilidad democrática del agua.

¿Cómo podríamos entender entonces este par conceptual? ¿Qué elementos lo componen? Para Fundación AVINA, hablar de Gobernabilidad Democrática del Agua (en adelante GDA) es fomentar la equidad y la participación responsable y activa de la ciudadanía organizada en la búsqueda de acuerdos entre actores diversos, para garantizar el acceso sostenible y equitativo a servicios de agua y saneamiento en América Latina.

Cuando Fundación AVINA habla de GDA hace hincapié en la capacidad de una sociedad para determinar el carácter y el rumbo de los cambios que espera lograr y también en la manera en que lo hace, fomentando la equidad y la participación responsable y activa de la ciudadanía, organizada sobre la base de acuerdos entre actores diversos, para garantizar el acceso sostenible y equitativo a servicios de agua.

La GDA supone un máximo respeto por la persona humana y su dignidad al permitirle, por un lado, una intensa participación en la toma de las decisiones, y por el otro, una intensa responsabilidad en la colaboración y cooperación. Empoderar a la ciudadanía, especialmente los sectores más desfavorecidos, es una de las metas de toda GDA.

En la práctica, la GDA se manifiesta de múltiples formas, con diferentes componentes, estructuras, formas de organización, costos y sistemas de provisión de acceso al agua, pero todos tienen como base y factor común: ser una clara expresión de los mecanismos democráticos de toma de decisión y de responsabilidad hacia los sectores más vulnerables del continente.

El siguiente cuadro resume los componentes básicos y los complementarios para comprender el alcance de esta definición.

O capítulo 2 indica outra maneira de conjugar as virtudes democráticas com a organização social comunitária. Ao revisar o caso apresentado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro, ASA, encontramos componentes de grande valia para gerar articulação e mobilização social em nível local, com o consequente empoderamento dos habitantes da comunidade. Esta mobilização social, junto com a apropriação de uma solução tecnológica, como a cisterna, faz com que, além de oferecer simplesmente o serviço de coleta de água de chuva, consideremos uma proposta focada no desenvolvimento local genuíno. A organização em torno de um melhor abastecimento da água resulta, desta forma, em uma boa justificativa para mobilizar com eficácia a comunidade, envolvendo-a na deliberação cívica pública.

Chapter 2 offers examples of alternative ways to combine the benefits of democratic virtues with community-based organizations. The case of the Brazilian Semi-Arid Region NGO Network (ASA by its local acronym) illustrates many valuable elements concerning social cooperation and mobilization at a local level, resulting in community empowerment. Hand-in-hand with the adoption of a technological solution such as that of the concrete slab cisterns, this social mobilization process leads us beyond simple rainwater collection, for it presents us the picture of a genuine local development initiative. Getting organized to ensure a better water supply serves as a good excuse to effectively mobilize the community in terms of civic engagement and public deliberation.

Um modelo diferente de GDA é incluído no capítulo 3. Aqui se destaca como é possível ampliar o acesso à água e sonhar com um ambiente mais saudável para toda a cidadania, utilizando os incentivos constitucionais do Estado de Direito. Descreve-se de que maneira um conjunto de organizações sociais da Argentina foi gerando, ao longo de vários anos, uma proposta de

Chapter 3 lays out a different model of DGW. It shows how the reins of power can be used in a constitutional system built upon the rule of law, to extend access to clean water and dream of a healthier environment for the entire citizenry. It describes how a group of Argentine social organizations developed, over many

Bases fundamentales de un modelo de GDA	Aspectos complementarios
• Que privilegie el acceso al agua para consumo humano. • Que incluya la participación ciudadana en la toma de decisiones, de manera que la gobernabilidad sea democrática, legítima y representativa. • Que cumpla con las condiciones de sustentabilidad. • Que pueda ser replicable, adaptándose según el contexto local/nacional.	• Que no busque sustituir la responsabilidad del Estado. • Que respete la diversidad e interpretación cultural del "valor" del agua (perspectiva de interculturalidad). • Que incorpore todas las alternativas de vinculación entre los distintos sectores sociales, empresariales y públicos. • Que favorezca iniciativas de incidencia en políticas públicas para promover la GDA.

Tres modelos, entre otros

A partir de esa definición de GDA, Fundación AVINA identificó tres modelos exitosos que responden a estas premisas. El primero de ellos tiene larga tradición social en el continente, ya que se inscribe en la historia del cooperativismo y del asociacionismo en general, que viene desarrollándose en América Latina al menos desde el siglo XIX. Es el que expresa la unión grupal más simple: organizarse y asociarse con vistas a un objetivo común, en este caso, la provisión del servicio de agua para una comunidad. Esta acción social recibe diferentes nombres según el país (cooperativas de agua, juntas de agua, comités de agua y saneamiento, acueductos comunitarios), pero todos en definitiva, aluden a una base común, y es que son OCSAS: Organizaciones Comunitarias para el Servicio de Agua y Saneamiento.

Como bien señala el capítulo 1, las bases democráticas a partir de las cuales se conforman estas organizaciones comunitarias son su marca más relevante. Algunas de las grandes ventajas que presenta este modelo de gestionar y gestionarse son: elegir sus propias autoridades de manera periódica, rendir cuentas ante sus asociados, participar y tener, cada uno de los asociados, voz y voto para expresar sus opiniones, aplicar mecanismos de resguardo de estos principios democráticos, etc. Cuando está en juego un recurso vital como el agua y cuando son servicios que tienen un costo para la ciudadanía, las reglas democráticas revisten el carácter de garantías para todos los actores involucrados. Sin embargo, esto no necesariamente se cumple del mismo modo y de la mejor manera en cada país y ciudad, y es lo que explica el enorme aprendizaje democrático que estamos adquiriendo en las últimas décadas en la región.

incidência em políticas públicas através do "litígio estratégico". Elas realizaram uma petição à Corte Suprema de Justiça da Argentina, muito completa e documentada, de indenização ambiental diante dos estragos causados por diversos atores no âmbito de uma bacia urbana (Matanza-Riachuelo, em Buenos Aires), para que a cidadania pudesse contar não só com uma parada completa dos processos de contaminação ambiental, mas também com a reparação do dano ocasionado. A aliança dessas organizações com os habitantes afetados foi feita de forma acordada e democrática. O que fala por si só da audácia e da inteligência desta estratégia é que o recurso foi apresentado junto à Corte Suprema e que ela, aceitando o pedido, proferiu uma Sentença histórica, pela qual o resolveu, obrigando os governos nacional, provincial e local a estar coordenados para instrumentar uma política pública que atenda as reclamações dos cidadãos. Na atualidade, a governabilidade democrática que impulsionam estas organizações envolve o controle e monitoramento de um plano integral de saneamento da bacia, que inclui monitorar o grau de cumprimento da meta (exigida pelo juiz de controle) de gerar uma cobertura de 100% no acesso à água para a população residente na área da bacia.

Em resumo, através desta leitura, poderemos conhecer três modelos diferentes para o acesso à água e ao saneamento, assim como para sua gestão democrática, presentes na América Latina. Todos eles contribuem para melhorar efetivamente a qualidade de vida de nossas sociedades, tornando-as totalmente dignas.

years, a form of public advocacy based on "strategic litigation". They drew up a well-founded and documented petition to the Argentine Supreme Court, demanding environmental compensation for the devastation caused by multiple actors within a heavily urbanized river basin named Matanza-Riachuelo located in the Buenos Aires province. Their aim was not only to completely stop the polluting processes, but also to provide citizens with a compensation for the damage already done. A democratic and consensual alliance was forged between these organizations and the affected neighbors. The decision to present this petition directly to the Supreme Court illustrates the audacity and intelligence behind the strategy. The Court accepted the petition and issued a historic ruling which sentenced the national, provincial and local governments to coordinate their efforts towards the implementation of a public policy in favor of the plaintiff citizens. Today, the democratic governance which these organizations foster entails controlling and supervising a comprehensive basin cleanup plan. It also requires monitoring the degree of fulfillment of a judge-related demand to achieve the expansion of the water and sanitation network in order to provide access to clean water for 100% of the basin´s resident population.

In short, this book will allow us to discover three different models aiming to promote sustainable access to safe drinking water and basic sanitation. They all come from Latin America and can effectively contribute to the improvement of the quality of life in our societies, making them really worthy.

El capítulo 2 señala otra manera de conjugar las virtudes democráticas con la organización social comunitaria. Cuando se revisa el caso que nos plantea la Asociación del Semiárido de Brasil, ASA, encontramos componentes valiosos para generar articulación y movilización social a nivel local, con el consiguiente empoderamiento vecinal. Esta movilización social, de la mano de la apropiación de una solución tecnológica como la cisterna, nos lleva más allá de simplemente ofrecer recolección de agua de lluvia, ya que nos invita a ver una propuesta enfocada en el desarrollo local genuino. Organizarse en torno a un mejor aprovisionamiento del agua resulta, así, una buena excusa para movilizar eficazmente a la comunidad alrededor de la deliberación cívica pública.

Un modelo diferente de GDA es el que está contenido en el capítulo 3. Aquí se destaca cómo se puede ampliar el acceso al agua y soñar con un ambiente más sano para toda la ciudadanía utilizando los resortes constitucionales del Estado de Derecho. Se describe cómo un conjunto de organizaciones sociales de Argentina fue generando a lo largo de varios años una propuesta de incidencia en políticas públicas a través del "litigio estratégico". Ellas realizaron una petición a la Corte Suprema de Justicia de Argentina, muy bien informada y documentada, de resarcimiento ambiental frente a los estragos causados por múltiples actores en el ámbito de una cuenca urbana –la del Matanza-Riachuelo, en Buenos Aires- de modo que la ciudadanía pudiera contar no sólo con un freno completo de los procesos de contaminación ambiental, sino también con la reparación del daño ocasionado. La alianza de estas organizaciones con los vecinos afectados se llevó adelante de manera concertada y democrática. Lo que habla por sí solo de la audacia e inteligencia de esta estrategia es que se presentó el recurso ante la Corte Suprema, que la Corte emitió un Fallo histórico, por el cual la máxima instancia judicial de la República accedió al pedido y lo resolvió, obligando a los gobiernos nacional, provincial y local a coordinarse para instrumentar una política pública en favor de los ciudadanos reclamantes. Hoy, la gobernabilidad democrática que impulsan estas organizaciones implica el control y monitoreo de un plan integral de saneamiento de la cuenca, que incluye monitorear el grado de cumplimiento de la meta -exigida por el juez de control- de generar una cobertura del 100% en el acceso al agua para la población residente en el área de la cuenca.

En suma, a través de esta lectura podremos conocer tres modelos diferentes para el acceso y la gestión democrática del agua y el saneamiento presentes en América Latina, los cuales contribuyen efectivamente a mejorar la calidad de vida de nuestras sociedades, hasta tornarlas plenamente dignas.

Modelo 1

As Organizações Comunitárias de Serviços de Água e Saneamento

O que são as OCSAS?

Na América Latina, há milhares de exemplos que demonstram que, quando a sociedade civil se organiza e articula com o setor público e privado, os problemas de acesso à água são resolvidos com responsabilidade, equidade, democracia e transparência. Desta maneira operam os gestores comunitários da água, também conhecidos como Organizações Comunitárias de Serviços de Água e Saneamento (OCSAS).

As OCSAS são estruturas sociais criadas por grupos de vizinhos em zonas periurbanas e rurais, aonde geralmente não chega o serviço das empresas públicas, privadas ou mistas que atendem às grandes cidades. Através de estatutos de autogoverno, trabalho mancomunado e eleição de líderes de forma aberta, simples e democrática; encaminham seus esforços a estabelecer um sistema de captação, potabilização, distribuição e pagamento da água. Seus líderes normalmente não recebem remuneração por seu trabalho, eles o fazem por vocação e compromisso social.

Community Water Boards

About the Community Water Boards (CWB)

Countless examples within Latin America stand as proof that when civil society rallies and interacts with the public and private sectors, water access issues are solved with responsibility, equity, democracy and transparency. This is how the community water service providers, also known as Community Water Supply Boards (or CWB), operate.

CWB are social structures created by groups of neighbors in suburban and rural areas which are generally out of the range of the public, private or mixed capital companies that service major cities. Through the use of self-government statutes, teamwork and a simple, open and democratic leadership election process, they focus their efforts on establishing a system for water capture,

Las Organizaciones Comunitarias de Servicios de Agua y Saneamiento

¿Qué son las OCSAS?

Miles de ejemplos en Latinoamérica demuestran que, cuando la sociedad civil se organiza y articula con el sector público y privado, se resuelven problemas de acceso al agua con responsabilidad, equidad, democracia y transparencia. Así operan los gestores comunitarios del agua, también conocidos como Organizaciones Comunitarias de Servicios de Agua y Saneamiento (OCSAS).

Las OCSAS son estructuras sociales creadas por grupos de vecinos en zonas peri-urbanas y rurales, donde generalmente no llega el servicio de las empresas públicas, privadas o mixtas que atienden a las grandes ciudades. Por medio de estatutos de autogobierno, trabajo mancomunado y elección de líderes de manera abierta, sencilla y democrática, dirigen sus esfuerzos a establecer un sistema de captación, potabilización, distribución y pago por el agua. Sus líderes normalmente no reciben remuneración por su trabajo, sino que lo hacen por vocación y compromiso social.

A Fundación AVINA estima que existem aproximadamente 80.000 OCSAS na América Latina. Conforme dados do Programa de Água e Saneamento do Banco Mundial, estas OCSAS fornecem água a mais de 40 milhões de habitantes e têm capacidade para atender mais 18 milhões. Nos países centro-americanos, andinos e alguns outros continentes, a porcentagem da população atendida por estas organizações comunitárias oscila entre 30% e 40%.

Existe uma grande variedade no tamanho das OCSAS, conforme o número de famílias conectadas ao sistema de água potável. As pequenas, no geral, atendem até 500 famílias, as intermediárias entre 500 e 2000 e as grandes podem chegar a ter vários milhares

de usuários. Há também uma variedade quanto à gama de serviços que estas oferecem. Dado que a água potável é o foco de sua atenção, algumas OCSAS mais sofisticadas ampliaram sua oferta de serviços ao saneamento de águas residuais e à gestão de resíduos sólidos, entre outros.

Além de contribuir para melhorar a saúde de suas comunidades oferecendo água segura, as OCSAS promovem valores democráticos, estimulam a liderança feminina e ajudam a proteger o meio ambiente e a utilizar a água de forma racional.

Há mais de 40 anos que as OCSAS vêm operando em alguns países da América Latina. Na América Central, existem há mais de 35 anos, e nos países andinos, há 30 anos. A lei que cria juntas de

purification, distribution and payment. Their management staff generally work pro-bono out of a sense of social commitment.

The Fundación AVINA estimates that there are around 80,000 CWB in Latin America. According to the World Bank Water and Sanitation Program data, these CWB supply over 40 million inhabitants with water, having a residual capacity to service another 18 million. In the Central American, Andean and other countries in the region, the proportion of the population serviced by these community organizations varies between 30% and 40%. There is a considerable variety in the size of the CWB, depending on the number of families within each drinking water system

network. The smaller ones generally service up to 500 families and those of medium size between 500 and 2,000, while the larger ones can have several thousand users. The range of services they offer also varies. While drinking water supply remains their primary concern, some more advanced CWB have extended their service offer to wastewater sanitation and solid waste management, among others.

In addition to contributing to the health of their communities by providing safe drinking water, CWB promote democratic values, encourage feminine leadership and foster both environmental protection and the rational use of water.
CWB have been operating for over 40 years in some Latin American countries. They have been present in Central America for over 35 years, and in the Andean countries for over 30. The law creating sanitation boards in Paraguay dates from 1972. This shows that CWB are not mere temporary agents and that they have been providing solutions with a high social content, although they are very often neither recognized nor adequately coordinated by the policy-making entities for this sector.

AVINA estima que existen más de 80.000 OCSAS en Latinoamérica. Según datos del Programa de Agua y Saneamiento del Banco Mundial, estas OCSAS dan agua a más de 40 millones de habitantes y tienen capacidad para atender a 18 millones más. En los países centroamericanos, andinos y algunos otros del continente, el porcentaje de la población atendida por estas organizaciones comunitarias oscila entre el 30 y el 40%.

Existe una gran variabilidad en el tamaño de las OCSAS, dependiendo del número de familias conectadas al sistema de agua potable. Las pequeñas generalmente atienden hasta 500 familias, las medianas entre 500 y 2.000 y las grandes pueden llegar a tener varios miles de usuarios. También hay variabilidad en cuanto a la gama de servicios que ofrecen. Siendo el agua potable el foco de su atención, algunas OCSAS más sofisticadas han ampliado su oferta de servicios al saneamiento de aguas residuales y la gestión de residuos sólidos, entre otros.

Además de contribuir a mejorar la salud de sus comunidades brindando agua segura, las OCSAS promueven valores democráticos, fomentan el liderazgo femenino, y contribuyen a la protección del medio ambiente y la utilización racional del agua.

Las OCSAS llevan más de 40 años operando en algunos países latinoamericanos. En Centroamérica existen hace más de 35 años, y en los países andinos, hace 30 años. Por ejemplo, la ley que crea *juntas* de saneamiento en Paraguay data del año 1972. Esto demuestra que las OCSAS no son actores transitorios y que vienen dando una respuesta con alto contenido social, muchas veces no reconocida ni coordinada en forma adecuada por los entes que establecen las políticas del sector.

Una comparación entre OCSAS en Latinoamérica

En cada país, las OCSAS tienen una denominación distinta, como se observa en la Tabla 1. No obstante, a pesar de esta y otras diferencias, las organizaciones locales y comunitarias de Latinoamérica tienen muchas cosas en común.

Una característica común a las OCSAS latinoamericanas es que son auto-convocadas por grupos de vecinos que buscan resolver el problema del acceso al agua en sus comunidades. Para construir el sistema de agua, los vecinos

saneamento no Paraguai data do ano 1972. Isto demonstra que as OCSAS não são atrizes temporárias e que vêm dando uma resposta com alto conteúdo social, muitas vezes não reconhecida nem coordenada de forma adequada pelos organismos que estabelecem as políticas do setor.

Uma comparação entre OCSAS na América Latina

Em cada país, as OCSAS têm uma denominação diferente, como se pode observar na Tabela 1. Porém, apesar desta diferença e doutras, as organizações locais e comunitárias da América Latina têm muitas coisas em comum.

Uma característica comum às OCSAS latino-americanas é que são autoconvocadas por grupos de vizinhos que procuram resolver o problema do acesso à água em suas comunidades. Para construir o sistema de água, os vizinhos procuram diferentes tipos de apoio, conforme o contexto local. Em alguns países, as organizações não governamentais, assim como a cooperação internacional, têm um papel fundamental na construção de obras hídricas em zonas rurais e periurbanas. Em outros, em compensação, estes processos são apoiados diretamente pelo governo.

Seja qual for o caso, a comunidade contribui de diversas formas para a construção destas obras tão esperadas. Muitas vezes, fornecem a mão-de-obra, seja para a escavação de valas, construção de tanques de armazenamento ou trabalhos semelhantes. Em alguns países, como no Paraguai, a comunidade também realiza contribuições em dinheiro. Estes recursos são reunidos de formas muito criativas, seja organizando sorteios, feiras, quermesses ou jantares.

A Gestão das OCSAS

É aceito publicamente que a maior expressão de pobreza social está relacionada com a falta de associação e organização. A organização é a instituição social básica para integrar, alinhar e multiplicar as energias individuais, e assim construir os processos de mudança. A organização pode ser de fato ou de direito, mas seja qual for sua forma, esta instituição[1] é a principal ferramenta de ação social.

1 Há aqueles que mencionam quatro áreas de observação e medição nas instituições bem-sucedidas: a) observação de processos e práticas organizacionais (indicadores de organização e cultura organizacional), b) observação dos projetos, c) observação das capacidades de reter e usar a aprendizagem e o conhecimento (memória corporativa), d) observação das tecnologias de informação e comunicação, e outras tecnologias chave.

A comparison among CWB in Latin America

In each country CWB go by a different name, as may be seen in Chart 1. Notwithstanding this and other differences, the local community organizations in Latin America have many features in common.

A common feature of all Latin American CWB is that they are spontaneously created by groups of neighbors seeking to address the water access issue within their communities. To create their water network, neighbors organize different kinds of support according to the local context. In some countries, non-governmental organizations and international cooperation take on a key role in building water supply facilities in rural and suburban areas. In others, however, the government is directly involved in supporting this activity.

In any case, community members contribute in many ways toward the building of these long-awaited public works. Often this contribution takes the form of labor (i.e. for digging ditches or building storage tanks, etc.). In some countries such as Paraguay, communities also raise funding in cash. This is very creatively done, for example by organizing raffles, charity fairs, funfairs and dinners.

gestionan diferentes tipos de apoyo según el contexto local. En algunos países, las organizaciones no gubernamentales y la cooperación internacional adquieren un rol fundamental en la construcción de obras hídricas en zonas rurales y peri-urbanas. En otros, en cambio, el gobierno apoya directamente estos procesos.

Cualquiera sea el caso, la comunidad contribuye de diversas formas a la construcción de estas obras tan esperadas. Muchas veces hacen aportes en mano de obra, ya sea para la excavación de zanjas, construcción de tanques de almacenamiento o trabajos similares. En algunos países, como en Paraguay, la comunidad también realiza aportes en efectivo. Estos recursos son reunidos de formas muy creativas, por caso, organizando rifas, ferias, kermeses o cenas.

Tabla 1.- Organizaciones Comunitarias de Servicios de Agua y Saneamiento en América Latina.

País	Nombre que reciben	# de OCSAS	Población que atienden (en millones)	% de población del país atendido por las OCSAS
Argentina*	Cooperativas de agua	800	5,1	12
Bolivia	Cooperativas de Servicios Públicos y Comités de Agua Potable y Saneamiento (CAPYS) (la denominación depende del tamaño)	29.000	2,3	22
Colombia**	Acueductos Comunitarios	10.400	8,5	20
Costa Rica	Asociaciones Administradoras de Acueductos y Alcantarillados Comunales (ASADAs) o Acueductos Comunales	1.800	1,1	27
Chile	Comités de Agua Potable Rural	1.590	1,5	9
Ecuador	Juntas Administradoras de Agua Potable y Saneamiento (JAAPS)	6.000	7,0	50
El Salvador	Juntas de Agua	1.000	1,9	30
Guatemala	Comités de Agua Potable	5.000	ND	ND
Honduras	Juntas Administradoras de Agua	5.000	1,95	30
Nicaragua	Comités de Agua Potable y Saneamiento (CAPS)	5.500	1,1	20
Panamá	Juntas Administradoras de Acueductos Rurales (JAAR)	1.500	ND	ND
Paraguay	Juntas de Saneamiento	3.000	1,8	29
Perú	*Rural:* Juntas Administradoras de Servicios de Saneamiento (JASS).	11.800	8,2	29

* Incluye cooperativas de servicios públicos donde la prestación de servicios es múltiple, y el agua una de ellas.

** Dos mil de estas Juntas están mapeadas para recibir apoyo del gobierno central.

Nota: La mayoría de los países no cuenta con estadísticas oficiales de este sector y los datos varían según la fuente consultada.

Fuente: Información proporcionada por gestores locales de AVINA.

Durante a construção do sistema de água potável, é constituído o comitê de vizinhos e são definidas suas regras de ação e de decisão, formalizando-se desta maneira a organização comunitária. Normalmente, o grupo de usuários a ser beneficiados com as obras organiza uma Assembléia Geral (participativa ou representativa) e escolhe uma Junta Diretiva para a administração e operação dos serviços que a OCSAS prestará. A contratação do pessoal operacional e administrativo varia proporcionalmente com o tamanho e os recursos da OCSAS.

A Assembléia Geral é a máxima autoridade e o controle comunal é exercido através de assembléias ordinárias ou extraordinárias, nas quais a Junta Diretiva realiza sua prestação de contas (Relatórios de Tarefas, de Tesouraria e de Fiscalização, mais a apresentação e aprovação do Plano de Trabalho para o ano seguinte).

A adequada prestação de contas e a transparência na tomada de decisões geram a confiança da comunidade na representação e gestão dos membros da Junta Diretiva. As Juntas Diretivas são renovadas, no geral, a cada dois anos, mas varia conforme o país e a OCSAS, segundo os estatutos correspondentes. Uma boa liderança é refletida na reeleição freqüente desses dirigentes, mas às vezes pode refletir falta de participação cidadã.

A figura da OCSAS tende a facilitar a solução de conflitos, já que ao estar entre vizinhos, em geral, cada um conhece as realidades e problemáticas individuais e de sua comunidade. As soluções ou acordos são, no geral, apropriados. A gestão comunitária da água fortalece os valores solidários dos habitantes. A comunidade aprende a canalizar sua energia com alvo na solução de problemáticas ou desafios comuns. Isto não desconhece a existência de numerosas situações de dissenso que podem ocorrer na vida cotidiana de uma associação, e ressalta a capacidade de se fortalecer institucionalmente a partir de uma gestão das diferenças de forma democrática.

Estas organizações assumem o desafio de se providenciar, por seus próprios meios, os serviços aos quais têm direito, e ampliar sua ação para outros campos pouco atendidos pelo Estado. Consideram a autogestão e as parcerias como estratégias principais, por sobre outras, como a violência ou a resignação.

The Operation of the CWB

It is a generally accepted fact that the worst expressions of social poverty are linked to a lack of association and organization. Organization is the basic social institution through which individual efforts are combined, aligned and enhanced, thus building change processes. This kind of organization can be of a de facto or de jure nature, but whatever its shape, this institution1 is the main tool for social action.

During the building of a drinking water system a neighborhood committee is created and its rules for action and decision-making are defined, thus formalizing the community organization. Normally the users who stand to benefit from the project constitute a (participative or representative) General Assembly and name a Board of Directors for the administration and operation of the services to be provided by the CWB. The number of operating and administrative staff hired varies with the size and funding of each CWB.

The General Assembly is the highest authority, and community control is carried out through its Ordinary or Extraordinary Meetings, when the Board of Directors submits an Accountability Report (details on Works carried out, Treasury and Audits, plus the submission for approval of the following year's Works Program).

Proper accountability reporting and decision-making transparency generate community confidence in the representativeness and adequate job performance of the Board members. In most cases the Boards are reelected every two years, although this varies from country to country and in each CWB, according to its respective statutes. Although the frequent reelection of Boards members may reflect the quality of their leadership, it can also indicate a lack of citizen participation.

---

1 Analysts mention four areas for monitoring and measuring the success of institutions: a) organizational processes and practices monitoring (indicators of organization and organizational culture), b) projects monitoring, c) monitoring of the ability to retain and use learning and knowledge (corporate memory), d) monitoring of information and communication technology as well as other key technologies.

La Gestión de las OCSAS

Está públicamente aceptado que la mayor expresión de pobreza social se relaciona con la falta de asociación y organización. La organización es la institución social básica para integrar, alinear y potenciar las energías individuales, y así construir los procesos de cambio. La organización puede ser de hecho o de derecho, pero cualquiera sea su forma, esta institución[1] es la principal herramienta de acción social.

Durante la construcción del sistema de agua potable, se constituye el comité de vecinos y se definen sus reglas de acción y decisión, con lo cual la organización

1. Hay quienes mencionan cuatro áreas de observación y medición en las instituciones exitosas: a) observación de procesos y prácticas organizacionales (indicadores de organización y cultura organizacional), b) observación de los proyectos, c) observación de la capacidad de retener y usar el aprendizaje y el conocimiento (memoria corporativa), d) observación de las tecnologías de información y comunicación y otras tecnologías claves.

Além de apreciar as experiências bem-sucedidas (em alguns casos com mais de vinte anos de trabalho crescente e contínuo) de organizações que constroem e operam sistemas de água potável apesar de condições desvantajosas institucionais e de mercado, algumas das organizações assumem novos desafios e entram em campos como a saúde, a educação e outros que os parceiros consideram fundamentais para a qualidade de vida local. Adicionalmente, há casos de organizações que promovem a autogestão em outras localidades, impulsionam iniciativas de proteção das fontes de água e, afinal, sentem-se capazes de concorrer no mercado como fornecedores do serviço de água e saneamento, de higiene urbana, coleta de resíduos sólidos, telefonia e Internet, entre outros.

Em geral, pelo fato de se tratar de um recurso essencial para a comunidade e por ver a OCSAS como própria, a Junta Diretiva e os principais líderes comunitários se sentem comprometidos e destinam um tempo importante para assegurar o bom funcionamento dela, sem remuneração.

A democracia tende a encher de conteúdos relevantes para a vida das comunidades. Nestas organizações, pelo geral, a democracia é entendida como um conjunto de práticas entre as quais se destacam: a tomada de decisões por acordo ou por maioria em primeiro lugar, o compromisso individual com as decisões adotadas, a prestação de contas transparente, o sentido de qualidade da gestão e do serviço, a procura de parcerias para influenciar em políticas públicas, a capacidade de manejar conflitos, a preocupação por abranger novos temas e ajudar outros, etc.

Os sistemas de água

Existe uma enorme variedade na tecnologia empregada pelas diferentes OCSAS na América latina, pois a escolha dela depende do contexto local, dos recursos disponíveis e da época em que é construído o sistema de água. Neste sentido, cabe salientar que as OCSAS em destaque por sua boa gestão conseguiram implementar melhorias constantes na tecnologia aplicada, e ampliaram suas redes para melhorar a qualidade e cobertura dos serviços que oferecem. Independentemente do tipo de sistema, são dois os temas críticos que devem ser atendidos: sua manutenção constante e o controle da qualidade e a quantidade de água oferecida pelas OCSAS.

CWB tend to facilitate conflict solving, since they are composed of neighbors who generally are aware of each other's realities and problems and those of their community. The solutions and agreements adopted are usually adequate. Community-driven water management strengthens solidarity within communities and allows them learn how to channel their efforts toward addressing shared problems or challenges. Although this does not preclude the existence of a number of situations of disagreement that can emerge in the day-to-day activity of an association, it does enhance its ability to strengthen its effectiveness as an institution thanks to the democratic methods used for settling differences.

These organizations take up the challenge of their members' self-endowment with services that are rightfully theirs, and of extending their activity to other areas neglected by the State. They embrace self-management and partnership building as their main strategies, instead of resorting to violence or resignation.

Not only are there cases of successful experiences (in some cases involving over twenty years of growing and ongoing work) by the organizations that build and operate drinking water systems despite disadvantageous institutional and market conditions, but some of the organizations also address new challenges and enter fields such as public health, education and others which their members deem to be key to enhance the local quality of life. Additionally, there are organizations that promote self-management in other communities and drive initiatives to protect sources of drinking water, and which eventually feel able to compete on the market as suppliers of water and sanitation services, street cleaning, solid garbage collection, and telephone and Internet services, among others.

In general, because water is an essential community resource and the CWB is perceived as legitimate, the Board of Directors and the main community leaders feel a strong sense of commitment and dedicate a significant amount of their time free of charge to ensure its proper functioning.

Democracy tends to build up content that is relevant to community life. Usually, democracy within these organizations is understood to be a group of practices highlighting unanimous or first-stage majority decision-making, individual commitment to the

comunitaria se formaliza. Normalmente el grupo de usuarios a ser beneficiado con las obras conforma una Asamblea General (participativa o representativa) y elige una Junta Directiva para la administración y operación de los servicios que brindará la OCSAS. La contratación del personal operativo y administrativo varía proporcionalmente con el tamaño y los recursos de la OCSAS.

La Asamblea General es la máxima autoridad y el control comunal se ejerce a través de asambleas ordinarias o extraordinarias, en las cuales la Junta Directiva realiza su rendición de cuentas (Informes de Labores, de Tesorería y de Fiscalización, más la presentación y aprobación del Plan de Trabajo para el año siguiente).

La adecuada rendición de cuentas y la transparencia en la toma de decisiones genera la confianza de la comunidad en la representación y gestión de los miembros de Junta Directiva. Las Juntas Directivas se renuevan, en general, cada dos años, aunque varía de país a país y de OCSAS a OCSAS, según los estatutos correspondientes. Un buen liderazgo se refleja en la reelección frecuente de esos dirigentes; sin embargo, esto a veces también es reflejo de falta de participación ciudadana.

La figura de la OCSAS tiende a facilitar la resolución de conflictos, puesto que se está entre vecinos y en general cada uno conoce las realidades y problemáticas de cada quien y de su comunidad. Las soluciones o acuerdos son, en general, apropiados. La gestión comunitaria del agua fortalece los valores solidarios de las poblaciones. La comunidad aprende a canalizar su energía hacia la solución de problemáticas o desafíos comunes. Esto no desconoce la existencia de numerosas situaciones de disenso que pueden expresarse en la vida cotidiana de una asociación, sino que resalta la capacidad de fortalecerse institucionalmente a partir de una gestión de las diferencias de manera democrática.

Estas organizaciones toman el desafío de dotarse por sus propios medios de los servicios a los cuales tienen derecho, y ampliar su acción a otros campos poco atendidos por el Estado. Asumen como estrategias principales la autogestión y las alianzas, por sobre otras estrategias como la violencia o la resignación.

No solo se aprecian experiencias exitosas (en algunos casos con más de veinte años de trabajo creciente y continuo) de organizaciones que construyen y operan

Institucionalidade e Interação com os Governos

O marco legal que rege a gestão comunitária da água nos diferentes países da América Latina apresenta um grau de variabilidade muito alto conforme o país. No Equador, por exemplo, a gestão comunitária da água é reconhecida pela Constituição Nacional. No Paraguai existem leis e normativas que autorizam uma instituição do Estado a criar OCSAS. Na Costa Rica, através de uma política governamental dos anos oitenta do século passado, o governo apoiou centenas de comunidades a estabelecer aquedutos comunais, posicionando assim este país entre aqueles com os índices mais altos de acesso à água na região.

Ao mesmo tempo, em alguns países, como no El Salvador, não foi possível atualizar ainda a legislação para que ela contemple, regule e proteja a gestão comunitária da água.

Existe legislação recente na região, que procura o fortalecimento da gestão comunitária da água. Em junho de 2010, a Assembléia Nacional da Nicarágua, por gestões da sociedade organizada e, principalmente, das mulheres e dos homens agrupados nos CAPs (Comitês de Água Potável e Saneamento), aprovou a Lei Nº 722 "Lei especial de Comitês de Água Potável e Saneamento".

Constituição do Equador 2008 (art. 318 do cap. 5)

***Art. 318.**- A água é patrimônio nacional estratégico de uso público, domínio inalienável e imprescritível do Estado, e constitui um elemento vital para a natureza e para a existência dos seres humanos. É proibida toda forma de privatização da água.*
A gestão da água será exclusivamente pública ou comunitária. O serviço público de saneamento, o abastecimento de água potável e a irrigação serão prestados unicamente por pessoas jurídicas estatais ou comunitárias.
O Estado fortalecerá a gestão e funcionamento das iniciativas comunitárias ligadas à gestão da água e prestação dos serviços públicos, mediante o incentivo de parcerias entre o público e o comunitário para a prestação de serviços.

decisions adopted, transparent accountability reporting, a sense of management and service quality, partnership building to infuence public policy-making, conflict-solving ability, a concern for outreach in new issues and helping others, etc.

The Water Systems

A wide variety of technologies are used by the different CWB in Latin America, since their choice depends on local context, available resources and the time of year in which the water system is built. Correspondingly, it is worth mentioning that some outstanding CWB have achieved ongoing improvements in the technology applied, and have extended their networks to improve the quality and the coverage of the services they offer thanks to their good management practices. Regardless of the system, two critical issues must be addressed by each CWB: ongoing maintenance, and guaranteeing the quality and quantity of the water it supplies.

Institutionalism and Interaction with Governments

The legal framework covering water management in Latin American countries shows a high degree of differentiation from country to country. In Ecuador, for example, community water management practices are recognized by the National Constitution. In Paraguay there are laws and regulations enabling a government agency to create CWB. In Costa Rica, through a policy applied in the nineteen eighties, the government supported hundreds of communities in an effort to create communal aqueducts, this action placing the latter country among those with greatest water access in the region.

Meanwhile, in countries such as El Salvador, legislation has not yet been updated to contemplate, regulate and protect community water management.

There are some recent laws in the region that seek to strengthen community water management. In June 2010 Nicaragua's National Assembly, through the offices of social organizations, and mainly of those men and women forming the DWSCs (the Drinking Water and Sanitation Committees), passed Law No. 722, the "Special Law for Drinking Water and Sanitation Committees."

sistemas de agua potable a pesar de condiciones institucionales y de mercado desventajosas, sino que algunas de las organizaciones asumen nuevos desafíos y entran en campos como la salud, la educación y otros que los asociados consideran clave para la calidad de la vida local. Adicionalmente, hay casos de organizaciones que promueven la autogestión en otras localidades, impulsan iniciativas de protección de las fuentes de agua y, finalmente, se sienten en capacidad de competir en el mercado como proveedores del servicio de agua y saneamiento, de aseo urbano, recolección de residuos sólidos, telefonía e Internet, entre otros.

En general, por el hecho de tratarse de un recurso esencial para la comunidad y por percibir la OCSAS como propia, la Junta Directiva y los principales líderes comunitarios se sienten comprometidos y destinan un importante tiempo para asegurar el buen funcionamiento de la misma sin goce de sueldo.

La democracia tiende a llenarse de contenidos relevantes para la vida de las comunidades. En general, en estas organizaciones la democracia se entiende como un conjunto de prácticas entre las que se destacan la toma de decisiones por concertación o por mayoría en primer lugar, el compromiso individual con las decisiones adoptadas, la rendición de cuentas transparente, el sentido de calidad de la gestión y del servicio, la búsqueda de alianzas para incidir en políticas públicas, la capacidad de manejar conflictos, la preocupación por abarcar nuevos temas y ayudar a otros, etc.

Los sistemas de agua

Existe una enorme variabilidad en la tecnología empleada por las diferentes OCSAS en América Latina, pues la elección de la misma depende del contexto local, de los recursos disponibles y de la época en la que se construye el sistema de agua. En este sentido, vale la pena resaltar que las OCSAS sobresalientes por su buena gestión han logrado implementar mejoras constantes en la tecnología aplicada, y han ampliado sus redes para mejorar la calidad y cobertura de los servicios que ofrecen. Independientemente del tipo de sistema, son dos los temas críticos que deben ser atendidos: su mantenimiento constante, y el control de la calidad y la cantidad del agua ofrecida por las OCSAS.

O Financiamento das OCSAS

O investimento inicial para a instalação dos sistemas de água é alto e, por esse motivo, muitas vezes, é o mais difícil de providenciar. É comum que a construção de um sistema de água comunitário seja financiada mediante várias fontes de recursos. Entre as mais comuns podemos citar: Fundos de organismos multilaterais (como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento), agências de cooperação (como a Agência de Cooperação Internacional do Japão, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional de Desenvolvimento [AECID]), governos nacionais e locais, que muitas vezes investem recursos próprios, embora também canalizem recursos das organizações mencionadas. Devemos adicionar a esta lista grandes organizações não governamentais (como CARE e Catholic Relief Services) e as próprias comunidades, já que muitas vezes elas contribuem com dinheiro vivo, além de trabalho.

Tradicionalmente, o investimento inicial visa cobrir os custos de infra-estrutura. Não foi priorizado da mesma forma o investimento no capital social necessário para preparar devidamente a comunidade que será a administradora dos sistemas. Isto fez que uma grande porcentagem dos sistemas não conseguisse ser sustentável e, portanto, esteja à beira do colapso. Organismos como a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (COSUDE), a AECID e CARE, e instituições acadêmicas e associativas tentaram cobrir esta necessidade. No entanto, a oferta de instituições voltadas ao fortalecimento das capacidades das OCSAS não é uniforme ao longo do continente, e não muitas atingiram a sustentabilidade.

Ecuadorean Constitution 2008 (Art. 318, Chap. 5)

Art. 318 *- Water is a strategic national asset for public use, the imprescriptible and inalienable domain of the State, being a vital element in Nature and for human existence. All forms of water privatization are hereby forbidden.*

Water management will be an exclusively public or community activity. The public sanitation service and the provision of drinking and irrigation water will only be carried out by State entities or community organizations. The State will strengthen the management and operation of community water management initiatives and the supplying of public utilities by promoting partnerships between public and community organizations for utility service supply.

The Funding of the CWB

The initial investment on the installation of water systems is considerably high, which explains why it is very often the most difficult step in funding negotiations. A community water system is often financed from a number of different funding sources. Among those, the most frequently used are: multilateral organization funding (from the World Bank and the Inter-American Development Bank, for example), cooperation agencies (such as Japan's International Cooperation Agency, the Spanish

Institucionalidad e Interacción con los Gobiernos

El marco legal que rige la gestión comunitaria del agua en los diferentes países de América Latina presenta un grado de variabilidad muy alto de país a país. En Ecuador, por ejemplo, la gestión comunitaria del agua es reconocida por la Constitución Nacional. En Paraguay existen leyes y normativas que facultan a una institución del Estado a crear OCSAS. En Costa Rica, a través de una política gubernamental de los años ochenta del siglo pasado, el gobierno apoyó a cientos de comunidades a establecer acueductos comunales, ubicando así a este país entre aquellos con los índices más altos de acceso al agua en la región.

Al mismo tiempo, en algunos países -como en El Salvador- no se ha logrado todavía actualizar la legislación para que la misma contemple, regule y proteja la gestión comunitaria del agua.

Existe legislación reciente en la región que busca el fortalecimiento de la gestión comunitaria del agua. En junio de 2010, la Asamblea Nacional de Nicaragua, por gestiones de la sociedad organizada y, principalmente, de las mujeres y hombres aglutinados en las CAPs (Comités de Agua Potable y Saneamiento), aprobó la Ley No. 722 "Ley especial de Comités de Agua Potable y Saneamiento."

Existe uma relação próxima entre o fortalecimento das capacidades de uma OCSAS e a capacidade desta para gerar economias destinadas a financiar obras de manutenção e ampliação do sistema. Porém, a geração de economias não é comum e as OCSAS muitas vezes devem recorrer a doações de organizações não governamentais ou de cooperação (mencionadas acima) para financiar a compra de materiais ou obras de extrema necessidade. O setor bancário tradicional nem sempre é de fácil acesso para as organizações comunitárias e menos ainda nos países onde o marco legal não permite às OCSAS oferecer em garantia os bens do sistema de água comunitário ou os fluxos de caixa. De fato, são poucas aquelas que têm acesso a créditos bancários e, em muitas ocasiões, o crédito envolve um alto custo para os diretores, porque devem assumir compromissos pessoais, como codevedores. Também não abundam até agora os casos de criação de fundos privados ou mistos, como os fideicomissos, que gerem acesso ao crédito para as OCSAS, de maneira que possam aumentar sua cobertura e melhorar sua eficiência hídrica (diminuindo a porcentagem de prejuízos na distribuição). Uma experiência de grande interesse é a registrada na Bolívia, onde as cooperativas de Valles Cruceños estão desenvolvendo mecanismos de compensação pelos serviços ambientais hidrológicos, graças a pequenos fundos de crédito fornecidos pela Fundação NATURA e os governos locais.

Uma das fontes de financiamento mais acessíveis para as OCSAS com um bom nível de desempenho são as empresas fornecedoras de insumos como micromedidores, tubulações, motores, entre outros. Estas oferecem créditos comerciais de curto prazo naqueles casos em que foi possível estabelecer uma boa trajetória de negócios.

A união faz a força

Na maioria dos países da América Latina, para fortalecer sua gestão e conseguir maior incidência, as OCSAS optaram por unir esforços em organizações de segundo nível e, em alguns casos, até de terceiro nível, como é o caso da Argentina, do Paraguai, da Honduras e do Chile.

O capital social da Fundación AVINA (seus parceiros para impulsionar os modelos de Governabilidade Democrática da Água)

International Development Cooperation Agency [AECID]), and the national and local governments that often invest their own funds, although they also channel the funding from the above mentioned organizations. This list would not be complete without the major non-governmental organizations (such as CARE and Catholic Relief Services) and the communities themselves, since many of them contribute with cash funds in addition to their work.

The startup investment has traditionally been earmarked for covering infrastructure costs. A lesser priority has been given to the investment in social capital needed to prepare the community for its role as a system administrator. The result is that most systems have not yet achieved sustainability and are, therefore, in danger of collapsing. Agencies such as the Swiss Agency for Development and Cooperation (COSUDE), AECID and CARE, as well as academic organizations and other associations, have tried to fill this gap. However, the offer of agencies seeking to strengthen the CWB' performance varies throughout the region and not many of them have achieved sustainability.

The enhancement of a CWB's performance is closely linked to its ability to generate savings that will be used to finance the proper maintenance and expansion of the system it operates. However, savings are in fact rarely generated, and CWB very often have to resort to donations from non-governmental organizations or cooperation agencies (such as those mentioned above) to finance materials purchases or badly needed works. The traditional banking sector does not always open its doors to community organizations, let alone in those countries where the legal framework precludes CWB from offering the community water system's assets or its cash flows as collateral. As a matter of fact, few of them have access to bank loans and, all too often, these loans involve a high cost to their directors when awarded, since they must assume personal commitments, as joint debtors, to obtain them. Similarly, there have been very few cases up to now of creations of private or mixed funds, such as trust funds, generating access to loans for CWB, thus allowing them to increase their service coverage and improve their distribution efficiency (by reducing water loss). In this sense, Bolivia offers a highly interesting experience in which the Santa Cruz Valley cooperatives have been developing compensation mechanisms for environmental water services, thanks to small loans from the NATURA Foundation and local governments.

Constitución del Ecuador 2008 (art. 318 del cap. 5)

Art. 318.- El agua es patrimonio nacional estratégico de uso público, dominio inalienable e imprescriptible del Estado, y constituye un elemento vital para la naturaleza y para la existencia de los seres humanos. Se prohíbe toda forma de privatización del agua.
La gestión del agua será exclusivamente pública o comunitaria. El servicio público de saneamiento, el abastecimiento de agua potable y el riego serán prestados únicamente por personas jurídicas estatales o comunitarias.
El Estado fortalecerá la gestión y funcionamiento de las iniciativas comunitarias en torno a la gestión del agua y la prestación de los servicios públicos, mediante el incentivo de alianzas entre lo público y comunitario para la prestación de servicios.

El Financiamiento de las OCSAS

La inversión inicial para la instalación de los sistemas de agua es alta y, por este motivo, muchas veces es la más difícil de gestionar. Es común que la construcción de un sistema de agua comunitario se financie mediante varias fuentes de recursos. Entre las más comunes podemos citar: fondos de organismos multilaterales (como el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo), agencias de cooperación (como la Agencia de Cooperación Internacional de Japón, la Agencia Española de Cooperación Internacional de Desarrollo [AECID]), gobiernos nacionales y locales que muchas veces invierten recursos propios, aunque también canalizan recursos de las organizaciones mencionadas. A esta lista también debemos sumar a grandes organizaciones no gubernamentales (como CARE y Catholic Relief Services) y a las mismas comunidades, ya que muchas veces ellas aportan dinero en efectivo, además de trabajo.

La inversión inicial tradicionalmente ha estado enfocada en cubrir los costos de infraestructura. No se ha priorizado de igual manera la inversión en el capital social necesario para preparar debidamente a la comunidad que será la administradora de los sistemas. Esto ha ocasionado que un gran porcentaje de los sistemas no lograran ser sostenibles y, por tanto, estén al borde del colapso. Organismos

desenvolveu a seguinte definição para explicar o que entendemos por associatividade: *"Processo institucional de articulação, intercâmbio, comunicação e coordenação entre OCSAS de uma localidade, região ou país, a fim de aprender e fortalecer suas capacidades de gestão, de influenciar em políticas públicas, e de inovar, tudo de forma sustentável, orientado para o propósito comum de gerar maior acesso à água para mais latino-americanos."*[2]

Estas experiências associativas demonstram uma diversidade de situações e características muito ampla, mas também elementos comuns que apresentamos a seguir.

DECLARATÓRIA DE CUENCA – EQUADOR (resumo)

Nós, um grupo de 80 (oitenta) pessoas vinculadas com o setor de Água e Saneamento, e provenientes dos setores Governamental, Não Governamental e da Sociedade Civil, dos seguintes países da América Latina: Nicarágua, Honduras, El Salvador, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Argentina, reunimo-nos na cidade de Cuenca – Equador, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2010, para analisar, refletir e obter conclusões relevantes que permitam contribuir para a construção da "Associatividade entre Organizações Comunitárias Administradoras de Sistemas de Água Potável e Saneamento".

2"Declaración de Cuenca", Equador, dezembro de 2010, disponível em http://wash-rural.ning.com/profiles/blogs/declaratoria-de-cuencaecuador

More accessible financing sources for well-performing CWB are the firms supplying inputs for water systems such as micro-meters, pipelines and motors, among others. These offer short-term commercial loans to CWB that display well-established profitability.

United we stand, divided we fall

In most Latin American countries, as a way of strengthening their operations and gaining influence, CWB have chosen to unite their efforts through second-tier organizations and sometimes even third-tier ones, as in the cases of Argentina, Paraguay, Honduras and Chile.

AVINA's social capital (its partners in driving the Democratic Water Governance models) have developed the following definition of what we have come to understand by the term "associativity": *"The institutional process of linking, interchange, communication and coordination among the CWB of one location, region or country, with the purpose of learning and strengthening their negotiating power, influencing public policies and innovating, all of the foregoing in a sustainable way, guided by the common purpose of generating greater water access for an increasing number of inhabitants in Latin America."*[2]

These associative experiences show a wide range of situations and conditions, but also share some common features that we detail below.

DECLARATION OF CUENCA – ECUADOR (extract)

We, a gr-up of 80 (eighty) people involved in Water and Sanitation activities and hailing from the Government, Non-Government and Civil Society sectors in the following Latin American countries: Nicaragua, Honduras, El Salvador, Colombia, Ecuador, Peru, Bolivia and Argentina, have gathered in the city of Cuenca, Ecuador, on December 2, 3 and 4, 2010, to analyze

2 "Declaration of Cuenca", Ecuador, December 2010 , available at http://wash-rural.ning.com/profiles/blogs/declaratoria-de-cuencaecuador

como la Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación (COSUDE), la AECID y CARE e instituciones académicas y asociativas han intentado cubrir esta necesidad. Sin embargo, la oferta de instituciones abocadas al fortalecimiento de las capacidades de las OCSAS no es uniforme a lo largo del continente, y no muchas han alcanzado la sostenibilidad.

Existe una relación cercana entre el fortalecimiento de las capacidades de una OCSAS y la capacidad de la misma para generar ahorros destinados a financiar

obras de mantenimiento y ampliación del sistema. Sin embargo, la generación de ahorros no es común y las OCSAS muchas veces deben recurrir a donaciones de organizaciones no gubernamentales o de cooperación (mencionadas arriba) para financiar la compra de materiales u obras de extrema necesidad. El sector bancario tradicional no siempre es de fácil acceso para las organizaciones comunitarias y menos aún en los países donde el marco legal no permite a las OCSAS ofrecer en garantía los bienes del sistema de agua comunitario o los flujos de caja. De hecho, son pocas las que acceden a créditos bancarios y, en múltiples ocasiones, el crédito implica un alto costo para los directivos, puesto que deben asumir compromisos personales, como codeudores. Tampoco abundan hasta ahora los casos de creación de fondos privados o mixtos, como los fideicomisos, que generen acceso al crédito para las OCSAS, de modo que puedan aumentar su cobertura y mejorar su eficiencia hídrica (reduciendo el porcentaje de pérdidas

Para nós, é importante a associatividade e unidade entre sistemas comunitários de água e saneamento, pelo seguinte:

- *Porque a água é um patrimônio nacional e é melhor administrá-la coletivamente, garantindo assim, maior transparência.*
- *Porque permite desenvolver uma cosmovisão integral em torno à água, não apenas como a de um bem econômico.*
- *Porque "a união faz a força"; quanto mais somos, mais oportunidades temos de compartilhar experiências, obter resultados, termos poder e visibilidade e incidir nas dinâmicas do setor.*
- *Porque entre todos podemos recuperare compartilhar conhecimentos de gestão para a aprendizagem mutua e permanente, somar as capacidades e as fortalezas, identificar as fraquezas e trabalhar com elas.*
- *Porque aumentam as possibilidades de sustentabilidade e qualidade dos serviços que prestam os operadores, ao serem geradas economias de escala.*
- *Porque a associatividade favorece o surgimento de lideranças, com reconhecimento e valorização social.*
- *Porque permite reduzir a quantidade de interlocutores e simplificar os processos.*
- *Porque permite gerenciar os conflitos de forma democrática, em um processo delicado de construção de acordos e licenças.*
- *Porque reafirma o tema da identidade setorial e sua autonomia, a partir da clareza de seus princípios e valores, fins e objetivos, sempre ao serviço das comunidades às quais representam.*
- *Porque favorece as possibilidades de mobilização social do ator comunitário, gerando maior poder social para efetivar a água como direito humano.*
- *Porque amplia a participação auto-regulada para a tomada de decisões, o acesso a recursos econômicos, a definição de agendas próprias e a incidências em políticas públicas.*
- *Porque favorece e reafirma a cultura de solidariedade e trabalho para o bem comum e coletivo entre pessoas e organizações de água de consumo doméstico.*

and consider, and to eventually reach the relevant conclusions that will enable us to contribute toward the building of "Associativity among the Community Administration Organizations for Drinking Water and Sanitation Systems".

We consider that associativity and unity among community systems of drinking water and sanitation is important for the following reasons:

- *Because water is a national asset and it is better to administrate it collectively, thus ensuring greater transparency.*
- *Because it enables the developing of an overall view of the importance of water, not only of its economic value.*
- *Because "united we stand"; the more of us there are, the more opportunities we will have to share experiences, obtain results, empower ourselves, achieve sector visibility and influence its dynamics.*
- *Because together, we can recover and share operational knowledge to be used for mutual and ongoing learning, synergizing our abilities and strengths while identifying and working to correct our weaknesses.*
- *Because the generation of scale economies increases opportunities for sustainability and improving operator service quality.*
- *Because associativity drives the emergence of socially recognized and valued leadership.*
- *Because it favors process simplification and a reduction in the number of agents involved.*
- *Because it enables democratic conflict-solving, within a sensitive consensus and trust-building process.*
- *Because it reasserts the identity and autonomy of the sector, through a clear statement of its principles, values and aims, which are always at the service of the stakeholder communities it represents.*
- *Because it favors the opportunities for social mobilization of the community agent, by generating more social power and effectively establishing the right to drinking water as a human right.*

en la distribución). Una experiencia de alto interés es la que se registra en Bolivia, donde las cooperativas de los Valles Cruceños están desarrollando mecanismos de compensación por servicios ambientales hidrológicos, merced a pequeños fondos de crédito aportados por Fundación NATURA y los gobiernos locales.

Una de las fuentes de financiamiento más accesibles para las OCSAS con un buen nivel de desempeño son las empresas proveedoras de insumos como micro-medidores, cañerías, motores, entre otros. Estas ofrecen créditos comerciales de corto plazo en aquellos casos donde se ha logrado establecer una buena trayectoria de negocios.

La unión hace la fuerza

En la mayoría de los países de Latinoamérica, para fortalecer su gestión y lograr mayor incidencia, las OCSAS han optado por unir esfuerzos en organizaciones de segundo nivel y, en algunos casos, hasta de tercer nivel, como es el caso de Argentina, Paraguay, Honduras y Chile.

El capital social de AVINA (sus aliados para impulsar los modelos de Gobernabilidad

Por exemplo, as organizações de segundo nível em Honduras e Colômbia, AHAJSA e Aquacol respectivamente, foram fundamentais para: a) fortalecer os processos de gestão interna das organizações de base, b) multiplicar a aprendizagem e o uso de novas tecnologias na gestão e marketing dos serviços de água, c) tornar visível o papel das organizações e sua contribuição na prestação do serviço, e d) influenciar as políticas públicas.

Um dos principais valores que agregam estes processos associativos é a identificação e difusão de boas práticas. As boas práticas alimentam o avanço das organizações e incluem propósitos e valores de gestão e tecnologias, normas de convivências e parcerias, entre outros componentes. O foco em melhorar as práticas opera também como um impulso essencial da capacidade e da necessidade individual e coletiva de aprender.

O amadurecimento dos processos associativos com os quais a Fundación AVINA tem se relacionado requereu a continuidade na liderança e nos métodos internos básicos durante pelos menos 10 anos. Estes prazos tenderão a diminuir, mas seria um erro supor que a réplica do processo será baseada apenas em informações e conhecimento. O coração da aprendizagem radica na geração de mudanças de comportamento ou no desenvolvimento de melhores práticas a partir da realidade local.

A contribuição feita pelas organizações locais e de segundo nível do setor da água para revitalizar a iniciativa cidadã e as práticas democráticas em cada país foi muito grande e crescerá conforme seja visível sua ação. Sua influência e contribuição em nível regional estão ligadas à visualização da nova plataforma regional.

Recentemente (junho de 2011) formou-se FANCASA, a Federação de Associações Nacionais da América Latina e Caribe de Sistemas de Água, uma iniciativa centro-americana que procura integrar as associações nacionais da região. É a primeira tentativa que conhecemos da criação de uma rede internacional de OCSAS.

OCSAS saudáveis

Apesar da grande diversidade e número de organizações comunitárias da região, há uma série de características comuns

- *Because it enhances self-regulatory participation in decision-making, access to economic resources, the definition of own agendas and influence on public policies.*
- *Because it favors and reasserts a culture of solidarity and hard work for the public and collective good among the population and the organizations for domestic water consumption.*

For example, the second-tier organizations in Honduras and Colombia, AHAJSA and Aquacol respectively, have been key players in: a) strengthening the internal management processes of the grassroots organizations, b) enhancing learning activity and the use of new technologies in the negotiation and marketing of water services, c) highlighting the role of the organizations and their contributions to service supply, and d) influencing public policies.

One of the main values arising from these associative processes is the identification and spreading of good practices. Good practices drive the progress of organizations and involve objectives and values, management and technology, rules for coexistence and partnerships, among other features. Focusing on improving practices also works as a key driver for the individual and collective capacity and necessity to learn.

The success of the associative process that Fundación AVINA has been involved in has required ongoing leadership and basic internal procedural continuity during at least 10 years. This timeframe will tend to shorten, but it would be wrong to believe that the replication of this process will only be information and knowledge-based. The core learning in this case consists of generating behavioral changes or the development of better practices stemming from local realities.

There have been significant contributions by local and second-tier water sector organizations to enhance citizen initiative and democratic practices in each of the countries, and these will grow in step with the increasing visibility of their actions. Their regional incidence and contribution are linked to a proper perception of the new regional platform.

Democrática del Agua) ha desarrollado la siguiente definición para explicar qué entendemos por asociatividad: *"Proceso institucional de articulación, intercambio, comunicación y coordinación entre OCSAS de una localidad, región o país, con el fin de aprender y fortalecer sus capacidades de gestión, de incidir en políticas públicas, y de innovar, todo de manera sostenible, orientado por el propósito común de generar mayor acceso al agua para más latinoamericanos."*[2]

Estas experiencias asociativas demuestran una muy amplia diversidad de situaciones y características, pero también elementos comunes que presentamos a continuación.

DECLARATORIA DE CUENCA - ECUADOR

Nosotros, un grupo de 80 (ochenta) personas vinculadas con el sector Agua y Saneamiento y provenientes de los sectores Gubernamental, No Gubernamental y de la Sociedad Civil, de los siguientes países de Latinoamérica: Nicaragua, Honduras, El Salvador, Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia y Argentina, nos hemos reunido en la ciudad de Cuenca - Ecuador, los días 2, 3 y 4 de diciembre de 2010 para analizar, reflexionar y obtener conclusiones relevantes que permitan aportar a la construcción de la "Asociatividad entre Organizaciones Comunitarias Administradoras de Sistemas de Agua Potable y Saneamiento".

2 "Declaración de Cuenca", Ecuador, diciembre de 2010 , disponible en http://wash-rural.ning.com/profiles/blogs/declaratoria-de-cuencaecuador

que diferenciam uma OCSAS saudável. Entre elas, podemos destacar: A participação cidadã, a governabilidade democrática, a renovação de lideranças, uma visão empresarial, um marco regulatório favorável, estabelecimento de parcerias estratégicas com atores locais e organizações pares, a visão integrada do recurso e uma cultura de comunicação eficaz. O sucesso de uma OCSAS é inquestionável se presentes a maioria ou todos estes fatores.

O ingrediente principal de uma OCSAS é a participação ativa da comunidade. Estas organizações têm sua origem na autoconvocação de um grupo de vizinhos que procura atender uma necessidade básica. Os líderes de uma OCSAS normalmente não recebem remuneração por seu trabalho, eles o fazem por vocação e compromisso social. Quanto mais envolvimento genuíno existe, maiores são as possibilidades de sucesso.

Outro elemento característico das organizações comunitárias bem-sucedidas é o respeito e a valorização dos princípios democráticos. A transparência é fundamental, tanto para a eleição do Conselho Diretivo, como para a prestação de contas e a solução de conflitos. A renovação periódica das lideranças, sem identificação político-partidária, e com alto respeito pela história da instituição, são bases essenciais para a sustentabilidade e consolidação de uma OCSAS.

Os vínculos gerados pelas organizações locais e de segundo nível com empresas, universidades e ONGs estão ultrapassando os limites do setor de água e saneamento e, portanto, estão atingindo um novo nível de posicionamento e desenvolvimento na América Latina e além dos seus limites. Esta nova plataforma de formação pode oferecer oportunidades para fortalecer as organizações locais e aproveitar sua capacidade de prestar o serviço de água a mais comunidades, sendo ampliada a experiência de trabalho com base em organizações autofundadas e auto-reguladas.

Desafios para seu Fortalecimento e Expansão

A Fundación AVINA vem desenvolvendo desde 2009 processos de "ouvidoria" para determinar, com a ajuda dos próprios protagonistas, quais são os principais desafios e problemas que enfrenta o setor da gestão comunitária da água. Na maioria

Recently (in June, 2011) FANCASA, the Federation of National Water Systems Associations of Latin America and the Caribbean, a Central American initiative seeking to integrate the national associations in the region, was formed. To our knowledge, this is the first attempt ever to create an international network of CWB.

Healthy CWB

Despite the great diversity and sheer number of community organizations in the region, healthy CWB share a number of common features, including: citizen participation, democratic governance, leadership renewal mechanisms, business-oriented outlook, favorable regulatory framework, strategic partnership building with local agents and peer organizations, overall perspective of water resources and effective communications culture. A CWB will be ensured success when most, if not all of these factors are present.

The key ingredient in a CWB is active community participation. These organizations emerge when a group of neighbors gathers to address a basic need. CWB leaders are not usually paid for their work, which they perform out of a sense of vocation and social commitment. The more genuine their involvement, the greater are the chances of success.

Another typical feature of the successful community organizations is the respect and appreciation of democratic principles. Transparency is a key feature in electing the Board of Directors, accountability reporting and conflict-solving. The periodic renewal of authorities, their non-partisan nature and the fact that they are aware of the history of the institution form the essential bases for the sustainability and consolidation of a CWB.

The links generated by local and second-tier organizations with firms, universities and NGOs are spreading beyond the limits of water and sanitation, endowing them with new levels of development and positioning in Latin America and farther afield. This new platform in the making can offer opportunities to strengthen local organizations and take advantage of the ability to provide water service to a greater number of communities, extending the practical experience based on self-founding and self-regulated entities.

Para nosotros es importante la asociatividad y unidad entre sistemas comunitarios de agua y saneamiento por lo siguiente:
- Porque el agua es un patrimonio nacional y es mejor administrarla colectivamente, asegurando así, mayor transparencia.
- Porque permite desarrollar una cosmovisión integral en torno al agua, no sólo como la de un bien económico.
- Porque "la unión hace la fuerza"; mientras más somos, más oportunidades tenemos de compartir experiencias, obtener resultados, empoderarnos, visibilizarnos e incidir en las dinámicas del sector.
- Porque entre todos podemos recuperar y compartir conocimientos de gestión para el aprendizaje mutuo y permanente, sumar las capacidades y las fortalezas, identificar las debilidades y trabajar en ellas.
- Porque aumentan las posibilidades de sustentabilidad y calidad de los servicios que brindan los operadores, al generarse economías de escala.
- Porque la asociatividad favorece el surgimiento de liderazgos, con reconocimiento y valoración social.
- Porque permite reducir la cantidad de interlocutores y simplificar los procesos.
- Porque permite gestionar los conflictos de manera democrática, en un proceso delicado de construcción de concertaciones y confianzas.
- Porque reafirma el tema de la identidad sectorial y su autonomía, a partir de la claridad de sus principios y valores, fines y objetivos, siempre al servicio de las comunidades a las que representan.
- Porque favorece las posibilidades de movilización social del actor comunitario, generando mayor poder social para hacer efectivo el agua como derecho humano.
- Porque amplía la participación autorregulada para la toma de decisiones, el acceso a recursos económicos, la definición de agendas propias y la incidencia en políticas públicas.
- Porque favorece y reafirma la cultura de solidaridad y trabajo para el bien común y colectivo entre personas y organizaciones de agua de consumo doméstico.

dos países, o processo de ouvidoria está composto por uma série de fóruns regionais, onde as OCSAS têm a oportunidade de compartilhar experiências, expressar suas preocupações, necessidades, preferências e pontos de vista, e de ter um diálogo horizontal com os demais atores relevantes deste setor.
Embora cada país apresente um contexto diferente, os desafios que as OCSAS enfrentam são muito semelhantes na América Latina. Estes desafios são resumidos nos seguintes pontos:

a) Conseguir o reconhecimento social e político das OCSAS como atores chave do desenvolvimento local em seus países.

Challenges for CWB´s strengthening and expansion

Since 2009 the Fundación AVINA has been developing brainstorming strategies in order to determine, with help from the protagonists themselves, which are the main issues and challenges faced by the community water management sector. In most countries, this listening process consists of a series of regional forums where the CWB seize the opportunity to share their experiences, voice their doubts, needs, preferences and points of view, and maintain a horizontal dialog with the other main agents in this sector.

Por ejemplo, las organizaciones de segundo grado en Honduras y Colombia, AHJASA y Aquacol respectivamente, han sido claves para: a) fortalecer los procesos de gestión interna de las organizaciones de base, b) potenciar los aprendizajes y el uso de nuevas tecnologías en la gestión y mercadeo de los servicios de agua, c) visibilizar el papel de las organizaciones y su contribución en la prestación del servicio, y d) incidir en las políticas públicas.

Uno de los principales valores que agregan estos procesos asociativos es la identificación y difusión de buenas prácticas. Las buenas prácticas alimentan el avance de las organizaciones e incluyen propósitos y valores, gestión y tecnologías, normas de convivencia y alianzas, entre otros componentes. El foco en mejorar las prácticas opera además como un impulso esencial de la capacidad y la necesidad individual y colectiva de aprender.

La maduración de los procesos asociativos con los que AVINA se ha relacionado ha requerido de continuidad en el liderazgo y en los métodos internos básicos durante al menos 10 años. Estos plazos tenderán a acortarse, pero sería un error suponer que la réplica del proceso se basará solo en información y conocimiento. El corazón del aprendizaje radica en la generación cambios de comportamiento o el desarrollo de mejores prácticas a partir de la realidad local.

La contribución hecha por las organizaciones locales y de segundo grado del sector del agua para revitalizar la iniciativa ciudadana y las prácticas democráticas en cada país ha sido muy grande y crecerá conforme a la visibilidad de su acción. Su incidencia y contribución a nivel regional está ligada a la visualización de la nueva plataforma regional.

Recientemente (junio de 2011) se formó FANCASA, la Federación de Asociaciones Nacionales de Centroamérica y el Caribe de Sistemas de Agua, una iniciativa centroamericana que busca integrar a las asociaciones nacionales de la región. Es el primer intento, que conocemos, de la creación de una red internacional de OCSAS.

OCSAS saludables

A pesar de la gran diversidad y número de organizaciones comunitarias de la región, hay una serie de características comunes que distinguen a una

b) Fortalecer a gestão das OCSAS com ênfase no aumento da cobertura, na qualidade da água, na medição domiciliar e na aplicação de tarifas vigentes.
c) Incorporar mecanismos financeiros inovadores e aumentar o fluxo de fundos para expandir o acesso à água.
d) Promover associações/redes em nível local, nacional ou internacional entre os grupos comunitários de gestão da água.
e) Melhorar, atualizar e adaptar os marcos legislativos, institucionais e regulamentares vigentes, de maneira que sejam geradas as condições para um maior reconhecimento das capacidades atuais e potenciais das OCSAS.
f) Desenhar, instalar e operar de forma eficaz um sistema formal de capacitação e assessoria técnica dirigido às OCSAS, para que possam garantir, de maneira sustentável, água de boa qualidade e em quantidade às comunidades beneficiárias de seus serviços.
g) Desenhar estratégias municipais e institucionais que legitimem a ação das OCSAS em matéria de proteção, vigilância e educação como parte da gestão integral de recursos hídricos no âmbito local ou comunitário.
h) Gerar consciência social sobre a importância do cuidado das fontes de água, seu consumo e seu valor para as futuras gerações.

Todos estes elementos permitem ver a relevância que adquiriram as organizações comunitárias que fornecem o serviço de água e saneamento aos habitantes locais ou áreas periurbanas de menor densidade demográfica. Quase em silêncio, suas práticas inovadoras e perseverantes de gestão de recursos hídricos estão demonstrando a vitalidade da sociedade civil latino-americana, ao tempo que contribui para efetivar o Direito Humano à Água, em especial para os menos privilegiados, e fortalecem a saúde democrática da Região.

Although contexts may vary from country to country, the challenges faced by the CWB are generally the same throughout Latin America. These challenges can be summarized as the pursuit of the following objectives:

a) Achieve social and political recognition for CWB as key drivers of local development in their respective countries.
b) Strengthen the CWB' operating efficiency by focusing on coverage expansion, water quality, household metering and the application of tariffs in force.
c) Incorporate innovative financing mechanisms and increase cash flow to expand water access.
d) Foster local, national and international associations/networks among the community water management groups.
e) Enhance, update and adapt the legislative, institutional and regulatory frameworks in force in order to generate an environment for greater public recognition of the CWB' current and potential future capabilities.
f) Design, install and effectively operate a formal system of technical consultancy for the CWB, enabling them to guarantee a water supply of sustainable quality and quantity to the beneficiary communities.
g) Design municipal and institutional strategies to legitimize the CWB' activity in the areas of protection, monitoring and education, as part of the overall management of water resources in the local or community context.
h) Generate social awareness of the importance water sources protection, control their consumption and enhance their value for future generations.

All the above points show the current relevance assumed by the community organizations providing water and sanitation services to local settlements or low population density suburban areas. Their low-key perseverance in the implementation of innovative water management practices is clearly displaying the vitality of Latin American civil society, while simultaneously contributing to reaffirm in practice the Human Right to Water, particularly in regard to the underprivileged, and boosting the health of democracy in the region.

OCSAS saludable. Entre ellas podemos destacar: la participación ciudadana, la gobernabilidad democrática, la renovación de liderazgos, una visión empresarial, un marco regulatorio favorable, establecimiento de alianzas estratégicas con actores locales y organizaciones pares, la visión integrada del recurso y una cultura de comunicación efectiva. El éxito de una OCSAS es indudable cuando están presentes la mayoría o todos estos factores.

El ingrediente principal de una OCSAS es la participación activa de la comunidad. Estas organizaciones se originan a partir de la autoconvocatoria de un grupo de vecinos buscando atender una necesidad básica. Los líderes de una OCSAS normalmente no reciben remuneración por su trabajo, sino que lo hacen por vocación y compromiso social. Cuanto más involucramiento genuino existe, mayores son las posibilidades de éxito.

Otro elemento característico de las organizaciones comunitarias exitosas es el respeto y la valoración de los principios democráticos. La transparencia es fundamental tanto para la elección de la comisión directiva como para la rendición de cuentas y la resolución de conflictos. La renovación periódica de los liderazgos, sin identificación político-partidaria y con alto respeto por la historia de la institución, son bases esenciales para la sostenibilidad y consolidación de una OCSAS.

Los vínculos generados por las organizaciones locales y de segundo grado con empresas, universidades, y ONG están rebasando los linderos del sector de agua y saneamiento, con lo cual están alcanzando un nuevo nivel de posicionamiento y desarrollo en Latinoamérica y más allá. Esta nueva plataforma en conformación puede aportar oportunidades para fortalecer a las organizaciones locales y aprovechar su capacidad de brindar el servicio de agua a más comunidades, ampliándose la experiencia de trabajo con base en organizaciones autofundadas y autorreguladas.

Desafíos para su Fortalecimiento y Expansión

AVINA viene desarrollando desde 2009 procesos de escucha para determinar con la ayuda de los propios protagonistas, cuáles son los principales desafíos y problemas que enfrenta el sector de la gestión comunitaria del agua. En la mayoría de los países, el proceso de escucha está compuesto por una serie de foros

regionales donde las OCSAS tienen la oportunidad de compartir experiencias, expresar sus inquietudes, necesidades, preferencias y puntos de vista, y de tener un dialogo horizontal con los demás actores relevantes de este sector.
Si bien cada país presenta un contexto diferente, los desafíos que enfrentan las OCSAS son muy similares en Latinoamérica. Esto desafíos se resumen en los siguientes puntos:

a) Lograr el reconocimiento social y político de las OCSAS como actores clave del desarrollo local en sus países.
b) Fortalecer la gestión de las OCSAS con énfasis en el aumento de la cobertura, la calidad del agua, la medición domiciliar y la aplicación de tarifas vigentes.
c) Incorporar mecanismos financieros innovadores y aumentar el flujo de fondos para profundizar el acceso al agua.
d) Promover asociaciones/redes a nivel local, nacional o internacional entre los grupos comunitarios de gestión del agua.
e) Mejorar, actualizar y adaptar los marcos legislativos, institucionales y reglamentarios vigentes, de modo que se generen condiciones para un mayor reconocimiento de las capacidades actuales y potenciales de las OCSAS.
f) Diseñar, instalar y operar efectivamente un sistema formal de capacitación y asesoría técnica dirigido a las OCSAS, para que puedan garantizar sosteniblemente agua en cantidad y de calidad a las comunidades beneficiarias de sus servicios.
g) Diseñar estrategias municipales e institucionales que legitimen la acción de las OCSAS en materia de protección, vigilancia y educación como parte de la gestión integral de recursos hídricos en el ámbito local o comunitario.
h) Generar conciencia social sobre la importancia del cuidado de las fuentes de agua, su consumo y su valor para las próximas generaciones.

Todos estos elementos permiten ver la relevancia que han adquirido las organizaciones comunitarias que brindan el servicio de agua y saneamiento a las poblaciones locales o peri-urbanas de menor densidad demográfica. Casi en silencio, sus prácticas innovadoras y perseverantes de gestión de recursos hídricos están demostrando la vitalidad de la sociedad civil latinoamericana, al tiempo que contribuyen a efectivizar el Derecho Humano al Agua, en especial para los menos privilegiados, y fortalecen la salud democrática en la Región.

Modelo 2

Articulação social e tecnologias para o acesso à água: Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)

Social cooperation and technologies for access to water: the One Million Rural Cisterns Program (P1MC), by the Brazilian Semi-Arid Region NGO Network (ASA)

Apresentamos a experiência do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). Programa idealizado e gerenciado pela sociedade civil e que vem garantindo o direito de diversas famílias da região semiárida brasileira ao acesso à água de qualidade para o consumo humano, através de uma tecnologia social simples e de baixo custo para captação de água das chuvas: a cisterna de placas.

Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)

Desde sua fundação, em 1999, que Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) vem trabalhando pelo desenvolvimento da região semiárida. Região na qual a intervenção do poder público sempre tratou a questão da água com aportes de recursos para

This paper offers an overview of the One Million Rural Cisterns Program (P1MC by its local acronym), promoted and implemented by the Brazilian Semi-Arid Region NGO Network (ASA by its local acronym). The purpose of this program, which was created and executed by civil society organizations, is to guarantee access to drinking water fit for human consumption for the families living in the Brazilian semi-arid region through a simple and low-cost social technology which captures rainwater: concrete slab cisterns.

The One Million Rural Cisterns Program (P1MC)

Since its foundation in 1999, the Brazilian Semi-Arid Region NGO Network (ASA) has been working in favor of the development of the Brazilian semi-arid region. Public works in this region have always dealt with the water issue by providing funding for the

Articulación social y tecnologías para el acceso al agua: programa "Un Millón de Cisternas Rurales" (P1MC), de la Articulación de la Región Semiárida Brasileña (ASA)

Presentamos la experiencia del programa "Un Millón de Cisternas Rurales" (P1MC) de la Articulación de la Región Semiárida Brasileña (ASA). Este programa ideado y gestionado por la sociedad civil tiene por objetivo garantizar el derecho de las familias de la región semiárida brasileña al acceso al agua apta para el consumo humano, a través de una tecnología social simple y de bajo costo para la captación de agua de lluvia: la cisterna de placas.

Programa "Un Millón de Cisternas Rurales" (P1MC)

Desde su fundación, en 1999, la Articulación de la Región Semiárida Brasileña (ASA) trabaja por el desarrollo de la región semiárida de Brasil. En esta región, la intervención del poder público siempre trató la problemática del agua con aportes de recursos para la construcción de grandes obras que beneficiaban a la minoría de la población, es decir, a los más poderosos. Allí también el agua constituía una moneda de cambio electoral y, junto con la tierra, siempre estuvieron concentradas en manos de pocos.

a construção de grandes obras que beneficiavam a minoria da população, ou seja, os mais poderosos. Nessa região a água era tratada como moeda de troca eleitoral e a concentração da água e da terra sempre esteve nas mãos de poucos.

A ASA sendo uma rede nacional articulada por organizações da sociedade civil propôs, pouco depois de sua formação, um programa que descentralizasse e garantisse o acesso à água de qualidade para todas as famílias do Semiárido brasileiro. E no ano de 2003 nasceu o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), proposto, executado e gerenciado pela sociedade civil organizada. No entanto, quando a ASA executa o P1MC ela não busca a substituição do poder público na execução de estratégias de acesso à água, pois entende que água é um direito humano fundamental e é papel do Estado a sua garantia. Mas a ASA acredita na articulação da sociedade em busca de seus direitos, por isso que ela desenvolve suas ações com diversas parcerias, tendo no governo federal brasileiro um parceiro fundamental para a execução do programa.

O P1MC tem como meta a construção de um milhão de cisternas de placas na região semiárida brasileira, onde o período de estiagem das chuvas pode chegar a oito meses do ano. A cisterna foi a tecnologia social escolhida pela ASA para guardar a água da chuva por seu baixo custo de construção e por ser uma tecnologia social de fácil aprendizado, que vem do saber popular e de fácil multiplicação.

As cisternas armazenam a água colhida dos telhados das casas nos períodos das chuvas, e essa água é destinada ao consumo humano (beber e cozinhar). A cisterna não chega sozinha às comunidades, ela vem acompanhada de conhecimento e sua implementação é baseada na valorização do saber local das famílias. A cisterna do P1MC supre a necessidade da família com a água de beber de boa qualidade durante o período de estiagem das chuvas, melhorando a qualidade de vida, pois evita o consumo de água barrenta e contaminada de açudes ou poços da região, e está localizada perto das casas, evitando longas caminhadas em busca de água. Com um milhão de cisternas em todo o Semiárido brasileiro será possível guardar 16 bilhões de litros de água, em cisternas espalhadas por toda a região, de forma descentralizada.

construction of major projects benefitting to a small part of the population, the economically powerful segment. In the area, access to water has also been a "currency" for gleaning "electoral favors" and, together with land ownership, was always concentrated in the hands of very few individuals.

Shortly after its inception, the ASA, a national network of civil society organizations, put forward a proposal for a program aiming to decentralize drinking water and guarantee its access to all of the families living in the Brazilian semi-arid region. Thus in 2003, the One Million Rural Cisterns Program (P1MC) was proposed, executed and managed by civil society representatives. However, when the ASA executes the P1MC, it doesn´t endeavor to replace public authority in the implementation of water management strategies, since it considers this resource as a basic human right that must be guaranteed by the State. Instead, the ASA believes in social cooperation as a means to achieve human rights, which is why it has developed its action through different alliances and relies on the Brazilian Federal State as its main partner in the program's execution.

The P1MC's aim is to build one million concrete slab cisterns in the Brazilian semi-arid region, where the dry season can last up to eight months each year. This cistern was the social technology selected by the ASA to collect and store rainwater due to its low building cost and because it is a well-known popular method that´s both easy to use and install on a large scale.

These cisterns store the water collected on the roofs of homes during the rainy season, and this water is then used for human consumption (drinking and cooking). The cistern is not a newcomer to the communities: its implementation comes together with knowledge based on experience and family lore. The P1MC cistern meets the family needs for clean drinking water during the dry season, improving their quality of life by preventing them from drinking muddy polluted water from reservoirs or wells in the area. Moreover it is located next to the homes, suppressing the need for long water-carrying walks. Once a million cisterns are distributed over the Brazilian semi-arid region, decentralized storage of 16 billion liters of water will be possible.

La ASA, que es una red nacional conformada por organizaciones de la sociedad civil, propuso poco después de su formación un programa destinado a descentralizar y garantizar el acceso al agua potable a todas las familias de la región semiárida brasileña. Así fue que en 2003 nació el programa "Un Millón de Cisternas Rurales" (P1MC), propuesto, ejecutado y gestionado por la sociedad civil organizada. Sin embargo, cuando la ASA ejecuta el P1MC, no procura reemplazar al poder público en la implementación de estrategias de acceso al agua, pues entiende que este recurso es un derecho humano fundamental cuya garantía es función del Estado. En cambio, la ASA cree en la articulación de la sociedad para la efectivización de sus derechos, razón por la cual desarrolla sus acciones mediante diversas alianzas y cuenta con el gobierno federal brasileño como socio fundamental para la ejecución del programa.

El P1MC tiene como meta la construcción de un millón de cisternas de placas en la región semiárida brasileña, donde la duración del período de estiaje puede llegar a ocho meses cada año. La cisterna fue la tecnología social seleccionada por la ASA para almacenar el agua de lluvia debido a su bajo costo de construcción y por tratarse de un dispositivo sencillo de utilizar y de fácil multiplicación que proviene del saber popular.

Las cisternas almacenan el agua que se deposita en los techos de las viviendas durante los períodos de lluvias, recurso que luego se destina al consumo humano (beber y cocinar). La cisterna no llega sola a las comunidades, viene acompañada de conocimientos y su implementación se basa en la valorización del saber local de las familias. La cisterna del P1MC satisface la necesidad familiar de agua limpia para beber durante el período de estiaje, mejorando la calidad de vida al evitar el consumo de agua barrosa y contaminada de represas o pozos de la región, y está ubicada en las proximidades de las viviendas, evitando largas caminatas en busca de agua. Con un millón de cisternas distribuidas por toda la región semiárida de Brasil será posible almacenar 16.000 millones de litros de agua en forma descentralizada.

O semiárido brasileiro

O Semiárido brasileiro sempre teve sua imagem associada a miséria, a fome e a seca, onde a falta de chuvas sempre foi apontada como a responsável por essa situação. É uma região que compreende grande parte do território nacional brasileiro com cerca de 975.000 Km² e que integra 1.133 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. E onde vivem cerca de 22 milhões de pessoas, o que equivale a 12% da população brasileira.

ASA

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) surgiu em 1999 com a proposta de semear a convivência com o Semiárido, a partir da democratização do acesso à água de qualidade para o consumo das

The Brazilian semi-arid region

This region's perception has always been associated with extreme poverty, hunger and drought caused by a lack of rain. It is approximately 975,000 sq km in area and includes a large part of Brazil's national territory, with 1,133 municipalities in the states of Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte and Sergipe. Around 22 million inhabitants, or 12% of Brazil's total population, live there.

ASA

The Brazilian Semi-Arid Region NGO Network (ASA) was created in 1999 with the purpose of improving the quality of life in the semi-arid region based on making water freely accessible and democratically available to its population. It comprises over 1,000 civil society

Región semiárida brasileña

La imagen de la región semiárida brasileña siempre estuvo asociada a la miseria, el hambre y la sequía, atribuyéndose esta situación a la falta de lluvias. Es una región de aproximadamente 975.000 km² que comprende gran parte del territorio nacional brasileño, y que alberga 1133 municipios de los estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte y Sergipe. En ella viven cerca de 22 millones de personas, lo que equivale al 12% de la población de Brasil.

ASA

La Articulación de la Región Semiárida Brasileña (ASA) surgió en 1999 con la propuesta de fomentar la convivencia con la región semiárida a partir de la democratización del acceso al agua potable para consumo de las poblaciones que residen allí. Está integrada por más de 1000 organizaciones de la sociedad civil que exigen al Estado la efectivización de políticas públicas más equitativas para el desarrollo de la región semiárida. En la actualidad, la ASA ejecuta, con recursos gubernamentales y de otros socios, el Program a de Formación y Movilización Social para la Convivencia con la Región Semiárida, el cual comprende dos acciones principales: el programa "Un Millón de Cisternas Rurales" (P1MC) y el programa "Una Tierra y Dos Aguas" (P1+2). Las acciones de la ASA ya alcanzaron al 95% de los municipios de la región semiárida brasileña.

Un millón de cisternas en la región semiárida: ¿Cuáles son los pasos a seguir?

Junto con las cisternas del programa "Un Millón de Cisternas Rurales" (P1MC), la ASA también promueve un proceso de movilización y capacitación de las familias beneficiarias. Los integrantes de las comunidades que acceden a las cisternas participan de todas las instancias de implementación del programa, desde la selección de las familias beneficiarias hasta los cursos de formación en Gestión de Recursos Hídricos (GRH), además de otras actividades orientadas a fomentar la

populações da região. É formada por mais de 1.000 organizações da sociedade civil que cobram do Estado a efetivação de políticas públicas para o desenvolvimento da região semiárida que contemplem a maioria da população. Hoje a ASA executa, com recursos governamentais e de outros parceiros, o Programa de Formação para a Convivência com o Semiárido, que conta com duas ações: o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). As ações da ASA já chegaram em 95% dos municípios do Semiárido brasileiro.

1 milhão de cisternas no Semiárido: que passos seguir?

Junto das cisternas do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) a ASA também traz um processo de mobilização e formação social das famílias beneficiárias. Os integrantes das comunidades que conquistam as cisternas participam de todos os processos de implementação do programa, desde a escolha das famílias beneficiárias até os cursos de formação em Gestão de Recursos Hídricos (GRH), além de outras formações que discutem convivência com a região semiárida, cidadania e garantia de direitos. Pois, para a ASA é fundamental que as famílias estejam mobilizadas para que busquem seus direitos básicos como o acesso à água de qualidade, educação, saúde, dentre outros. Por isso o P1MC é o exemplo de como a Gestão Democrática da Água vem sendo trabalhada pela ASA ao longo de sua história.

Mas que passos são dados para que a estratégia de convivência com o Semiárido a partir das cisternas do P1MC seja colocada em prática? A execução do P1MC é baseada em seis componentes: Mobilização, Controle Social, Capacitação, Comunicação, Fortalecimento Institucional e Construção de Cisternas.

Quando o P1MC chega às comunidades onde será implantando faz-se necessário todo um processo de ***Mobilização Social.*** Cada município que recebe o programa deve formar uma Comissão Municipal da ASA, que deve ser composta por organizações da sociedade civil da região, como igrejas, sindicatos

organizations demanding the Federal State to implement more equitable public policies for the development of the semi-arid region. Using government funding and own membership contributions, the ASA is currently carrying out the Program for Training and Social Mobilization to Enhance Living Conditions in the Semi-Arid Region, consisting of two main sub-programs: the One Million Rural Cisterns Program (P1MC) and the "Una Tierra y Dos Aguas" Program (P1+2), best translated as "One Piece of Land and Water for two uses"1. The ASA's action has already reached 95% of the municipalities of the Brazilian semi-arid region.

1 N.B.: The P1+2´s aim is to make water widely available for economic purposes (livestock raising and agriculture) throughout the Brazilian semi-arid region. This program complements the P1MC initiative, focused on water accessibility and management for domestic use. Both, the P1+2 and the P1MC are part of the ASA´s strategy for rural sustainable development.

One million cisterns in a semi-arid region: What are the steps to follow?

Together with the cisterns involved in the One Million Rural Cisterns Program (P1MC), the ASA also fosters a process of beneficiary family mobilization and training. The members of the communities accessing the cisterns take part in all of the processes of program implementation, from the selection of the beneficiary families up to the training courses in Water Resource Management (WRM), as well as other activities orientated toward enhancing living conditions in the semi-arid region, citizenship and the preservation of rights. Hence the ASA considers it necessary that families mobilize and claim their basic rights such as access to drinking water, education and health, among others. For these reasons, the P1MC is a good example of how the ASA has been working on Democratic Water Management throughout its history.

However, what are the steps to follow in order to put into practice the strategy of improving quality of life in the semi-arid region through the P1MC cisterns? P1MC execution is based on six components: social mobilization, social control, training, communication, institutional reinforcement and cistern building.

convivencia con la región semiárida, la ciudadanía y la garantía de derechos. Así pues, para la ASA es fundamental que las familias estén movilizadas y breguen por sus derechos básicos, como el acceso al agua potable, a la educación y la salud, entre otros. Por estas razones, el P1MC es el ejemplo de cómo la ASA viene trabajando por la Gestión Democrática del Agua a lo largo de su historia.
¿Pero qué pasos se requieren para poner en práctica la estrategia de convivencia con la región semiárida a partir de las cisternas del P1MC? La ejecución del P1MC se basa en seis componentes: movilización, control social, capacitación, comunicación, fortalecimiento institucional y construcción de cisternas.

Cuando el P1MC llega a las comunidades donde se implementará, se hace necesario un proceso de *Movilización Social.* En cada municipio que se beneficia con el programa se debe constituir una Comisión Municipal de la ASA compuesta por organizaciones de la sociedad civil de la región, como iglesias, sindicatos

de trabalhadores rurais, organizações não governamentais, etc. A Comissão Municipal é responsável pela definição das comunidades e das famílias que receberão as cisternas, de acordo com os critérios do programa. Os critérios são importante para que a ação do programa chegue de fato às famílias que mais precisam das cisternas, para que haja de fato a descentralização da água no Semiárido.

Critérios de participação do P1MC

- *Número de crianças e adolescentes na escola;*
- *Número de crianças de 0 a 6 anos na família;*
- *Número de adultos com idade igual ou maior que 65 anos;*
- *Pessoas com necessidades especiais;*
- *Famílias chefiadas por mulheres;*
- *Renda **per capita** de meio salário mínimo.*

Na implantação do P1MC também se realizam periodicamente encontros microrregionais e estaduais, na busca de aperfeiçoamento da ação do programa, e também como forma de criar ambiente para o debate das questões relativas à convivência com o Semiárido. A cada dois anos a ASA realiza o seu Encontro Nacional - EnconASA, um evento que conta com a presença contundente de agricultores e agricultoras, e demais organizações da sociedade civil que compõem a rede. Um espaço importante na discussão e aprofundamento da temática da convivência com a região semiárida, assim como funciona também como espaço propositivo para a ação da ASA.

Tanto as comunidades que recebem o P1MC, quanto as equipes técnicas das organizações que compõem a ASA e executam o programa participam de diversos espaços de *Formação*. Nesses espaços privilegia-se a formação sobre questões relativas à convivência com o Semiárido, gerenciamento de recursos hídricos, capacitação de agricultores/as na construção de cisternas, capacitação de jovens na construção de bombas manuais para a sucção de água.

Durante todos os processos, é implementado o componente da *Comunicação*, que tem como objetivo expressar os valores e a diversidade do povo do Semiárido. Além de visibilizar as ações

When the P1MC reaches the communities marked for implementation, a Social Mobilization process becomes necessary. Within each of the Program's beneficiary municipalities an ASA Municipal Commission must be established and includes regional civil society organizations such as churches, rural workers´ unions, NGOs, etc. The Municipal Commission is responsible for determining which communities and families will receive the cisterns according to the criteria established in the Program. These criteria are fundamental for the Program's action to effectively reach the families who are in most need of the cisterns and for the efficient decentralizing of water supply in the semi-arid region.

Participation criteria for the P1MC

- *Number of school-age children and teenagers in the family;*
- *Number of children aged 6 years old or less within the family;*
- *Number of adults aged 65 years old or over;*
- *Individuals with particular needs;*
- *Families with female heads of household;*
- ***Per capit**a incomes of half a minimum wage.*

As part of the P1MC implementation periodical micro-regional and state-level brainstorming meetings are organized in order to improve the program's means of action and as a way of creating a discussion forum on topics related to enhancing living conditions in the semi-arid region. Every two years, the ASA carries out its EnconASA National Meeting, an event massively attended by farmers and other civil society organizations from the network. This is a crucial event for discussing and deepening the understanding of the issue of quality of life in the semi-arid region, while acting as a space for generating proposals for actions by the ASA.

Both the P1MC beneficiary communities and the technical teams of the organizations belonging to the ASA and executing the program take part in different *Training* initiatives. These initiatives focus mainly on trainings aiming at enhancing living conditions in the semi-arid region and the water resources management. They also provide the farmers and young people with skills in the assembly of cisterns and in the assembly of hand-operated water pumps, respectively.

de trabajadores rurales, organizaciones no gubernamentales, etc. La Comisión Municipal es responsable de definir las comunidades y las familias que recibirán las cisternas de acuerdo con los criterios establecidos por el programa. Los criterios son fundamentales para que la acción del programa llegue a las familias que más necesitan las cisternas y para que se logre una descentralización efectiva del agua en la región semiárida.

Criterios de participación del P1MC

- Número de niños y adolescentes en edad escolar;
- Número de niños de 0 a 6 años en la familia;
- Número de adultos con edad igual o mayor a 65 años;
- Personas con necesidades especiales;
- Familias con mujeres jefas de hogar;
- Ingreso *per cápita* de medio salario mínimo.

En la implementación del P1MC también se realizan encuentros periódicos microrregionales y estaduales a efectos de perfeccionar la acción del programa, y también como forma de crear un espacio para debatir sobre los temas referidos a la convivencia con la región semiárida. Cada dos años, la ASA realiza su Encuentro Nacional, EnconASA, un evento que cuenta con la presencia masiva de agricultores y demás organizaciones de la sociedad civil que conforman la red. Se trata de un acontecimiento crucial para la discusión y profundización de la temática de la convivencia con la región semiárida, que al mismo tiempo funciona como espacio de generación de propuestas para la acción de la ASA.
Tanto las comunidades que reciben el P1MC como los planteles técnicos de las organizaciones que componen la ASA y ejecutan el programa participan en diversos espacios de *Formación*. En dichos espacios se privilegia la formación en temas vinculados a la convivencia con la región semiárida y a la administración de recursos hídricos, como así también la capacitación de agricultores en la construcción de cisternas y de los jóvenes en la construcción de bombas manuales para la succión de agua.

e iniciativas dos programas da ASA. Para isso a articulação se utiliza de diversos instrumentos de comunicação e sistematiza experiências das famílias para que sejam compartilhadas em toda a região.

Por fim, as organizações sociais que compõem a ASA e que gerenciam o programa em suas microrregiões de atuação garantem um fortalecimento de suas ações. A partir do gerenciamento do P1MC as organizações passam a ter um reforço na sua equipe de pessoal e com custeios para despesas administrativas. Além disso, muitas vezes passam a ampliar a sua ação, a partir da atuação em diversos municípios, dessa forma se desenvolve o *Fortalecimento Institucional*.

Cisterna de placas

La cisterna del P1MC está construida con placas de cemento premoldeadas. Una tecnología simple, que permite recoger el agua de lluvia a través de canaletas de aluminio instaladas en los techos de las viviendas. El agua circula por caños hasta la cisterna y se extrae para su consumo a través de una bomba manual simple, de manera que cualquier persona de la familia pueda acceder a ella y utilizarla. El costo total de construcción de una cisterna es de alrededor de R$ 2.000,00 por familia. Este importe incluye el proceso completo de movilización, capacitación y construcción de la cisterna, y también los costos administrativos. Los materiales que componen la estructura de la cisterna del P1MC son cemento, alambre, canto rodado, cal, arena, canaletas, caños, bomba y placas. El tiempo de construcción de la cisterna es de tres a cinco días. Esta tarea suele estar a cargo de albañiles que forman parte de las comunidades beneficiadas.

P1MC democratizando o acesso à água no Semiárido Brasileiro

Depois da implantação do P1MC nas comunidades e municípios e de todo o processo de mobilização e formação social naquela localidade, as famílias recebem as cisternas e a partir daí passam a serem responsáveis por elas. Esse momento não finda a ação da ASA naquele local, ele é mais uma parte do processo de levar água

Through all these procedures the *Communication* component is also implemented, in order to express the values and the cultural diversity of the population of the semi-arid region and to disclose the activities and initiatives of the ASA's programs. To this end, the network uses different communication tools and formalizes family experiences, which are subsequently shared over the whole region.

Finally, the social organizations joining the ASA and managing the Program in their specific micro-regions of activity provide a guarantee of support for its action. Through the administration of P1MC, these organizations incorporate extra personnel whose cost is absorbed by administrative expenditure. Besides, many eventually widen the scope of their action by acting in different municipalities, thus developing the *Institutional Reinforcement*.

The concrete slab cisterns

The P1MC cistern is built with pre-molded concrete slabs. This is a simple technology involving the collection of rainwater through aluminum gutters installed on the eaves of gable-roof houses. Drainage pipes take the water into the cistern. Drinking water is pumped up by hand, in such a way that any member of the household can collect it for use. The total cost of building a cistern is around R$ 2,000 per family. This figure includes the cost of the entire process of mobilizing and training the beneficiaries and building the cistern, as well as administrative costs. The structural materials for setting up the P1MC cisterns are concrete, wire, concrete gravel, lime, sand, gutters, drainage pipes, a pump and slabs. Cistern building time ranges from three to five days. This task is usually given to the bricklayers working in the beneficiary communities.

The P1MC makes water accessibility more democratic in the Brazilian semi-arid region

After implementing the P1MC in the communities and municipalities, and after carrying out the whole process of social mobilization and training in each place, the families receive the cisterns and accept responsibility for them from then on. This does

El componente de *Comunicación* se implementa transversalmente en todos los procesos del P1MC, y su objetivo es dar expresión a los valores y a la diversidad del pueblo de la región semiárida, además de dar a conocer las acciones e iniciativas de los programas de la ASA. A tal efecto, la articulación utiliza diversos instrumentos de comunicación y sistematiza experiencias de las familias que luego son compartidas en toda la región.

Finalmente, las organizaciones sociales que integran la ASA y que gestionan el programa en sus microrregiones de actuación son garantes del fortalecimiento de sus acciones. A partir de la administración del P1MC, estas organizaciones incorporan refuerzos en su plantel de personal cuyo costo es absorbido por los gastos administrativos. Además, muchas llegan a ampliar su acción mediante la actuación en diversos municipios, que es la forma en que se desarrolla el *Fortalecimiento Institucional.*

Cisterna de placas

La cisterna del P1MC está construida con placas de cemento premoldeadas. Una tecnología simple, que permite recoger el agua de lluvia a través de canaletas de aluminio instaladas en los techos de las viviendas. El agua circula por caños hasta la cisterna y se extrae para su consumo a través de una bomba manual simple, de manera que cualquier persona de la familia pueda acceder a ella y utilizarla. El costo total de construcción de una cisterna es de alrededor de R$ 2.000,00 por familia. Este importe incluye el proceso completo de movilización, capacitación y construcción de la cisterna, y también los costos administrativos. Los materiales que componen la estructura de la cisterna del P1MC son cemento, alambre, canto rodado, cal, arena, canaletas, caños, bomba y placas. El tiempo de construcción de la cisterna es de tres a cinco días. Esta tarea suele estar a cargo de albañiles que forman parte de las comunidades beneficiadas.

de qualidade a região Semiárida brasileira. Pois entende-se como ASA não apenas as organizações que executam a diretamente as ações dos programas, como construção das cisternas, mas todos os atores sociais envolvidos na ação. A ASA é formada pelas famílias do Semiárido, pelas Comissões Municipais (que são compostas por organizações locais, como igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações não governamentais, etc.) e pelas organizações executoras do programa. Ou seja, a ASA é um conjunto de representantes da sociedade civil de todo o Semiárido.

A partir de quando recebem as cisternas as famílias começam a por em prática o processo de gerenciamento da sua água. E elas cuidam muito bem de sua cisterna, pois têm o sentimento de pertencimento da sua cisterna porque participaram ativamente dessa conquista, a partir da participação em todos os processos de implantação da tecnologia, desde a discussão de quais comunidades são prioritárias a receber as cisternas naqueles municípios, passando pela discussão transparente de qual o volume e de onde vem os recursos, até o gerenciamento da sua própria água. E a partir da mobilização para a conquista das cisternas que as famílias percebem que a continuidade dessa mobilização pode continuar a trazer a conquista por outros direitos.

A ação da ASA não se encerra com a implantação das cisternas na casa das famílias. Esse momento é parte de uma ação maior, que é a participação e mobilização dos cidadãos do Semiárido brasileiro em busca de seus direitos. E esse modelo de gestão democrático

not mean that the ASA has ended its activity in the area, but it rather represents merely one more step in the process of supplying water fit for human consumption to the Brazilian semi-arid region. The ASA not only includes the organizations that directly execute the programs, for example cistern building, but also all of the social agents involved in its action. The ASA incorporates the families living in the semi-arid region, the Municipal Commissions (formed by local organizations such as churches, rural workers' unions, NGOs, etc.) and the organizations that execute the program. In short, the ASA is a composite of civil society representatives from the whole semi-arid region.
After receiving their cisterns, the families start to put different water management procedures into practice. Above all, they take care of their cisterns' maintenance thanks to their sense of achievement and belonging, resulting from their active participation in the building process and all of the technological implementation procedures, including the discussion of which communities should have priority as beneficiaries in those municipalities – through a transparent evaluation of the volume of funding required and its origin – up to the management of their own water. Playing an active role in order to acquire their own cisterns enables these families to realize that their ongoing efforts can result in the conquest of other rights.

Therefore the ASA's activity does not end with the implementation of cisterns in family homes. This instance is only part of an action on a larger scale, namely the participation and mobilization of citizens in defense of their rights in the Brazilian semi-arid region. This democratic water management model implemented by the ASA over its 11 years of existence has had a major impact on the quality of life of thousands of families living in the region.

Key ASA achievements through the P1MC Program:

- Decentralization of water supply in the Brazilian semi-arid region

  To date, 322,000 cisterns have been built through the ASA, i.e. one million six hundred thousand individuals have access to this technology and their water supply is located next to their homes. This is the equivalent of 5 billion liters of water in decentralized accumulations in the whole semi-arid region. The cisterns' location next to the family homes makes a contrast with the results of previously implemented

El P1MC democratiza el acceso al agua en la región semiárida brasileña

Después de la implementación del P1MC en las comunidades y municipios y de todo el proceso de movilización y formación social en cada localidad, las familias reciben las cisternas y a partir de ese momento, quedan bajo su responsabilidad. Este hecho no implica que la ASA ha culminado su acción en ese lugar, sino que es una parte más del proceso de llevar agua apta para el consumo humano a la región semiárida brasileña. La ASA no sólo alberga a las organizaciones que ejecutan de manera directa las acciones de los programas, por caso la construcción de las cisternas, sino a todos los actores sociales involucrados en la acción. La ASA está constituida por las familias de la región semiárida, por las Comisiones Municipales (que están conformadas por organizaciones locales, como iglesias, sindicatos de trabajadores rurales, organizaciones no gubernamentales, etc.) y por las organizaciones que ejecutan el programa. En pocas palabras, la ASA es un conjunto de representantes de la sociedad civil de toda la región semiárida.

A partir de la recepción de las cisternas, las familias comienzan a poner en práctica distintos procedimientos orientados a la administración de su agua. Ante todo, cuidan muy bien de sus cisternas en virtud de que han desarrollado un sentido de pertenencia hacia ese logro tras haber participado activamente de su concreción y de todos los procesos de implementación de la tecnología, desde la discusión de qué comunidades tienen prioridad como beneficiarias en esos municipios -incluida la evaluación transparente de cuál es el volumen de recursos y de dónde vienen- hasta la administración de su propia agua. A partir de la movilización para adquirir sus propias cisternas, las familias perciben que la continuidad de este impulso puede resultar en la conquista de otros derechos.

La acción de la ASA no culmina, pues, con la implementación de las cisternas en la vivienda de las familias. Ese momento forma parte de una acción mayor, que es la participación y movilización de los ciudadanos de la región semiárida brasileña por sus derechos. Este modelo democrático de gestión del agua implementado por la ASA a lo largo de sus 11 años de existencia tiene un gran impacto sobre la calidad de vida de miles de familias de la región.
Durante el período de acción de la ASA en el marco del P1MC podemos destacar los siguientes puntos:

da água implantado pela ASA ao longo dos seus 11 anos de atuação tem um grade reflexo na mudança de vida de milhares de famílias da região.

Ao longo desse tempo, na ação da ASA com o P1MC podemos destacar os seguintes pontos:

- Descentralização da água no Semiárido brasileiro

  Até hoje já foram construídas 322 mil cisternas pela ASA, ou seja, um milhão e seiscentas mil pessoas conquistaram a cisterna e tem água ao lado da sua casa. O que significa 5 bilhões de litros de água acumulados de forma descentralizada em todo o Semiárido. Água essa localizada perto da casa das famílias, ao contrário das políticas que foram efetivadas ao longo dos anos, que promoviam, com o dinheiro público, a concentração de água em grandes reservatórios, de terras particulares, beneficiando a poucos.

- Gestão descentralizada dos recursos

  A administração do P1MC é realizada pela ASA, através de Unidades Gestoras (UGs), sendo uma Central (UGC) e 58 Microrregionais (UGMs), que estão presentes em todo o Semiárido. O objetivo dessa descentralização é a agilidade nas decisões, a transparência financeira e administrativa e a responsabilidade de vários atores sociais da região pela implementação do programa. A Unidade Gestora Central é a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC). A AP1MC é a receptora dos recursos que financiam as ações do programa e realiza termos de contrato com as UGMs, que são organizações da sociedade civil, como associações comunitárias, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, entidades das Igrejas católicas e evangélicas, organizações não governamentais e outras organizações ligadas a ASA.

- Formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido

  O P1MC faz parte de um grande programa da ASA, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. É um programa pensado pela sociedade civil, baseado no conhecimento dos povos do Semiárido, executado por organizações da sociedade civil e que tem como fim a melhoria de vida da população do

pubic policies that fostered water concentration in major reservoirs located on private land, for the benefit of only a few individuals.

- Decentralization of resources management

  The ASA carries out the P1MC administration through various Management Units (MUs), one Central Management Unit (CMU) and 58 Micro-regional Management Units (MMUs), in the whole of the semi-arid region. The aim of such decentralization is to accelerate the decision-making process, create financial management and administrative transparency, and make a number of social agents in the region accountable for implementing the program. The Central Management Unit is the Association for the One Million Rural Cisterns Program (AP1MC by its local acronym). The AP1MC is the recipient of resources financing the execution of the Program and carries out the terms of the contract together with the MMUs, which incorporate civil society organizations such as community associations, cooperatives, rural workers' unions, Catholic Church entities, NGOs and other ASA-related organizations.

- Training and social mobilization to improve quality of life in the semi-arid region

  The P1MC lies within the framework of a larger ASA initiative, the Program for Training and Social Mobilization to Enhance Living Conditions in the Semi-Arid Region. This program, whose aim is to improve the quality of life of the population residing in the area, has been created from within civil society and executed by civil society organizations, and relies on the knowledge of the population of the semi-arid region. It is a program based on citizen participation that promotes social involvement in every concrete action it carries out. The P1MC cistern reaches the communities, supplies water to the families and trains citizens who will have the ability to remain mobilized in order to conquer other rights.

- Democratization of water management

  Families receiving the cistern also take part in training courses where they learn how to manage their water. In other words, the P1MC cisterns come together with knowledge acquired in training courses about the management of cistern water

- Descentralización del agua en la región semiárida brasileña

  Hasta el momento se construyeron 322 mil cisternas a través de la ASA, vale decir, un millón seiscientas mil personas accedieron a esta tecnología y tienen agua junto a su vivienda. Esto equivale a 5.000 millones de litros de agua acumulados en forma descentralizada en toda la región semiárida. El agua está ubicada cerca de la vivienda de las familias, a diferencia de las políticas públicas que se efectivizaron previamente y que promovían la concentración de agua en grandes reservorios localizados en tierras privadas, beneficiando a pocos.

- Gestión descentralizada de los recursos

  La ASA lleva adelante la administración del P1MC a través de Unidades de Gestión (UGs), una Central (UGC) y 58 microrregionales (UGMs), que están presentes en toda la región semiárida. El objetivo de dicha descentralización es agilizar las decisiones, transparentar la gestión financiera y administrativa, y responsabilizar a una variedad de actores sociales de la región por la implementación del programa. La Unidad de Gestión Central es la Asociación del Programa Un Millón de Cisternas Rurales (AP1MC). La AP1MC es la receptora de los recursos que financian las acciones del programa y ejecuta los términos del contrato con las UGMs, que son organizaciones de la sociedad civil tales como asociaciones comunitarias, cooperativas, sindicatos de trabajadores rurales, entidades de las iglesias católicas, organizaciones no gubernamentales y otras organizaciones vinculadas a la ASA.

- Formación y movilización social para la convivencia con la región semiárida

  El P1MC se enmarca en una iniciativa mayor de la ASA, el Programa de Formación y Movilización Social para la Convivencia con la Región Semiárida. Es un programa pensado desde la sociedad civil, basado en el conocimiento de los pueblos de la región semiárida, ejecutado por organizaciones de la sociedad civil y que tiene como objetivo mejorar la vida de la población que reside allí. Es un programa que se asienta sobre la participación de los ciudadanos y que promueve la participación social en cada acción concreta llevada a cabo. La cisterna del P1MC llega a las comunidades, provee de agua a las familias y forma ciudadanos capaces de continuar movilizados para conquistar otros derechos.

Semiárido. É um programa que se baseia na participação cidadã e que promove a participação da sociedade em toda execução. A cisterna do P1MC chega às comunidades, leva água às famílias e forma cidadãos capazes de continuarem mobilizados em busca de outros direitos.

- Democratização no gerenciamento da água
  As famílias recebem a cisterna e também participam de formações para o gerenciamento da sua água. As cisternas do P1MC vêm acompanhadas de conhecimentos, a partir das formações de como cuidar da água tanto da cisterna, como das fontes de água existentes na comunidade. As famílias do Semiárido passam a gerir a sua água de acordo com a sua necessidade.

  Mulheres e crianças beneficiadas
  As mulheres e crianças são as maiores beneficiadas com a conquista da cisterna, pois geralmente são responsáveis por caminhar longas distâncias para encontrar água em barreiros ou açudes da região. Com a água perto de casa, as mulheres e crianças tem tempo para se dedicar a outras atividades, como o estudo, além de não necessitar mais caminhar várias horas durante o dia, com o peso das latas d'água na cabeça.

- Capacidade de gerar processos de diálogo e participação ativa
  A ASA entende que a transformação de suas propostas em políticas públicas exige uma ação permanente de ocupação de espaços de construção e controle social das políticas públicas em diversos níveis. Por isso, a articulação está presente em diversos espaços a exemplo dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), nos níveis nacional, estadual e municipal, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), nos conselhos de desenvolvimento territorial, entre outros. E está aberta ao diálogo com outros parceiros.

- Avanços na relação com o poder público
  A ASA entende que é função do Estado a garantia de acesso à água de qualidade a famílias do Semiárido brasileiro e por isso não busca a substituição do poder público nas questões de acesso à água quando executa seus programas. Ela

and the other water sources existing in the community. The families living in the semi-arid region are thus starting to manage their water according to their needs.

- Women and children stand to benefit
  Women and children are those who benefit the most from cistern access, since they are usually the ones required to walk long distances in order to find water in the region's reservoirs and *barreiros* (holes dug in the ground to collect rainwater). With water available next to their house, women and children can dedicate their time to other activities, such as studying, since they no longer have to walk several hours a day balancing heavy water cans on their heads.

- Ability to generate processes of dialog and active participation
  The ASA understands that transforming its proposals into public policies demands a ubiquitous action in decision-making processes as well as a special control over the State interventions at different levels. This is why cooperation activity is present in different areas, such as the Nutritional and Foodstuffs Safety Councils (CONSEAs by their local acronym) at the national, state and municipal levels, the National Council for Sustainable Rural Development (CONDRAF by its local acronym), and the territorial development councils, among others. More importantly, it is open to dialog with other potential partners.

- Progress made in the relationships with state authorities.
  The ASA understands that it is the State's duty to guarantee access to water fit for human consumption for the families living in the Brazilian semi-arid region, and this is why it does not intend to replace the government in this role when it carries out its programs. The P1MC's proposal was therefore submitted to the government and the Brazilian Federal State is today the main source of funding for its activity. As from the ASA's coordination with the federal public authorities, the experience of building cisterns has become a public policy adopted at different government levels and has been included within Brazil's General Budget allocations.

- Resource mobilization

- **Democratización de la administración del agua**

  Las familias reciben la cisterna y también participan en cursos de formación donde aprenden cómo administrar su agua. En otras palabras, las cisternas del P1MC vienen acompañadas de conocimientos a través de capacitaciones relativas al cuidado del agua de las cisternas y de las fuentes de agua existentes en la comunidad. Las familias de la región semiárida comienzan así a administrar el agua de acuerdo con sus necesidades.

- **Mujeres y niños beneficiados**

  Las mujeres y niños son los más beneficiados con el acceso a la cisterna, pues por lo general son los encargados de caminar largas distancias para encontrar agua en los *barreiros* (excavaciones realizadas en el suelo para retener agua de lluvia) o en las represas de la región. Con el agua cerca de la vivienda, las mujeres y niños tienen tiempo para dedicarse a otras actividades, como el estudio, ya que no deben caminar más durante varias horas al día con el peso de las latas de agua sobre su cabeza.

- **Capacidad de generar procesos de diálogo y participación activa**

  La ASA entiende que la transformación de sus propuestas en políticas públicas exige una acción permanente de ocupación de espacios de construcción y control social de las intervenciones estatales en diversos niveles. Por eso, la articulación está presente en distintos ámbitos, como los Consejos de Seguridad Alimentaria y Nutricional (CONSEAs) en los niveles nacional, estadual y municipal, el Consejo Nacional de Desarrollo Rural Sustentable (CONDRAF), y los consejos de desarrollo territorial, entre otros. Lo que es más importante aún, está abierta al diálogo con otros socios.

- **Avances en la relación con el poder público.**

  La ASA entiende que es una función del Estado garantizar el acceso al agua apta para el consumo humano a las familias de la región semiárida brasileña y por eso no aspira a reemplazar al poder público en este rol cuando ejecuta sus programas. Así pues, presentó a los gobernantes la propuesta del P1MC y el Estado brasileño es hoy el principal financiador de sus acciones. A partir de la articulación de la ASA con el poder público

apresenta aos governantes a proposta do P1MC e por isso hoje o Estado brasileiro é o maior financiador de suas ações. A partir da articulação da ASA junto ao poder público federal, a experiência com a construção de cisternas se transformou em política pública adotada nos vários níveis de governo e prevista no Orçamento Geral da União.

- Mobilização de recursos
  A ASA já mobilizou e gerenciou, ao longo de sua caminhada, para ação dos seus programas cerca de meio bilhão de reais. Junto ao governo federal brasileiro e parceiros, como agências de cooperações internacionais e fundações, assim como junto a iniciativa privada. Entretanto, a ASA se mantém fiel aos seus princípios fundadores de trabalhar de forma autônoma, de preservar a sua própria identidade e de continuar a luta pela construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável no Semiárido.

- Transparência na prestação de contas a sociedade
  Para monitoramento das ações do P1MC, a ASA conta com o Sistema Integrado de Gestão e Auditoria (SIGANet). O sistema monitora as ações de cada unidade gestora do programa e pode ser acompanhado por cada um dos financiadores em tempo real. O sistema contém ainda ações de cada família selecionada pelo programa, além das coordenadas geográficas de cada cisterna construída.

- Comunicação contribuindo para um outro olhar sobre o Semiárido
  Para a ASA a comunicação é um direito de cada cidadão e cidadã, por isso, ao longo de sua trajetória, tem construído estratégias de valorização do Semiárido, do conhecimento e da cultura local. Mostrando que o Semiárido é viável, um lugar que brota vida, tem uma identidade, tem conhecimentos tradicionais associados, e não apenas miséria e fome como historicamente foi apontado pela grande mídia brasileira. Dessa forma, vem fomentando o conhecimento sobre o direito de cada cidadão à água de qualidade. Para isso, investe nas ações de comunicação com radiodifusão, construção de cartilhas, vídeos, boletins, entre outros. Sempre tendo as famílias da região semiárida como protagonistas desses instrumentos, onde elas compartilham seus conhecimentos e vivências.

Desafios na caminhada da ASA

Throughout its activities, the ASA has mobilized and managed around 500 million Reals in order to implement its programs. This funding was provided by its members and the Brazilian federal government, international cooperation agencies and foundations, and also by private business. However, the ASA has remained loyal to its founding principles of working independently, maintaining its own identity and continuing to work toward a new sustainable model in the semi-arid region.

- Transparency in accountability to society
  In order to monitor the P1MG's activity, the ASA uses the Integrated Management and Auditing System (SIGANet by its local acronym). The system monitors the activity of each of the Program's Management Units, and the funders are able to carry out real-time checks. The system also monitors the activity of each of the families that stand to benefit from the program, and keeps a record of the precise geographical coordinates of each cistern installed.

- Another perspective on the semi-arid region through Communication
  For the ASA, communication is every citizen's right, and consequently it has built strategies for valuing the semi-arid region and local lore and culture. It has proved that the semi-arid region is a viable, life-giving place possessing its own identity and traditional knowledge, and that it is not simply a story of hunger and abject poverty, as painted historically by the Brazilian media. Thus, coordination has promoted knowledge on the citizens' right to access proper drinking water. This is why it invests on radio communication and publishing videos, bulletins and brochures, among other things. The families living in the semi-arid region are always the protagonists of these publications, through which they share their knowledge and experiences.

Challenges along the ASA´s path

Along its path, the ASA faces challenges on many fronts, both related to political cooperation and to project execution. Maintaining the dynamics of a large-scale network is in itself

federal, la experiencia de la construcción de cisternas se transformó en política pública adoptada en los diversos niveles de gobierno y está prevista en el Presupuesto General de Brasil.

- Movilización de recursos

  A lo largo de su camino, la ASA ha movilizado y administrado cerca de 500 millones de reales para la implementación de sus programas. Dichos fondos provienen del gobierno federal brasileño y de los socios, de agencias de cooperaciones internacionales y fundaciones, y también de la iniciativa privada. Sin embargo, la ASA se mantiene fiel a sus principios fundadores de trabajar en forma autónoma, de preservar su propia identidad y de continuar la lucha por la construcción de un nuevo modelo de desarrollo sustentable en la región semiárida.

- Transparencia en la rendición de cuentas a la sociedad

  Para el monitoreo de las acciones del P1MC, la ASA cuenta con el Sistema Integrado de Gestión y Auditoría (SIGANet). El sistema monitorea las acciones de cada Unidad de Gestión del programa y los financiadores pueden realizar su seguimiento en tiempo real. El sistema también monitorea las acciones de cada una de las familias beneficiarias del programa, además de las coordenadas geográficas de cada cisterna construida.

- La comunicación contribuye a tener otra mirada de la región semiárida

  Para la ASA, la comunicación es un derecho de todos los ciudadanos, y por tal motivo, a lo largo de su trayectoria ha construido estrategias de valorización de la región semiárida, del conocimiento y de la cultura local. Ha demostrado que la región semiárida es viable, un lugar que genera vida, que tiene una identidad, que tiene conocimientos tradicionales asociados, y no sólo miseria y hambre, como históricamente indican los medios brasileños. De esta forma, la articulación ha promovido el conocimiento sobre el derecho de los ciudadanos al agua potable. Para ello, invierte en acciones de comunicación a través de radiodifusión, creación de cartillas, vídeos y boletines, entre otros. Las familias de la región semiárida son siempre protagonistas de estos instrumentos, a través de los cuales comparten sus conocimientos y vivencias.

Durante a caminhada da ASA surgem desafios a serem enfrentados, tanto na questão de articulação política, quanto na execução dos projetos. Manter a dinâmica de uma rede do tamanho da ASA é um desafio diário, por ser composta por organizações da sociedade civil de diversos campos de atuação. Além do equilíbrio que deve existir ao tratar das questões gerenciais e administrativas que estão presentes na execução dos projetos e que são importantes para a continuidade da ação prática. Outro desafio constante na vida da articulação é a sustentabilidade financeira para a manutenção da ação e para o qual a ASA vem sempre buscando alternativas. Desafios enfrentados ao longo da caminhada de uma proposta grandiosa, que objetiva a melhoria da qualidade de vida da população do Semiárido, com a democratização do acesso à água.
Entre os principais desafios enfrentados pela ASA estão:

- Mobilização contínua de recursos
  Ao longo da construção do P1MC existiram descontinuidades no aporte de recursos do governo federal para execução do programa, o que gerou a paralisação de sua ação com conseqüência direta no processo de mobilização social e no trabalho junto às comunidades rurais. A mobilização contínua de recursos, inclusive com seus outros parceiros, é um dos maiores desafios da articulação.
- Consolidação do P1MC como política pública
  Consolidar o programa como uma política pública de Estado, com a garantia de recursos para além de outros governos é um desafio para o qual a ASA vem trabalhando ao longo de sua trajetória.

- Mobilização social contínua
  A continuidade da mobilização das comunidades na qual a ASA chega com o P1MC é um desafio constante. O fortalecimento de espaços democráticos para o debate, proposição e acompanhamento de ações de desenvolvimento da região semiárida, que tenha a democratização da água como um foco importante, mas que também incluam outras questões como democratização da terra, acesso a crédito, segurança alimentar, entre outras, são desafios que se colocam no horizonte da sociedade civil organizada.
- Articulação com os Governos Estaduais
  Os fóruns estaduais que compõe a ASA nacional tem buscado uma articulação com os governos estaduais também com o objetivo de desenvolver ações de convivência com o

a daily challenge, since the ASA is composed of civil society organizations acting in different fields. Another challenge is that of keeping a balance in the discussion on managerial and administrative topics which will manifest during project execution and which are important for the continuance of practical activity. The third permanent challenge in the area of cooperation is the activity's financial sustainability, for which the ASA incessantly seeks new options. These are the emerging challenges on the path to an extraordinary proposal to improve the quality of life of the semi-arid region's population through the democratization of water accessibility.
Let us examine this in detail:

- Permanent resource mobilization
  During the P1MC's implementation there were breaks in the supply of program execution funding from the federal government, causing its interruption and bringing in their wake direct consequences on the social mobilization process and on the work with rural communities. The permanent mobilization of funding, also involving other ASA members, is one of the main challenges on the cooperation path.

- Consolidation of the P1MC as a matter of public policy
  Consolidating the Program as a Federal State public policy – guaranteeing funding flow despite government changes – is a challenge the ASA has been working hard to overcome.

- Continuous social mobilization
  The ongoing nature of the mobilization of the communities reached by the ASA through the P1MC is a permanent challenge. Strengthening the democratic participation in the debate, offering and monitoring the developmental action in the semi-arid region – in all of which the democratic access to water is a key item but other matters are included, such as land ownership equity, access to loans and foodstuffs safety, among other concerns – are emerging challenges on the horizon of organized civil society.

- Cooperation with state governments
  The state-based forums making up the national ASA also achieved a degree of cooperation with the state governments in order to develop actions in favor of quality

Desafíos en el camino de la ASA

A lo largo de su camino, la ASA enfrenta desafíos en diversos frentes, tanto relacionados con la articulación política como con la ejecución de los proyectos. Mantener la dinámica de una red de grandes dimensiones es un desafío diario, ya que la ASA está compuesta por organizaciones de la sociedad civil de diversos campos de actuación. Otro desafío es lograr el equilibrio entre las cuestiones gerenciales y administrativas que estarán presentes en la ejecución de los proyectos y que son importantes para la continuidad de la acción práctica. El tercer desafío permanente en la vida de la articulación es la sustentabilidad financiera de las acciones, para lo cual la ASA busca alternativas incesantemente. Estos son los retos que emergen en la trayectoria de una propuesta extraordinaria que tiene como objetivo la mejora de la calidad de vida de la población de la región semiárida a través de la democratización del acceso al agua. Veámoslos en detalle:

Semiárido, como a construção de cisternas do P1MC. As ASAs estaduais tem o desafio de articular essas parcerias e conquistar também em níveis estaduais o fortalecimento de suas ações.

- Ampliação da atuação

  O P1MC está presente em 95% dos municípios do Semiárido brasileiro, no entanto, sua ação se desenvolveu ao longo dos anos principalmente em municípios de atuação das organizações que compõem a ASA naquela localidade, em municípios mais próximos as organizações. A ASA tem o desafio de levar o programa aos municípios mais distantes de suas localidades de atuação, o desafio de envolver outras organizações e atores sociais nesse processo, mas um desafio que também envolve aumento dos custos do programa por conta do maior deslocamento.

A ação da ASA no Semiárido brasileiro[1]

- *A ASA está presente em 95% dos municípios do Semiárido brasileiro;*
- *1 Milhão de cisternas é a meta do P1MC;*
- *322 mil cisternas já foram construídas pela ASA;*
- *O que significa que um milhão e seiscentas mil pessoas já conquistaram água ao lado da sua casa.*
- *Já são 5 bilhões de litros de água acumulados de forma descentralizada em todo o Semiárido.*

[1] Dados referentes a dezembro 2010

Para continuar informado/a

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) manem uma página na internet cm informações atualizadas da sua ação. Lá é possível se cadastrar para receber informações da ação da articulação, conhecer experiências de famílias que conquistaram sua cisterna e saber mais sobre os programas da ASA. É só acessar http://www.asabrasil.org.br para se manter informado/a. O contato também pode ser mantido através do endereço de e-mail asa@asabrasil.org.br

Depoimentos

"Você consome uma água boa, uma água que você sabe a procedência, de onde veio. E é você que cuida da

of life enhancement within the semi-arid region, such as the building of P1MC cisterns. The state ASAs face the challenge of coordinating these joint actions and achieving a reinforcement of their initiatives and projects at their respective levels of activity.

- Activity expansion

  The P1MC has reached 95% of the Brazilian semi-arid region's municipalities, although its activity has mainly made progress in the municipalities where ASA local member organizations are present, and in those that have links with these organizations. The ASA faces the challenge of taking the Program to the more remote municipalities in its places of activity, and of including other organizations and social agents within this process, which also involves an increase in program costs due to the expansion of its boundaries.

The ASA's activity in the Brazilian semi-arid region2

- *The ASA has reached 95% of the Brazilian semi-arid region's municipalities;*
- *The P1MC's target is to install one million cisterns;*
- *The ASA has already built 322,000 cisterns;*
- *This means that one million six hundred thousand individuals already have access to drinking water near their homes.*
- *In the whole of the semi-arid region some 5 billion liters of drinking water have thus been accumulated in a decentralized way.*

2 December 2010 data

Staying updated

The Brazilian Semi-Arid Region NGO Network (ASA) has a website with updated information on its action. Signing up on the site will allow you to receive updates on its initiatives, get to know the experiences of families who were able to build their own cisterns and learn more about the ASA's programs. To stay updated, all you have to do is visit http://www.asabrasil.org.br. You can also contact the ASA by email at: asa@asabrasil.org.br.

Testimonials

"We now consume healthy water, we know its origin, where it comes from. And it is our job to take care of our water by cleaning the gutters and the cistern, and keeping an eye on them. We know that consuming

- Movilización continua de recursos

  Durante la implementación del P1MC hubo discontinuidades en el aporte de recursos del gobierno federal para la ejecución del programa, lo cual generó su interrupción y acarreó consecuencias directas en el proceso de movilización social y en el trabajo con las comunidades rurales. La movilización continua de recursos involucrando también a otros socios de la ASA, es uno de los principales desafíos de la articulación.

- Consolidación del P1MC como política pública

  Consolidar el programa como una política pública del Estado -con garantía de recursos más allá de los gobiernos- es un desafío para el cual la ASA viene trabajando intensamente.

- Movilización social continua

  La continuidad de la movilización de las comunidades a las cuales la ASA llega con el P1MC es un desafío permanente. El fortalecimiento de espacios democráticos para el debate, la propuesta y el seguimiento de acciones de desarrollo para la región semiárida -en las que la democratización del agua constituya un foco importante y se incluyan también otras cuestiones, como la democratización de la tierra, el acceso al crédito y la seguridad alimentaria, entre otras- son desafíos que emergen en el horizonte de la sociedad civil organizada.

- Articulación con los gobiernos estaduales

  Los foros estaduales que conforman la ASA nacional procuraron también una articulación con los gobiernos estaduales con el objetivo de desarrollar acciones de convivencia con la región semiárida, como la construcción de cisternas del P1MC. Las ASAs estaduales tienen el desafío de articular esas operaciones conjuntas y de alcanzar el fortalecimiento de sus iniciativas y proyectos en sus respectivos niveles de actuación.

- Ampliación de la actuación

  El P1MC está presente en el 95% de los municipios de la región semiárida brasileña, aunque su acción se desarrolló de manera progresiva principalmente en municipios en los que están presentes las organizaciones

procedência da sua água, porque você limpa as calhas, você tem o cuidado com a cisterna, como está ela, se está limpa, se não está. Por ser uma água de qualidade a gente sabe que a saúde melhora muito", Joelma Pereira, agricultora do município de Cumaru, no estado de Pernambuco.

Eu vou lá marco o buraco, aí o dono da casa vai, a família cava o buraco. Depois que a família cava o buraco, eu vou lá e faço as peças, todas peças. E depois começo a montar a cisterna. E quando eu estou fazendo a cisterna eu me sinto muito importante, pareço a rainha da Inglaterra", Francisca das Chagas da Silva, pedreira de cisternas , do estado do Rio Grande do Norte.

"Nós vivemos hoje num Semiárido onde os agricultores e agricultoras tem uma autoestima de dizer que é Semiárido. Aqui a gente vem construindo experiências de convivência com o Semiárido e a ASA veio potencializar, a ASA veio trazer essa valorização de nós agricultores e agricultoras, que vivemos numa região que há muito tempo a gente vem resistindo a viver aqui e dizer que aqui é o nosso lugar, que aqui é um lugar bom e feliz", Roselita Victor, agricultora do estado da Paraíba.

"Antes da cisterna nossa vida era difícil, não tinha água boa, as crianças adoeciam. Água boa só tinha distante de casa. Depois que a cisterna foi construída, nunca secou. tenho água boa pra minha família e ainda pra outras pessoas que moram perto de mim!", Maria Emília, agricultora, Sítio Açude do Campo, Pesqueira, Pernambuco.

"Temos aí um simbolismo muito grande. Uma tecnologia pensada e experimentada inicialmente por um agricultor familiar que migrou por conta da seca. As organizações foram construindo a tecnologia e nós percebemos que é uma tecnologia simples, de fácil acesso às famílias, de fácil acesso de aprendizagem mesmo. Com o tempo e com o acompanhamento das organizações até hoje vem sendo melhorada tecnicamente. Mas hoje nós chegamos a um formato tecnológico das cisternas de 16 mil litros muito mais uniforme", Valquíria Lima, coordenadora da ASA

good quality drinking water makes a great difference to our health", Joelma Pereira, farmer in the Cumaru municipality, Pernambuco state.

I go to the house, mark out the hole, and then the homeowner and his/her family dig it. After the family digs the hole, I build the components, all of them. Then I start assembling the cistern. While I'm assembling it, I feel very important, in fact I feel like the Queen of England", Francisca das Chagas da Silva, cistern construction worker in the Rio Grande do Norte state.

"We now live in a semi-arid region we farmers are proud of belonging to. We have been improving the quality of life in Semi-Arid Region thanks to the ASA. The ASA has brought increased importance to us farmers who have been struggling for a long time in this area which has become a home to us, a good and happy place", Roselita Victor, farmer in the Paraíba state.

"Before the cistern we had a hard life, there was no clean water and the kids would get sick. Our source of clean water was far from the house. After the cistern was built we were never thirsty anymore, I have clean water for my family and even for my neighbors", Maria Emília, farmer in Sítio Açude de Campo, Pesqueira, Pernambuco.

"This is something very symbolic. A technology that was invented and initially tried out by a family farmer who had to emigrate because of the drought. The organizations perfected the technology and we realize that it is simple to use, easily accessible to the families, even in terms of learning. Over time and thanks to the organizations' follow-up we have now steadily improved the technology. Today we have adopted a 16,000 liter cistern format that is more in keeping with the families' needs", Valquíria Lima, ASA coordinator in the Minas Gerais state.

Bibliography

que integran la ASA a nivel local y en aquellos más cercanos a estas organizaciones. La ASA tiene el desafío de llevar el programa a los municipios más distantes de sus localidades de actuación y de incluir a otras organizaciones y actores sociales en este proceso, lo cual también involucra el aumento de los costos del programa debido a la expansión de sus límites.

La acción de la ASA en la región semiárida brasileña (2010)

- La ASA está presente en el 95% de los municipios de la región semiárida brasileña;
- La meta del P1MC es instalar 1 millón de cisternas;
- La ASA ya construyó 322 mil cisternas;
- Esto significa que un millón seiscientas mil personas ya cuentan con agua junto a su vivienda.
- En toda la región semiárida ya se han acumulado 5.000 millones de litros de agua en forma descentralizada.

(Datos de Diciembre de 2010)

Para continuar informado

La Articulación de la Región Semiárida Brasileña (ASA) cuenta con una página web con información actualizada sobre sus acciones. Allí es posible registrarse para recibir información sobre ellas, conocer las experiencias de familias que lograron acceder a su cisterna y saber más sobre los programas de la ASA. Para mantenerse informado, sólo debe que acceder a **http://www.asabrasil.org.br.** También puede contactarse a través del siguiente correo electrónico: asa@asabrasil.org.br

Testimonios

"Consumimos agua saludable, sabemos de dónde viene, conocemos su procedencia. Y nosotros somos los que cuidamos la procedencia del agua,

no estado de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais. ASA, revisado em 2002.
ASA: UMA Caminhada de sustentabilidade e Convivência no Semiárido. Coordenação executiva da ASA, Março de 2010.
Intervenção Rural e Autonomia: A experiência da Articulação no Semi-Árido /ASA em Pernambuco. Wedna GALINDO. Recife, 2008, Editora Universitária.

Vamos nos Mobilizar. ASA, Agosto de 2003
Monitoramento Participativo no Programa 1 Milhão de Cisternas – olhando e cuidando do que é nosso. Álvaro Pantoja e Victor Jun Arai.
Vídeo Águas da Cidadania. ASA, 2008.

Vídeo Vivendo Experiências, ASA.

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais. ASA, revised in 2002.

ASA: UMA Caminhada de sustentabilidade e Convivência no Semiárido. Coordinación ejecutiva de la ASA, March 2010.

Intervenção Rural e Autonomia: A experiência da Articulação no Semi-Árido /ASA en Pernambuco. Wedna GALINDO. Recife, 2008, Editora Universitaria.

Vamos nos Mobilizar. ASA, August 2003
Monitoramento Participativo no Programa 1 Milhão de Cisternas – olhando e cuidando do que é nosso. Álvaro Pantoja and Victor Jun Arai.

Video: "Águas da Cidadania". ASA, 2008.

Video: "Vivendo Experiências", ASA.

porque limpiamos las canaletas, nos encargamos cuidar la cisterna, vemos cómo está, si está limpia o no. Sabemos que al tratarse de agua de buena calidad, la salud mejora mucho", Joelma Pereira, agricultora del municipio de Cumaru, en el estado de Pernambuco.

Voy allí, marco el pozo, luego va el dueño de la casa y la familia cava el pozo. Después de que la familia cava el pozo, confecciono las piezas, todas las piezas. Y luego comienzo a montar la cisterna. Y cuando estoy armando la cisterna me siento muy importante, parezco la reina de Inglaterra", Francisca das Chagas da Silva, trabajadora en la construcción de cisternas en el estado de Rio Grande do Norte.

"Vivimos hoy en una región semiárida a la que los agricultores se sienten orgullosos de pertenecer. Aquí venimos construyendo experiencias de convivencia con la Región Semiárida y la ASA las potencia, la ASA trajo consigo la valoración de los agricultores que vivimos en una región donde hace mucho tiempo que luchamos y que consideramos nuestro lugar, un lugar bueno y feliz", Roselita Victor, agricultora del estado de Paraíba.

"Antes de la cisterna nuestra vida era difícil, no había agua limpia, los niños se enfermaban. El agua limpia estaba lejos de casa. Después de la construcción de la cisterna, nunca más hubo sequía, tengo agua limpia para mi familia y para otras personas que viven cerca", Maria Emília, agricultora, Sítio Açude de Campo, Pesqueira, Pernambuco.

"Tenemos aquí un simbolismo muy grande. Una tecnología pensada y experimentada inicialmente por un agricultor familiar que emigró debido a la sequía. Las organizaciones fueron construyendo la tecnología y nosotros nos damos cuenta de que es una tecnología simple, de fácil acceso para las familias, incluso en términos de aprendizaje. Con el tiempo y con el seguimiento de las organizaciones hasta la actualidad también hemos mejorado esta tecnología Hoy alcanzamos un formato de las cisternas de 16 mil litros, más afín a las necesidades de las familias", Valquíria Lima, coordinadora de la ASA en el estado de Minas Gerais.

Referencias Bibliográficas

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais. ASA, revisado en 2002.

ASA: UMA Caminhada de sustentabilidade e Convivência no Semiárido. Coordinación ejecutiva de la ASA, marzo de 2010.

Intervenção Rural e Autonomia: A experiência da Articulação no Semi-Árido /ASA en Pernambuco. Wedna GALINDO. Recife, 2008, Editora Universitaria.

Vamos nos Mobilizar. ASA, agosto de 2003

Monitoramento Participativo no Programa 1 Milhão de Cisternas – olhando e cuidando do que é nosso. Álvaro Pantoja e Victor Jun Arai.

Vídeo "Águas da Cidadania". ASA, 2008.

Vídeo "Vivendo Experiências", ASA.

Modelo 3

Controle Social para Políticas Públicas Institucionalizadas: Caso da Bacia Matanza-Riachuelo)

A partir da presente sistematização será recuperada a experiência de um conjunto de organizações sociais da Argentina – Fundação Ambiente e Recursos Naturais (FARN), Greenpeace, Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), Associação de Vizinhos La Boca (AVLB) e Associação Cidadã pelos Direitos Humanos (ACDH) – que participaram da causa sobre direito ambiental mais importante da história da Argentina: a causa de interesse público sobre a Bacia Matanza-Riachuelo (doravante BMR).

Trata-se de uma sentença histórica que possibilitou a construção de um Órgão Colegiado através do qual, várias organizações sociais controlam que o Estado cumpra com seu dever de sanear o Riachuelo, proporcione água potável e esgotos cloacais à população. Quer dizer, melhorar a qualidade de vida da população da zona com base no acesso à água.

Social Control Mechanisms for Institutionalized Public Policies: The Matanza-Riachuelo Basin Case

This systematic analysis will relate the experiences of a set of Argentina-based social organizations – the Foundation for Environment and Natural Resources (FARN by its local acronym), Greenpeace, the Center for Legal and Social Studies (CELS by its local acronym), the La Boca District Neighbors Association (AVLB by its local acronym) and the Citizens Association for Human Rights (ACDH by its local acronym) – who have all been involved in the most important environmental rights cause in Argentine history: the public interest advocacy in the matter of the Matanza-Riachuelo[1] Basin (hereinafter referred to as MRB).

The outcome was a historic ruling enabling the creation of a Collegiate Body in which a number of social organizations are enrolled to oversee that the government correctly performs its duty

[1] Case: "Mendoza Beatriz Silvia y otros c/ Estado Nacional y otros s/ daños y perjuicios (daños derivados de la Contaminación ambiental del Río Matanza – Riachuelo)" (Proceedings M. 1569. XL).

Control Social para Políticas Públicas Institucionalizadas:

Caso de la Cuenca Matanza-Riachuelo

A partir de la presente sistematización se recuperará la experiencia de un conjunto de organizaciones sociales de Argentina –Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Greenpeace, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Asociación de Vecinos La Boca (AVLB) y Asociación Ciudadana por los Derechos Humanos (ACDH)- que han participado en la causa sobre derecho ambiental más importante de la historia de Argentina: la causa de interés público sobre la Cuenca Matanza-Riachuelo[1] (de ahora en más CMR).

Se trata de un fallo histórico que ha posibilitado la construcción de un Cuerpo Colegiado, a través del cual, varias organizaciones sociales se convierten en las controladoras de que el Estado cumpla con su deber de sanear el Riachuelo, brindar agua potable y desagües cloacales a la población. En definitiva, mejorar la calidad de vida de la población de la zona sobre la base del acceso al agua.

[1] Autos: "Mendoza Beatriz Silvia y otros c/ Estado Nacional y otros s/ daños y perjuicios (daños derivados de la Contaminación ambiental del Río Matanza – Riachuelo" (Expediente M. 1569. XL)

Este modelo, construído com base no uso do litígio estratégico como ferramenta chave para o controle social das políticas públicas, promove a participação cidadã através de organizações sociais, garantindo mecanismos democráticos nas tomadas de decisões. Da mesma forma, procura garantir o acesso sustentável e equitativo aos serviços de água, erradicando as fontes de contaminação que atentam contra a saúde da população da BMR.

Embora a sentença não explicite a obrigação de fornecer água potável nem de esgotos à população, as organizações intervenientes compreenderam que não era suficiente com eliminar ou tratar as fontes de contaminação, mas que era necessário um olhar integral e isso significava garantir a melhoria de qualidade de vida com base no acesso à água. Nesse sentido, o caso se transformou em um exemplo de governabilidade democrática para o acesso à água.

1. CONTEXTO
Situação geral da Bacia

A Bacia Matanza-Riachuelo está localizada no Nordeste da Província de Buenos Aires e ocupa uma superfície de 2240 km2. O curso de água principal, o rio Matanza-Riachuelo, tem uma longitude média de 75 km e no seu percurso, antes de desembocar no Rio da Prata, atravessa uma das regiões mais densamente povoadas do continente: a cidade de Buenos Aires e 14 municípios da sua conurbação.

35% da população da BMR, mais de um milhão de pessoas, carecem de água potável fornecida mediante rede. Para solucionar este déficit, estas pessoas em geral consomem água de poço de má qualidade (água que se mistura com os vazamentos de esgotos cloacais, colocando seriamente em risco sua saúde), vêem-se obrigadas a pagar um preço excessivamente alto em relação às suas receitas devido à aquisição de água engarrafada, ou devem procurá-la por outros métodos, tais como mediante baldes e tachos nas "torneiras públicas" ou se abastecerem através de caminhões-cisterna.

of cleaning up the Riachuelo River, while providing the population with drinking water and a sewerage network, thus improving the quality of life of the population in this area through water accessibility.

This model, based on the use of strategic litigation[2] as a key tool for the social control of public policy, promotes citizen participation through social organizations, ensuring democratic procedures are used in the decision-making process. Furthermore, it seeks to guarantee sustainable and equitable access to water services by eliminating the sources of pollution threatening the MRB population's health.

Although the wording of the ruling does not explicitly state the obligation to supply the population with drinking water and a sewerage network, the participant organizations understood that it was not enough to simply eliminate or treat the sources of pollution, and a more global approach to the problem was necessary, involving an improvement in the quality of life based on water accessibility. Thus, this has become a test case of democratic governance involving access to water.

1. CONTEXT
General description of the Basin

The Matanza-Riachuelo Basin is located in the Northeast of the Buenos Aires Province and occupies an area of approximately 2,240 sq km. Its main water course, the Riachuelo-Matanza River, is approximately 75 km in length and before it empties into the River Plate, it passes through one of the most densely populated areas in South America: the city of Buenos Aires as well as 14 municipalities of the city's metropolitan area.

---

2 Strategic litigation involves selecting a case and submitting it to the courts with the purpose of achieving major changes in society. Whoever initiates strategic litigation seeks to use the law as a means of settling precedent, rather than merely winning a particular case. The present case has shown the path to be followed in order to start the complex task of recomposing the environmental damage affecting the MRB.

Este modelo, construido sobre la base del uso del litigio estratégico[2] como herramienta clave para el control social de las políticas públicas, promueve la participación ciudadana a través de organizaciones sociales, garantizando mecanismos democráticos en las tomas de decisiones. Asimismo busca garantizar el acceso sostenible y equitativo a servicios de agua, erradicando las fuentes de contaminación que atentan contra la salud de la población de la CMR.

Si bien el fallo no explicita la obligación de proveer agua potable ni de cloacas a la población, las organizaciones intervinientes comprendieron que no alcanzaba con eliminar o tratar las fuentes de contaminación, sino que era precisa una mirada integral y ello implicaba asegurar la mejora de calidad de vida sobre la base del acceso al agua. En este sentido, el caso se ha convertido en un ejemplo de gobernabilidad democrática para el acceso al agua.

1. CONTEXTO

Situación general de la Cuenca:

La Cuenca Matanza-Riachuelo se encuentra localizada al Noreste de la Provincia de Buenos Aires y ocupa una superficie de 2240 km2. Su curso de agua principal, el río Matanza-Riachuelo, tiene una longitud media de 75 km y en su recorrido, antes de desembocar en el Río de la Plata, atraviesa una de las regiones más densamente pobladas del continente: la ciudad de Buenos Aires y 14 municipios del conurbano bonaerense.

El 35% de la población de la CMR, más de un millón de personas, carece de agua potable provista por red. Para solucionar ese déficit, estas personas en general consumen agua de pozo de mala calidad (agua que se mezcla con las descargas de desechos cloacales poniendo seriamente en riesgo su salud), se ven obligadas a pagar un precio excesivamente alto en relación a sus ingresos debido a la adquisición de agua envasada, o deben procurarse la misma por otros métodos, tales como la búsqueda de agua mediante baldes y tachos en las "canillas públicas" o aprovisionarse de camiones-cisterna.

---

2 El litigio estratégico involucra la selección y presentación de un caso ante los tribunales con el objetivo de alcanzar grandes cambios en la sociedad. Quien inicia un litigio estratégico busca utilizar la ley como un medio para dejar huella, más que simplemente ganar el caso en particular. El caso presente ha señalado el camino a seguir para iniciar la compleja tarea de recomponer el daño ambiental existente en la CMR.

A população da bacia

- *A bacia abrange as zonas de maior desvantagem socioambiental da Cidade de Buenos Aires e sua Conurbação.*
- *A precariedade de muitas das moradias se torna mais grave pela falta de serviços e pela aglomeração.*
- *Existem aproximadamente 3,5 milhões de habitantes na zona (13% da população do país).*
- *A população das comunidades carentes é de meio milhão de pessoas.*
- *As regiões que fazem parte da bacia concentram 46% do total da população residente em assentamentos precários.*

Os altos custos da água engarrafada e a diminuição das qualidades da água subterrânea (devido à descarga de efluentes industriais poluidores e de esgotos sanitários) colocam numerosos habitantes da bacia em uma grave situação de vulnerabilidade, sendo violado um dos direitos humanos mais elementares como é o acesso à água potável, segura, suficiente, saudável, aceitável, acessível e viável para o uso pessoal e doméstico.

Trata-se de um direito fundamental que se relaciona intrinsecamente com os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à moradia digna e a um nível de vida adequado. Na Argentina, o direito humano à água é reconhecido na Constituição Nacional, nas leis e decretos, e pela jurisprudência de diferentes tribunales, através dos quais exige-se do Estado a adoção de políticas

Thirty five per cent of the MRB population – over one million individuals – lack proper drinking water. Instead, these people generally drink poor quality well water (polluted by local drains and constituting a serious health hazard); otherwise, they are obliged to pay prices they can ill afford for bottled drinking water, or else are forced to rely on their own initiative and fill buckets and jerry cans with water from so-called "public drinking water taps", or get their supply from tanker trucks.

The Basin's population

- *The Basin covers the most socially and environmentally underprivileged districts of the City of Buenos Aires and the metropolitan area.*
- *The precariousness of many dwellings is further compounded by a lack of services and overcrowding.*
- *There are approximately 3.5 million inhabitants in this area (13% of the country's population).*
- *The shantytown population of the area comprises up to half a million individuals.*
- *The urban districts within the Basin account for 46% of the country's population, living in precarious conditions.*

The high cost of bottled water and the groundwater's increasingly poor quality (due to leaching of industrial pollutant effluents and sewage), place many of the Basin's inhabitants in a situation of extreme vulnerability, violating the basic human right to access proper drinking water which is safe, abundant, healthy, acceptable, accessible and affordable for personal and domestic use.

This basic human right is intimately linked to the rights to life, health, adequate nutrition, decent lodging and a proper quality of life. In Argentina, the right to water has been recognized as a human right in the National Constitution, in laws and decrees, and through legal precedent set by different courts, by which the State is required to adopt public policies and to regulate and create institutions that will guarantee universal access to water

La población de la cuenca

La Cuenca abarca las zonas de mayor desventaja socio-ambiental de la Ciudad de Buenos Aires y el Conurbano.

La precariedad de muchas de las viviendas se ve agravada por la falta de servicios y el hacinamiento.

Existen aproximadamente 3,5 millones de habitantes en la zona (13% de la población del país).

La población en villas de emergencia asciende a medio millón de personas.

Los partidos que forman parte de la cuenca, concentran el 46% del total de la población residente en asentamientos precarios.

Los altos costos del agua envasada y la disminución de las cualidades del agua subterránea (debido al vertido de efluentes industriales contaminantes y de desechos cloacales), sitúan a numerosos habitantes de la cuenca en una grave situación de vulnerabilidad, violándose uno de los derechos humanos más elementales como es el acceso al agua potable, segura, suficiente, saludable, aceptable, accesible y asequible para el uso personal y doméstico.

Se trata de un derecho fundamental que se relaciona intrínsicamente con los derechos a la vida, la salud, la alimentación, la vivienda digna y a un nivel de vida adecuado. En la Argentina el derecho humano al agua es reconocido en la Constitución Nacional, en leyes y decretos, y por jurisprudencia de diferentes tribunales, a través de los cuales se exige al Estado la adopción de políticas públicas, la formulación de regulaciones y creación de las instituciones que garanticen el acceso universal a los servicios de agua y saneamiento para toda la población de manera asequible y no discriminatoria.

públicas, a formulação de regulações e criação das instituições que garantam o acesso universal aos serviços de água e saneamento para toda a população de forma acessível e não discriminatória.

As fontes de contaminação da BMR

a) Efluentes industriais
Com aproximadamente 20.000 indústrias que se caracterizam por um estancamento tecnológico e uma gestão ambiental deficiente, são jogados diariamente aos cursos de água cerca de 88.500 m3 de resíduos.

b) Pólo petroquímico de Dock Sud
Na bacia há instalado um conjunto de 43 indústrias. Conforme um estudo de 2002, 50% das crianças possuíam elevados níveis de chumbo no sangue.

c) Lançamento de esgotos sanitários
55% da população carece de serviços de esgoto e portanto jogam os resíduos cloacais em fossas sépticas, contaminando lençóis e cursos da região. A bacia recebe 368.000 m3 por dia de águas residuais domésticas, das quais apenas 5% recebe tratamento sanitário prévio.

d) Lixões a céu aberto
Existem 236 lixões deste tipo, que ocupam mais de 400 hectares e contêm aproximadamente 450.000 T de resíduos (residenciais e industriais).

A saúde em risco

Como consequência destas más condições ambientais, existem elevadas concentrações de substâncias tóxicas (chumbo, mercúrio, cromo, xileno, arsênico, etilbenzeno, tolueno, DDTs, cianeto, cádmio, fenóis, PCBs e bactérias coliformes, entre outros) que provocam na população: úlceras, câncer, hemorragias, irritações, efeitos hepáticos, afecções ao sistema nervoso central, ao sistema respiratório, problemas intestinais, asma, doenças na pele, entre outras. Também há registro de doenças como salmonelose, hepatite, giardíase e criptosporidiose, que se propagam através da água que a população consome.

Os passos dados

services and non-discriminatory and affordable sanitation for the population as a whole.

Sources of pollution in the MRB

a) Industrial effluents
The 20,000 or so industrial plants in the area, featuring obsolete technology and a total lack of concern for environmental issues, empty some 88,500 cu. m of waste daily into the MRB waterways.

b) The Dock Sud Petrochemical Complex
A total of 43 of these industrial establishments are located in the Basin. In a 2002 survey, 50% of the children in the area were found to have high blood lead levels.

c) Sewage spillages
Fifty five per cent of the local population lacks sewerage services and consequently empty their raw sewage into cesspits, polluting the MRB waterways and the groundwater in the area. The Basin absorbs 368,000 cu. m of domestic drain water daily, of which only 5% is treated.

d) Open-air garbage dumps
There are 236 open-air dumps in the area, covering over 400 hectares and containing 450,000 tons of household and industrial waste.

Health hazards

As a result of this poor environmental context, high local concentrations of toxic substances (including lead, mercury, chrome, xylene, arsenic, ethylbenzene, toluene, DDT, cyanide, cadmium, phenols, PCBs and coliform bacteria) affect the area's population with ulcers, cancer, hemorrhages, irritations, liver conditions, alterations to the central nervous and respiratory systems, intestinal disorders, asthma and skin diseases, among others. Diseases such as salmonella, hepatitis, giardiasis and cryptosporidiosis are also spread throughout the population by the polluted drinking water.

Las fuentes de contaminación de la CMR

a) Efluentes industriales:

Con aproximadamente 20.000 industrias que se caracterizan por un estancamiento tecnológico y una gestión ambiental deficiente, se vierten diariamente a los cursos de agua unos 88.500 m3 de desechos.

b) Polo Petroquímico de Dock Sud:

En la Cuenca se hallan instaladas un conjunto de 43 industrias. Según un estudio de 2002, el 50% de los niños poseía elevados niveles de plomo en sangre.

c) Vertidos de origen cloacal:

El 55% de la población carece de servicios de cloacas y por ende, descargan sus desechos cloacales en pozos negros, contaminando napas y cursos de la región. La cuenca recibe 368.000 m3 al día de aguas residuales domésticas, de las que solo el 5% recibe tratamiento sanitario previo.

d) Basurales a cielo abierto:

Existen 236 basurales de este tipo, que ocupan más de 400 hectáreas y contienen unas 450.000 Tn de residuos (domiciliarios e industriales).

La salud en riesgo

Como consecuencia de estas malas condiciones ambientales existen elevadas concentraciones de sustancias tóxicas (plomo, mercurio, cromo, xileno, arsénico, etilbenceno, tolueno, DDTs, cianuro, cadmio, fenoles, PCBs y bacterias coliformes, entre otros) que provocan en la población: úlceras, cáncer, hemorragias, irritaciones, efectos hepáticos, afecciones al sistema nervioso central, al sistema respiratorio, problemas intestinales, asma, enfermedades en la piel, entre otras. También se registran enfermedades como salmonellosis, hepatitis, giardiasis y cryptosporidiosis, que se propagan con el agua que consume la población.

Los pasos dados

El siguiente relato realiza un recorrido desde el inicio del proceso llevado a cabo por las organizaciones sociales a lo largo de la primera década del siglo XXI, considerando que durante este período las organizaciones de la sociedad civil organizaron estrategias, llevaron adelante acciones y ejecutaron planes que permitieron que el fallo fuera posible y se comenzara a ejecutar. De los pasos dados por este conjunto de instituciones, se desprenden los factores de éxito, eje del próximo apartado, que permitieron llevar adelante el Caso Riachuelo.

O seguinte relato faz um percurso desde o início do processo realizado pelas organizações sociais ao longo da primeira década do século XXI, considerando que durante este período as organizações da sociedade civil organizaram estratégias, levaram adiante ações e executaram planos que permitiram que a sentença fosse possível e começasse a ser executada. Dos passos dados por este conjunto de instituições surgem os fatores de sucesso, eixo do próximo ponto, que permitiram levar adiante o Caso Riachuelo.

Ano 2001

A Associação de Vizinhos La Boca **apresenta uma denúncia** junto ao Defensor do Povo da Cidade e da Nação sobre a gravíssima situação ambiental e sanitária da bacia.

Ano 2002

O Defensor da Nação toma o caso e **convoca um conjunto de organizações sociais** – Fundação Ambiente e Recursos Naturais (FARN), Associação de Vizinhos La Boca, Centro de Estudos Legais e Sociais, Greenpeace Argentina, Associação Cidadã pelos Direitos Humanos, Fundação Metropolitana, Universidade Tecnológica Nacional – com experiência e pertinência no assunto.

Achievements to date

The actions taken by social organizations since the beginning of the process in the 21st century are listed below year by year, bearing in mind that during this period civil society organizations mapped out strategies, carried out actions and executed plans making possible a historic court ruling and the start of its subsequent implementation. Thanks to the achievements made by this group of institutions, success factors were highlighted and allowed to drive the Riachuelo Case forward. Those factors will be detailed within in the next section of this paper.

2001

The La Boca District Neighbors Association submits a **formal complaint** to the Ombudsmen for the City and the Nation[3] on the extremely serious environmental and sanitary conditions in the Basin.

2002

The National Ombudsman takes up the case and **convenes a group of social organizations** – the Foundation for Environmental and Natural Resources (FARN), the La Boca District Neighbors Association, the Center for Legal and Social Studies, Greenpeace Argentina, the Citizens Association for Human Rights, the Metropolitan Foundation and the National Technological University – who are involved with the issue and have accumulated experience.

2003

A first diagnostic report is prepared showing the high level of local pollution, the total lack of action in the Basin over several decades by the public organizations involved, the lack of an overall sanitation plan, the absence of data on the inhabitants' health situation and the need to create a Basin Authority with supra-jurisdictional powers of coordination and execution. This report would be taken as a primary source of information in the 2008 Ruling.

---

[3] The National Ombudsman's Office is a national government agency that is totally independent and functionally autonomous, whose mission is to defend and protect the human rights, as well as the guarantees and interests protected by the National Constitution and the Law. For further information: http://www.dpn.gob.ar

Año 2001

La Asociación de Vecinos por la Boca **presenta una denuncia** ante el Defensor del Pueblo de la Ciudad y de la Nación[3] sobre la gravísima situación ambiental y sanitaria de la cuenca.

Año 2002

El Defensor del Pueblo de la Nación toma el caso y **convoca a un conjunto de organizaciones sociales** –Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Asociación de Vecinos La Boca, Centro de Estudios Legales y Sociales, Greenpeace Argentina, Asociación Ciudadana por los Derechos Humanos, Fundación Metropolitana, Universidad Tecnológica Nacional- con experiencia y pertinencia en el tema.

Año 2003

Se elabora un primer informe diagnóstico que demuestra el elevado nivel de contaminación existente en el área, la absoluta inacción por parte de los organismos públicos con injerencia en la cuenca durante varias décadas, la falta de un plan de saneamiento, la ausencia de datos sobre la situación sanitaria de los habitantes y la necesidad de la creación de una Autoridad de Cuenca con facultades supra-jurisdiccionales de coordinación y ejecución. El informe sería tenido en cuenta como fuente primaria de información para el Fallo de la Corte en el 2008.

---

[3] El Defensor del Pueblo es una institución de la Nación que actúa con plena independencia y autonomía funcional, cuya misión es la defensa y protección de los derechos, garantías e intereses tutelados en la Constitución Nacional y las leyes. Para más información: http://www.dpn.gob.ar

Ano 2003

É elaborado um primeiro relatório diagnóstico que demonstra o elevado nível de contaminação existente na área, a absoluta inação por parte dos organismos públicos com ingerência na bacia durante várias décadas, a falta de um plano de saneamento, a ausência de dados sobre a situação sanitária dos habitantes e a necessidade da criação de uma Autoridade da Bacia com faculdades supra-jurisdicionais de coordenação e execução. O relatório seria levado em conta com fonte primária de informação para a Sentença da Corte em 2008.

Ano 2004

A população das áreas próximas à Bacia e profissionais do Hospital Interzonal de Agudos "Dr. Pedro Fiorito" da cidade de Avellaneda, liderados por Beatriz Silvia Mendoza, **apresentam uma demanda judicial** contra o Estado Nacional, a Província de Buenos Aires, o Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires e 44 empresas, por danos e prejuízos sofridos devido à contaminação do Rio Matanza-Riachuelo, solicitando também a recomposição do ambiente danificado.

Os advogados dos demandantes convocam a Associação de Vizinhos La Boca para participarem também como danificados; porém, a Associação decide continuar o trabalho com o Defensor do Povo e o resto das organizações, proporcionando de todas as formas, grande quantidade de relatórios e comprovantes para que os advogados pudessem seguir com o processo.

Ano 2005

É realizado um **segundo relatório** elaborado pelo Defensor do Povo e conjunto das organizações com dados atualizados, entrevistas às autoridades competentes no assunto e com um levantamento da informação disponível.

Ano 2006

A Corte Suprema de Justiça da Nação (CSJN), em um gesto institucional inaudito e esperançoso, **declara-se competente** para se encarregar dos aspectos vinculados à prevenção, à recomposição e ao ressarcimento do dano ambiental coletivo. Intima os governos demandados para que apresentem um plano de saneamento da Bacia, e as empresas para que proporcionem

2004

The neighbors in the Basin and the physicians in the Avellaneda City Inter-zonal "Dr. Pedro Fiorito" Acute Care Hospital, headed by Beatriz Silvia Mendoza, **file a lawsuit** against the Federal State, the Province of Buenos Aires, the Government of the Autonomous City of Buenos Aires and 44 companies, on the grounds of material harm and damages caused by the pollution of the Matanza-Riachuelo River, also demanding for the damaged environment to be recomposed.

The lawyers representing the plaintiff neighbors call on the La Boca District Neighbors Association to also take part in the lawsuit as an injured party. However, the Association decides to proceed with its claims through the Ombudsman and other organizations, nevertheless providing the lawyers with an enormous number of reports and findings for use in the lawsuit.

2005

A **second report** summarizing the available information is prepared by the Ombudsman and the group of organizations, including fresh data and interviews with the competent authorities.

2006

The National Supreme Court of Justice (CSJN by its local acronym), in an unprecedented and encouraging gesture, **declares itself competent** to judge in the matters related to the prevention, the recomposing of the environment and the settlement of the collective environmental damages. It compels the defendant governments to submit a Basin sanitation plan and demands that the polluting companies make information available to the public regarding their production processes.

The Government of the Federal State, the Province and the Autonomous City jointly submit a Sanitation Plan and subsequently create the Matanza-Riachuelo Basin Authority (ACUMAR by its local acronym) endowed with powers of coordination, execution, regulation and control in the environmental matters of the Basin area. The agency would also have absolute jurisdictional authority.

Año 2004

Vecinos de la Cuenca y profesionales del Hospital Interzonal de Agudos "Dr. Pedro Fiorito" de la ciudad de Avellaneda, encabezados por Beatriz Silvia Mendoza, **interponen una demanda judicial** contra el Estado Nacional, la Provincia de Buenos Aires, el Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y 44 empresas, por daños y perjuicios sufridos a raíz de la contaminación del Río Matanza-Riachuelo, solicitando asimismo la recomposición del ambiente dañado.

Los abogados de los vecinos demandantes, convocan a la Asociación de Vecinos La Boca para participar también como afectados, sin embargo desde la Asociación deciden continuar su trabajo con el Defensor del Pueblo y el resto de las organizaciones, facilitando de todos modos enorme cantidad de informes y constancias a los abogados para que pudieran continuar y llevar adelante el juicio.

Año 2005

Se realiza un **segundo informe** elaborado por el Defensor del Pueblo y el conjunto de las organizaciones con datos actualizados, entrevistas a autoridades competentes en el tema y con un relevamiento de la información disponible.

Año 2006

La Corte Suprema de Justicia de la Nación (CSJN), en un gesto institucional inaudito y esperanzador, **se declara competente** para entender en los aspectos vinculados con la prevención, recomposición y el resarcimiento del daño ambiental colectivo. Intima a los gobiernos demandados a que presenten un plan de saneamiento de la Cuenca y a las empresas para que brinden información pública sobre sus procesos productivos.

El Gobierno de la Nación, la Provincia y la Ciudad Autónoma, presentan en conjunto un Plan de Saneamiento y posteriormente **constituyen la Autoridad de Cuenca Matanza-Riachuelo** (ACUMAR) con facultades de coordinación, ejecución, regulación y control en aquellos aspectos con incidencia ambiental en el área de la cuenca; autoridad que además contaba con prevalencia normativa sobre cualquier otra jurisdicción.

El Defensor del Pueblo de la Nación y la mayoría de las organizaciones que trabajaban junto a él en el caso (Fundación Ambiente y Recursos Naturales, Asociación de Vecinos La Boca, Centro de Estudios Legales y Sociales, Greenpeace Argentina y Asociación Ciudadana por los Derechos Humanos), sumados a un

informação pública sobre seus processos produtivos.
O Governo da Nação, da Província e da Cidade Autônoma apresentam em conjunto um Plano de Saneamento e posteriormente **constituem a Autoridade da Bacia Matanza-Riachuelo** (ACUMAR) com faculdades de coordenação, execução, regulação e controle naqueles aspectos com incidência ambiental na área da bacia; autoridade que também contava com prevalência normativa sobre qualquer outra jurisdição.

O Defensor do Povo da Nação e a maioria das organizações que trabalham junto a ele no caso (Fundação Ambiente e Recursos Naturais, Associação de Vizinhos La Boca, Centro de Estudos Legais e Sociais, Greenpeace Argentina e Associação Cidadã pelos Direitos Humanos), somados a um grupo de vizinhos de Lomas de Zamora, **fazem parte da causa como terceiros litigantes para representar o interesse público**, controlar o cumprimento dos objetivos, metas, obrigações e prazos dispostos pela CSJN e promover a participação cidadã.

Anos 2006-2007

São realizadas quatro **audiências públicas,** organizadas pela Corte Suprema, com o objetivo de dar maior participação à cidadania e ampliando qualitativa e quantitativamente a informação pública disponível.

Ano 2007

A Corte solicita à Universidade de Buenos Aires (UBA) que intervenha para realizar um relatório sobre viabilidade do Plano de Saneamento elaborado pelos governos intimados. A UBA apresenta, no seu relatório, sérios questionamentos, assinalando que o Plano tinha falhas que tornavam inviável sua aplicação, e que a saúde não era considerada como um dos "eixos de trabalho". As organizações sociais, em coincidência com vários dos pontos expostos pelo corpo pericial, solicitam uma nova apresentação e a solicitação é concedida pela Corte.

As organizações sociais, a fim de manter sua autonomia sob coordenação, decidem constituir o "Espaço Matanza-Riachuelo", como **rede de organizações nõo governamentais**, apartidária e sem fins lucrativos, constituída para **articular**

The National Ombudsman and most of the organizations working with him on this case (the Foundation for the Environment and Natural Resources, the La Boca District Neighbors Association, the Center for Legal and Social Studies, Greenpeace Argentina and the Citizens Association for Human Rights), together with a group of neighbors from Lomas de Zamora, **enter the cause as third-party litigants to represent public interest,** to control the compliance with the objectives, goals, obligations and delivery times fixed by the CSJN and to promote citizen participation.

2006-2007

Four **public hearings** are held, organized by the Supreme Court to allow greater citizen participation and increase the quality and quantity of the information made available to the public.

2007

The Court requests the University of Buenos Aires (UBA) to prepare a report on the feasibility of the Sanitation Plan that has been designed by the defendant governments. The UBA's report includes a number of serious issues yet to be addressed, pointing out that the Plan contains flaws making its application non-viable and does not consider the population's health as a "line of work". The social organizations, coinciding on several of the points that had been highlighted by the investigators, ask for a new submission, and their request is granted by the Court.

In order to keep working independently in a coordinated way, the social organizations decide to form the "Espacio Matanza-Riachuelo", a non-partisan and non-profit **NGO network** whose aim **is to give expression to citizen participation and control** in matters relating to Basin sanitation, while monitoring the execution of the Overall Sanitation Plan ordained for this purpose by the national government. The creation of this network was supported by the Fundación AVINA.

2008

The CSJN makes a **historic ruling**, determining the responsibility borne by the Federal State, the Province and the Autonomous City of Buenos Aires, with regard to the prevention and recomposing of environmental damage existing in the Basin. The Ruling establishes an obligatory compliance program,

grupo de vecinos de Lomas de Zamora, **ingresan a la causa como terceros litigantes para representar el interés público**, controlar el cumplimiento de los objetivos, metas, obligaciones y plazos dispuesto por la CSJN y promover la participación ciudadana.

Años 2006-2007

Se realizan cuatro **audiencias públicas**, organizadas por la Corte Suprema, con el objetivo de dar mayor participación a la ciudadanía y ampliando cualitativa y cuantitativamente la información pública disponible.

Año 2007

La Corte solicita a la Universidad de Buenos Aires (UBA) que intervenga para realizar un informe sobre la factibilidad del Plan de Saneamiento elaborado por los gobiernos intimados. La UBA plantea en su informe serios cuestionamientos, señalando que el Plan tenía fallas que hacían inviable su aplicación y que la salud no era considerada como uno de los "ejes de trabajo". Las organizaciones sociales, en coincidencia con varios de los puntos planteados por el cuerpo pericial, solicitan una nueva presentación y la solicitud es concedida por la Corte.

Las organizaciones sociales, a fin de mantener su autonomía en coordinación, deciden conforman el "Espacio Matanza-Riachuelo", como **red de organizaciones no gubernamentales**, apartidaria y sin fines de lucro, constituida para **articular la participación y el control ciudadano** en torno al saneamiento de la Cuenca, y a la vez monitorear la ejecución del Plan Integral de Saneamiento que al respecto dispuso el gobierno nacional. La Fundación AVINA apoyó la conformación de este Espacio.

Año 2008

La CSJN dicta un **fallo histórico**, por medio del cual determina la responsabilidad que le corresponde al Estado Nacional, la Provincia de Buenos Aires y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en materia de prevención y recomposición del daño ambiental existente en la Cuenca. El Fallo establece un programa de cumplimiento obligatorio, dejando a discreción de la ACUMAR los medios para ello. Además se estipulaba la posibilidad de imponer multas ante el incumplimiento de los plazos establecidos, las que recaerían en la persona del Presidente del ACUMAR y no en la institución.

Con el objeto de garantizar inmediatez en las decisiones y el efectivo control jurisdiccional del cumplimiento de su fallo, la Corte delega el proceso de ejecución de la sentencia en el Juzgado Federal de Primera Instancia de Quilmes.

a participação e o controle cidadgo em relação ao saneamento da Bacia, e ao mesmo tempo monitorar a execução do Plano Integral de Saneamento que dispôs o governo nacional sobre o assunto. A Fundación AVINA apoiou a formação deste Espaço.

Ano 2008

A CSJN profere uma **sentença histórica,** por meio da qual determina a responsabilidade que lhe corresponde ao Estado Nacional, à Província de Buenos Aires e à Cidade Autônoma de Buenos Aires, em matéria de prevenção e recomposição do dano ambiental existente na Bacia. A sentença estabelece um programa de cumprimento obrigatório, deixando a critério da ACUMAR os meios para sua concretização. Além disso, considerava-se a possibilidade de impor multas em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos, as quais recairiam na pessoa do Presidente da ACUMAR e não na instituição.

A fim de garantir a rapidez nas decisões e o efetivo controle jurisdicional do cumprimento da sentença, a Corte delega o processo de execução da sentença no Tribunal Federal de Primeira Instância de Quilmes.

É estabelecido um sistema **de participação cidadã para o controle do cumprimento da sentença através de um Órgão Colegiado integrado pelos representantes das organizações não governamentais que tinham participado como terceiros no processo,** sob coordenação do Defensor do Povo da Nação. Estipula-se um controle na atribuição de fundos e execução orçamentária a cargo da Auditoria Geral da Nação. <}0

A partir do trabalho do Órgão Colegiado, o Juiz Federal compreende que é necessário, além do saneamento cloacal e os esgotos pluviais, exigir que o abastecimento do serviço de água potável cubra a totalidade da BMR. Isto se traduziu em um forte impulso para o planejamento da expansão das redes existentes que se materializou principalmente através do "Plano Diretor" e do programa "Água+Trabalho", elaborados pela empresa estatal AySA (responsável pelo abastecimento de água potável) em conjunto com a ACUMAR. Com a participação do Ministério do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços e

leaving its implementation to the discretion of ACUMAR. Besides, it considers the possibility of levying fines in case of failure to achieve the required deadlines, payable personally by the President of ACUMAR and not by the institution.

So as to guarantee celerity in decision-making and the effective jurisdictional control of compliance with its Ruling, the Court delegates the execution process of its sentence to the Federal First Instance Court of Quilmes.

A system of citizen participation is put in place to control the compliance with the Ruling through a Collegiate Body integrating the representatives of the NGOs that had been third-party participants during the legal process, under the coordination of the National Ombudsman. A control mechanism for funding allocation and budgetary execution is also established under the supervision of the National General Audits Department.

On the basis of the work done by the Collegiate Body, the Federal Judge realizes the need to demand drinking water services covering all of the MRB, in addition to sewage sanitation and storm drains. This provides a strong incentive to plan the expansion of existing networks that has now materialized mainly through the "Master Plan"[4] and the "Water + Work"[5] program created by the state-owned firm AySA (in charge of the drinking water supply) together with ACUMAR. With the participation of the Federal Planning, Public Investments and Services Ministry and AySA, these agencies have taken up the commitment to carry out the work necessary to supply 100% of the area's population with drinking water and sewerage services by 2020. The Program aims at reducing health hazards for the population without access to proper drinking water services and at fostering job creation through new work cooperatives.

2009-2010

4 A plan to supply drinking water and sewerage sanitation services to the whole concession area, which has been analyzed jointly with the PISA in a converging document.

5 The program to extend secondary networks through agreements with neighborhood cooperatives.

Se establece un **sistema de participación ciudadana para el control del cumplimiento de la sentencia a través de un Cuerpo Colegiado integrado por los representantes de las organizaciones no gubernamentales que habían participado como terceros en el proceso**, bajo la coordinación del Defensor del Pueblo de la Nación. Y se estipula un control en la asignación de fondos y ejecución presupuestaria a cargo de la Auditoría General de la Nación.

A partir del trabajo del Cuerpo Colegiado, el Juez Federal comprende que es menester, además del saneamiento cloacal y los desagües pluviales, exigir que el abastecimiento del servicio de agua potable comprenda a la totalidad de la CMR. Esto se tradujo en un fuerte impulso para la planificación de la expansión de las redes existentes que se ha materializado principalmente a través del "Plan Director"[4] y el programa "Agua+Trabajo"[5] elaborados por la empresa estatal AySA (responsable de la provisión de agua potable) en conjunto con ACUMAR. Con la participación del Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios y AySA, se comprometen a llevar adelante las obras necesarias para abastecer al 100% de la población del área en servicios de agua potable y desagüe cloacales para el año 2020. El Programa apunta a disminuir el riesgo sanitario de la población que no tiene acceso al servicio de agua potable y propiciar la creación de fuentes de trabajo a través de la **conformación de cooperativas de trabajo.**

Años 2009-2010

Se avanza en la implementación del Plan Integral de Saneamiento (PISA), con dificultades de implementación pero con una **constante tarea de control por parte del Cuerpo Colegiado.**

Desde el Cuerpo Colegiado argumentan que el PISA del Riachuelo no ha logrado traducirse en una adecuada gestión, encontrándose vencidas la mayor parte de las obligaciones y los plazos. En particular, explican que ACUMAR continúa sin cumplir cuestiones fundamentales a su cargo, tales como:

Generar avances en las tareas de saneamiento directo del Riachuelo.

Atender las necesidades de la población en situación de riesgo.

Relevar e inspeccionar a las industrias instaladas en la CMR.

Iniciar la relocalización del Polo Petroquímico de Dock Sud.

Planificar y ordenar ambientalmente el territorio de la CMR.

---

4 Plan para la provisión de los servicios de agua potable y saneamiento cloacal a toda su área de concesión, y que ha sido analizado en conjunto con el PISA en un documento de convergencia.

5 Programa de extensión de las redes secundarias mediante convenios con cooperativas vecinales.

AySA comprometem-se a levar adiante as obras necessárias para abastecer 100% da população da área em serviços de água potável e esgotos cloacais para o ano 2020. O Programa visa diminuir o risco sanitário da população que não tem acesso ao serviço de água potável e propiciar a criação de fontes de trabalho através **da formação de cooperativas de trabalho.**

Anos 2009-2010

Há avanços na implantação do Plano Integral de Saneamento (PISA), com dificuldades de implementação, mas com uma **constante tarefa de controle por parte do Órgão Colegiado.**

Desde o Órgão Colegiado argumentam que o PISA do Riachuelo não conseguiu se traduzir em uma adequada gestão, encontrando-se vencidas a maior parte das obrigações e dos prazos. Em particular, explicam que a ACUMAR continua sem cumprir questões fundamentais a seu cargo, tais como:

- Gerar avanços nas tarefas de saneamento direto do Riachuelo.
- Atender às necessidades da população em situação de risco.
- Fazer levantamento e inspecionar as indústrias instaladas na BMR.
- Iniciar a relocalização do Pólo Petroquímico de Dock Sud.
- Planejar e ordenar ambientalmente o território da BMR.

Nos relatórios periódicos, o Órgão Colegiado declara que a hegemonia do Governo Nacional na direção da ACUMAR acima do escasso protagonismo das autoridades municipais, somado a uma falta de vontade para implementar mecanismos de participação cidadã, não permitiram ainda que a ACUMAR se tornasse o órgão de coordenação inter-jurisdicional para o qual foi criada.

Não obstante, os problemas de gestão existentes durante os dois primeiros anos de vigência de implementação da sentença foram alcançados também alguns avanços significativos:

Água para 100% dos habitantes da bacia. Uma das decisões adotada no marco da execução da causa foi a necessidade de fornecer água para 100% dos habitantes da bacia, incluindo 14 municípios da Área Metropolitana de Buenos Aires. Essa decisão é de grande importância, dada a disparidade

The implementation of the Overall Sanitation Plan (PISA by its local acronym) continues, albeit with difficulties, but under the **permanent control of the Collegiate Body.**
Within the Collegiate Body it is claimed that the Riachuelo PISA has not been managed properly, having failed to meet most of its obligations and deadlines. Specifically, they point out that essential matters under ACUMAR's responsibility remain unresolved, such as:

Generating progress in direct Riachuelo River sanitation.
Addressing the needs of the population at risk.
Surveying and inspecting the industries installed in the MRB.
Starting the relocation of the Dock Sud Petrochemical Complex.
Planning and environmentally organizing the MRB territory.

In its regular reports, the Collegiate Body declares that the National Government's hegemony in ACUMAR leadership added to the low profile of municipal authorities, as well as its lack of will to implement citizen participation mechanisms, have precluded ACUMAR up to now from becoming the inter-jurisdictional coordinating organism that it was designed to be.

Notwithstanding existing management problems, during the first two years of the Ruling's implementation some substantial progress were made, namely:

The decision to provide drinking water for 100% of the Basin's inhabitants. One of the decisions adopted within the framework of execution was that of fulfilling the need for proper drinking water for 100% of the Basin's inhabitants, including 14 municipalities of the Buenos Aires Metropolitan Area. This decision is highly significant, given the existing disparities in water supply, with the City of Buenos Aires adequately supplying more than 90% of its population, whereas Almirante Brown and Esteban Echeverría are only covering 20% of theirs, and Ezeiza barely 9%. To achieve this, an agreement was signed between AySA and ACUMAR to carry out pertinent expansion plans in the 2012-2018 period.

Autonomy and Financial Resources. ACUMAR now relies on functional autonomy and its own financing. The latter consists of funding contributed by the Federal State, the Province of

En sus periódicos informes, el Cuerpo Colegiado declara que la hegemonía del Gobierno Nacional en la dirección de ACUMAR por sobre el escaso protagonismo de las autoridades municipales, sumado a una falta de voluntad para implementar mecanismos de participación ciudadana, no han permitido todavía que ACUMAR se convierta en el órgano de coordinación inter-jurisdiccional para el que fue creado.

No obstante los problemas de gestión existentes, durante los dos primeros años de vigencia de implementación del fallo se han logrado también algunos avances sustantivos:

Agua para el 100% de los habitantes de la cuenca. Una de las decisiones que se adoptó en el marco de la ejecución de la causa, ha sido la necesidad de dotar de agua al 100% de los habitantes de la cuenca, lo que incluye a 14 municipios del Área Metropolitana de Buenos Aires. Dicha decisión es de gran importancia, dada la disparidad en la provisión del servicio que existe, en donde la Ciudad de Buenos Aires, cuentan con una provisión que supera al 90% de la población, mientras que Almirante Brown, y Esteban Echeverría, alcanzan al 20% de la misma, y en Ezeiza no supera el 9%. Para ello se suscribió un convenio entre AySA y ACUMAR para llevar a cabo los planes de expansión en el período 2012-2018.

Autonomía y Recursos Financieros. La ACUMAR cuenta actualmente con autonomía funcional y disponibilidad financiera propia. A tal efecto cuenta con recursos que le aportan el Estado Nacional, la Provincia de Buenos Aires y la Ciudad de Buenos Aires, y cuenta con rubro propio dentro del Presupuesto Nacional. Asimismo ha obtenido un crédito del Banco Mundial, por 840 millones de dólares para llevar a cabo las obras de Saneamiento Cloacal necesarias para la Cuenca y la asistencia financiera para la reconversión de industrias.

Viviendas: Se dispuso la puesta en marcha de un Plan para la construcción de viviendas especialmente destinada a la población en riesgo de la Cuenca Matanza-Riachuelo. El mismo alcanzará -en la primera etapa ya en marcha- a 17.700 viviendas y cuenta con una asignación presupuestaría acordada que alcanza los 900 millones de dólares

Salud. Se han elaborado los primeros estudios de muestreo y diagnóstico epidemiológico, puesto en marcha el Sistema de Vigilancia Epidemiológica Ambiental e inaugurado 3 laboratorios toxicológicos.

Acceso público al Río. Se dio inicio a las acciones de liberación de los bordes del curso principal del Matanza–Riachuelo para volver a convertirlo en un bien público para toda la ciudadanía, ya que se encuentra totalmente invadido por construcciones, estacionamientos, industrias y asentamientos poblacionales en riesgo.

na provisão do serviço que existe, em que a Cidade de Buenos Aires conta com uma provisão que ultrapassa 90% da população, enquanto Almirante Brown e Esteban Echeverría atinge 20%, e em Ezeiza não supera 9%. Para isso, foi assinado um acordo entre a AySA e a ACUMAR para a realização dos planos de expansão no período 2012-2018.

Autonomia e Recursos Financeiros. A ACUMAR conta atualmente com autonomia funcional e disponibilidade financeira própria. Para esses efeitos conta com recursos provenientes do Estado Nacional, da província de Buenos Aires e da Cidade de Buenos Aires, e conta com uma verba própria no Orçamento Nacional. Além disso, obteve um crédito do Banco Mundial, por 840 milhões de dólares para realizar obras de Saneamento Cloacal necessárias para a Bacia e a assistência financeira para a reconversão de indústrias.

Moradias. Foi disposta a entrada em operação de um Plano para a construção de moradias especialmente destinadas à população em risco da Bacia Matanza-Riachuelo. Este plano atingirá — na primeira etapa já em operação — 17.700 moradias e conta com uma verba orçamentária acordada que alcança 900 milhões de dólares.

Saúde. Foram elaborados os primeiros estudos de amostras e diagnóstico epidemiológico e foi colocado em operação o Sistema de Vigilância Ambiental. Também foram inaugurados 3 laboratórios toxicológicos.
Acesso público ao Rio. Foram iniciadas as ações de liberação das margens do curso principal do Matanza-Riachuelo para torná-lo novamente um bem público para toda a cidadania, já que se encontra totalmente invadido por construções, estacionamentos, indústrias e assentamentos populacionais em risco.

Fatores Chave de Sucesso

Como todas as questões que de alguma maneira marcam uma quebra na história, são o resultado de um conjunto de fatores que passamos a descobrir.

Clareza nas responsabilidades dos atores envolvidos. As organizações se apresentaram como

Buenos Aires and the City of Buenos Aires, with its own subhead within the National Budget. Likewise, it has obtained an 840 million dollar loan from the World Bank to carry out the Sewerage Sanitation construction work needed in the Basin as well as financial support for reconverting industries.

Housing. A Plan was set in motion to build housing especially intended for the population at risk in the Matanza-Riachuelo Basin. The first stage of this plan – which is already under way – will cover 17,700 homes and was granted a budgetary allocation of 900 million dollars.

Health. The first sampling and epidemiology diagnosis studies have been prepared, the Environmental Epidemiology Watch System is in place, and 3 toxicology labs have been inaugurated.

Public Access to the River. Work has been started on clearing the banks of the main course of the Matanza–Riachuelo River, so it may once again become a public asset for all the citizens, cluttered as it is at present by buildings, parking lots, industries and precarious settlements.

Key success factors

As tends to happen with all events that mark a historic watershed, they result from a series of factors which are listed below.
Clearly defined responsibilities for the parties

Factores clave de éxito

Como todas las cuestiones que de alguna manera marcan un quiebre en la historia, son resultado de un conjunto de factores que pasamos a describir.

Claridad en las responsabilidades de los actores involucrados. Las organizaciones se han presentado como facilitadoras, estimuladoras y acompañantes del proceso, entendiendo que era responsabilidad del Estado la ejecución y control último. Hacia el interior del Cuerpo Colegiado, también existen distintos roles y responsabilidades, divididos básicamente en temas legales, sociales e industriales.

Trabajo sobre una agenda común. El conjunto de organizaciones sociales participantes del proceso han trabajado en distintas instancias en el armado de una agenda común de trabajo, ya fuera al interior mismo del conjunto de organizaciones o bien con la Defensoría del Pueblo.

Las instituciones sociales debieron tener claro lo que buscaban, tomar conciencia que solos no podían avanzar y que trabajarían bajo el paraguas del Defensor del Pueblo, al que todos respetaban.

Para presentarse como Terceros en el caso por el Riachuelo, también se dieron una instancia de reflexión y articulación con el Defensor del Pueblo. Dada la constitución legal de este organismo, tanto el Defensor como el conjunto de organizaciones entendieron que, el primero, podría intervenir defendiendo los derechos humanos, frente a la omisión del Estado. En cambio las organizaciones sociales podrían extender el reclamo al sector privado, tan responsable como el Estado. Así fue que las organizaciones sociales se presentaron separadas del Defensor del Pueblo, como Terceros en la causa por el Riachuelo.

Posteriormente se acordaron otros pasos a seguir, como solicitar la formación de la Autoridad de Cuenca, que luego sería ACUMAR, y el pedido de conformación de una Comisión de Participación Ciudadana dentro de ACUMAR, que funcionaría a través de un reglamento.

Creación de un sistema mixto de control. Debido al trabajo de las organizaciones en el período previo al Fallo de 2008, la Corte entendió necesaria su continuidad dentro del proceso, creando un Cuerpo Colegiado, con la participación de organizaciones no gubernamentales y la coordinación del Defensor del Pueblo, Cuerpo que ha venido actuando como una red de seguridad para el acatamiento de lo resuelto en la sentencia.

Facultad de diálogo para forjar alianzas. Las organizaciones han podido construir un equipo de trabajo entre diversas instituciones, superando diferencias, bajo el paraguas del Defensor del Pueblo. En respuesta a la fragmentación

facilitadoras, estimuladoras e acompanhantes do processo, entendendo que era responsabilidade do Estado a execução e o controle final. No interior do Órgão Colegiado também existem diferentes funções e responsabilidades, divididos basicamente em assuntos legais, sociais e industriais.

Trabalho sobre uma agenda comum. O conjunto de organizações sociais participantes do processo trabalhou em diferentes instâncias na montagem de uma agenda comum de trabalho, seja com o interior mesmo do conjunto de organizações ou bem com a Defensoria do Povo.

As instituições sociais tiveram que ter clareza no que procuravam, estar cientes de que sozinhas não podiam avançar e que trabalhariam sob o amparo do Defensor do Povo, o qual todos respeitavam.

Para se apresentar como Terceiros no caso pelo Riachuelo, também se permitiram um instante de reflexão e articulação com o Defensor do Povo. Dada a constituição legal deste organismo, tanto o Defensor como o conjunto de organizações entenderam que, o primeiro poderia intervir defendendo os direitos humanos diante da omissão do Estado. Em compensação, as organizações sociais poderiam estender a reclamação ao setor privado, tão responsável quanto o Estado. Foi assim que as organizações sociais se apresentaram separadas do Defensor do Povo, como Terceiros na causa pelo Riachuelo.

Posteriormente, foram acordados outros passos a seguir, como solicitar a formação da Autoridade da Bacia, que depois passou a ser a ACUMAR, e o pedido de formação de uma Comissão de Participação Cidadã dentro da ACUMAR, que funcionaria através de um regulamento.

Criação de um sistema misto de controle. Devido ao trabalho das organizações no período prévio à Sentença de 2008, a Corte considerou que era necessária sua continuidade dentro do processo, criando um Órgão Colegiado, com a participação de organizações não governamentais e a coordenação do Defensor do Povo, Órgão que tem agido como uma rede de segurança para o acatamento do resolvido na sentença.

involved. The NGOs have carried out the function of facilitating, stimulating and accompanying the process, under the clear understanding that the responsibility for the final control and execution is assumed by the State. Within the Collegiate Body itself there are a number of roles and responsibilities, basically subdivided into those of a legal, social and industrial nature.

Working on a shared agenda. The group of social organizations participating in the process has worked on different stages of a common working agenda, both within the group of NGOs itself, and directly with the Ombudsman's office. The social institutions had to be clear about their aims and realize that they could not make any headway on their own and that they would have to work under the aegis of the Ombudsman, who was respected by all.

To bring a suit as Third Parties in the Riachuelo Case, they also worked hand-in-hand with the Ombudsman. Their cooperation was organized such that both the Ombudsman and the group of NGOs understood that the former, given its legal status, could intervene in the defense of human rights where the State was found lacking. On their side, the NGOs could extend the claim to the private sector, whose responsibility was as great as that of the State. Thus, the NGOs made a separate presentation from that of the Ombudsman, as Third Parties in the Riachuelo Case.

Subsequently, other steps were agreed on, such as creating the Basin Authority, later to be known as ACUMAR, and requesting the establishment of a Citizen Participation Commission within ACUMAR, to function in a regulated way.

Creation of a mixed control system. Due to the work carried out by the organizations prior to the 2008 Ruling, the Court accepted as necessary its continuing involvement in the process, creating a Collegiate Body with the participation of NGOs and the coordination of the Ombudsman. This body has been acting as a safety net to ensure compliance with the stipulations of the Ruling.

Authority to forge alliances through dialog. The NGOs have been able to construct a work team among the different institutions, transcending their different points of view, under the aegis of the Ombudsman. Countering the prevailing fragmentation,

imperante, las organizaciones han creado alianzas público-privadas con una orientación hacia la co-responsabilidad y la superación de acciones dispersas y discontinuas en la cooperación al desarrollo y la lucha por el acceso al agua.

Poder movilizador de recursos humanos. A partir de sus contactos en el ámbito social, de su trabajo, las organizaciones han sabido sumar profesionales e instituciones técnicas de altísimo nivel para que contribuyeran con el proceso, trabajando ad honorem, debido a su gran compromiso con el mismo.

Habilidad para acercar posiciones. A través de su capacidad de poder transmitir una problemática, las organizaciones lograron el apoyo del Defensor del Pueblo, quien comprendió la gravedad del tema y decidió tomar cartas en el asunto. En este proceso se logró acercar a esta institución, de reciente trayectoria, a las necesidades de una comunidad "sin voz". En el trabajo articulado de estos actores se logró que los gobiernos implicados articularan su trabajo en un organismo responsable de la Cuenca: ACUMAR.

Capacidad de generar procesos de diálogo y participación activa. Ha permitido abrir "desde abajo" la discusión sobre políticas ambientales del Estado. Asimismo desde el conjunto de las organizaciones, se propuso la creación de una Comisión de Participación Social de ACUMAR integrada por representantes de organizaciones con intereses en el área, obligación finalmente incorporada en la misma ley que dio origen a la Autoridad de Cuenca.

Búsqueda permanente de la participación ciudadana. Las organizaciones, además de promover la creación de la Comisión de Participación dentro de ACUMAR, realizaron reuniones por distritos, convocando a los vecinos y a las organizaciones sociales de cada zona, con el objetivo de que se involucraran en el control de las autoridades obligadas. A través de diversos mecanismos de concienciación, tales como cursos, marchas, charlas, caminatas y materiales de difusión, se logró la visibilidad y la instalación del tema, además de la convocatoria a los medios.

Voluntad de generar y dar a conocer públicamente información. Las instituciones entendieron la necesidad de ordenar y difundir información clave del caso, a la sociedad en general y en este sentido, elaboraron informes que se difundieron junto con registros de avances y retrocesos de las acciones del Estado. Esto significó facilitar el acceso, manejo y disposición de información; a la ciudadanía, a las autoridades implicadas, a los medios de comunicación, nacionales e internacionales, para facilitar la difusión, la instalación y la participación en el tema. Del mismo modo, participaron de las 4 audiencias públicas celebradas, donde expusieron información y dieron devolución al trabajo que estaba desarrollando ACUMAR.

Faculdade de diálogo para formar parcerias. As organizações puderam construir uma equipe de trabalho entre diversas instituições, superando diferenças, sob o amparo do Defensor do Povo. Em resposta à fragmentação imperante, as organizações criaram parcerias públicas-privadas orientadas para a co-responsabilidade e a superação de ações dispersas e descontinuas na cooperação ao desenvolvimento e à luta pelo acesso à água.

Poder mobilizador de recursos humanos. A partir dos contatos no âmbito social e de seu trabalho, as organizações souberam somar profissionais e instituições técnicas de altíssimo nível para que, devido a seu grande compromisso com o processo, trabalhassem ad honorem.

Habilidade para aproximar posições. Através de sua capacidade de poder transmitir uma problemática, as organizações conseguiram o apoio do Defensor do Povo, quem compreendeu a gravidade do assunto e decidiu intervir. Neste processo, foi possível aproximar esta instituição, de recente trajetória, das necessidades de uma comunidade "sem voz". No trabalho articulado destes participantes conseguiu-se que os governos envolvidos articulassem seu trabalho em um organismo responsável pela Bacia, ACUMAR.

Capacidade de gerar processos de diálogo e participação ativa. Permitiu abrir "desde abaixo" a discussão sobre políticas ambientais do Estado. Além disso, o conjunto das organizações propôs a criação de uma Comissão de Participação Social da ACUMAR integrada por representantes de organizações com interesses na área, obrigação finalmente incorporada na mesma lei que deu origem à Autoridade da Bacia.

Busca permanente da participação cidadã. As organizações, além de promover a criação da Comissão de Participação dentro da ACUMAR, realizaram reuniões por distritos, convocando os vizinhos e as organizações sociais de cada zona, visando o envolvimento deles no controle das autoridades obrigadas. Através de diversos mecanismos de conscientização, tais como cursos, marchas, palestras, caminhadas e materiais de divulgação, foi atingida a visibilidade e a instalação do assunto, além do convite aos meios.

the NGOs have created public-private alliances orientated towards co-responsibility and the elimination of disperse and piecemeal action in the areas of cooperation for development and water accessibility.

Mobilization of human resources. Based on their work and on using their social contacts, the NGOs have been able to gather professionals and high-level technical institutions to support the process, working pro bono, thanks to their high sense of commitment.

Skill in harmonizing interests. Through their ability to adequately communicate the problem, the NGOs obtained support from the Ombudsman, who understood the seriousness of the matter and decided to take it in hand. This process brought this relatively new Ombudsman's office close to understanding the needs of a "voiceless" community. Through the joint work of these agents the governments involved were able to work together within an agency responsible for the Basin: ACUMAR.

The ability to generate dialog processes and active participation has enabled the opening up of discussion on State environmental policies "from grassroots level". Likewise, from within the NGOs, there arose a proposal to create a Social Participation Commission made up of representatives of those organizations with interests in ACUMAR's area, finally incorporating this as an obligation in the law that originated the Basin Authority.

Ongoing search for citizen participation. In addition to promoting the creation of the Participation Commission within ACUMAR, the NGOs carried out district meetings, gathering the neighbors and NGOs in each area, with the purpose of involving them in the control of compliance by the responsible parties. Through different awareness strategies, such as seminars, street protests, talks, hikes and brochures and also by involving the media, the issue gained visibility and recognition within society.

Will to generate and publicly disseminate information. The institutions involved understood the need to generate and disseminate the key information on the case to the general public and, with this in mind, they prepared reports that were disclosed together with a record of the progress (or lack

Lectura sobre la coyuntura. El conjunto de organizaciones ha sabido aprovechar el momento histórico para instalar el tema en los medios de comunicación. Por ser un tema histórico de contaminación ambiental, los medios no se sentían atraídos a realizar nuevas coberturas sobre las denuncias que las instituciones sociales realizaban. Sin embargo en 2005, en el marco del conflicto de las pasteras [6] en el Río Uruguay y aprovechando la instalación mediática del tema, por la intervención del Estado, las instituciones que trabajaban en el Riachuelo lograron instalar nacionalmente la temática local.

Grupo social cohesionado y con claridad estratégica. Bajo la coordinación de la Defensoría del Pueblo, el conjunto de las organizaciones logró reunirse, en defensa de los derechos humanos, y actuar en una misma dirección. Se comprometieron poniendo en juego su prestigio, sabiendo que sus esfuerzos unilaterales podían no llegar lejos. Esto les ha permitido construir una agenda común de trabajo, trascendiendo diferentes intereses y motivaciones iniciales, todo un mensaje para los diversos niveles estatales involucrados. Dicho grupo social ya lleva 9 años de trabajo en conjunto.

Liderazgo democrático al interior del grupo. Las organizaciones sociales recibieron propuestas para separar su trabajo e iniciar reclamos por vía judicial individualmente, pero optaron por ir en conjunto y facilitar toda la información que fueran generando a los abogados que llevaban los casos particulares de vecinos afectados.

Recurso judicial como estrategia. Las organizaciones se incorporan como Terceros en la causa, con el objetivo de representar al interés público y asegurar la continuidad del proceso, más allá de cualquier transacción de los vecinos respecto a su demanda. Para esta presentación se dio una estrategia conjunta con el Defensor del Pueblo, a fin de representar intereses complementarios en la causa. La vía judicial es entendida como herramienta que permite romper con la inercia del Estado y su falta de respuesta frente a la problemática. Esta vía fue elegida debido a la ausencia de canales de diálogo entre Estado y Sociedad, entendiendo que el recurso judicial permitiría encarar demandas sociales. Así se logró que, por primera vez en la historia, la Corte se declarara competente en un tema de daño ambiental colectivo.

---

6 Los habitantes de Gualeguaychú, Argentina, se opusieron a la construcción de fábricas de pasta de celulosa en la ciudad uruguaya de Fray Bentos argumentando la contaminación del río Uruguay (compartido con Argentina). Durante cuatro años, se movilizaron y cortaron la ruta internacional y el puente que une a ambos países. Para más información: http://www.noalaspapeleras.com.ar/.

Vontade de gerar e dar a conhecer publicamente informação. As instituições perceberam a necessidade de ordenar e divulgar informação chave do caso, à sociedade em geral e, nesse sentido, elaboraram relatórios que foram divulgados junto com registros de avanços e retrocessos das ações do Estado. Isso significou facilitar o acesso, manejo e disposição de informação à cidadania, às autoridades envolvidas, aos meios de comunicação, nacionais e internacionais, para facilitar a divulgação, a instalação e a participação no assunto. Da mesma forma, participaram das 4 audiências públicas celebradas, onde expuseram informações e deram feedback ao trabalho que a ACUMAR estava desenvolvendo.

Leitura sobre a conjuntura. O conjunto de organizações soube aproveitar o momento histórico para instalar o assunto nos meios de comunicação. Por se tratar de um tema histórico de contaminação ambiental, os meios não se sentiam atraídos em realizar novas coberturas sobre as denúncias que as instituições sociais realizavam. Porém, em 2005, no marco do conflito das "pasteiras" (fábricas de pasta de celulose) no Rio Uruguai e aproveitando a instalação mediática da problemática, pela intervenção do Estado, as instituições que trabalhavam no Riachuelo conseguiram instalar nacionalmente a temática local.

Grupo social coeso e com clareza estratégica. Sob a coordenação da Defensoria do Povo, o conjunto das organizações conseguiu se reunir, em defesa dos direitos humanos, e agir em um mesmo rumo. Comprometeram-se, colocando em jogo seu prestígio, sabendo que seus esforços unilaterais podiam não chegar longe. Isto lhes permitiu construir uma agenda comum de trabalho, transcendendo diferentes interesses e motivações iniciais, toda uma mensagem para os diversos níveis estatais envolvidos. Esse grupo social já leva 9 anos de trabalho em conjunto.

Liderança democrática ao interior do grupo. As organizações sociais receberam propostas para separar seu trabalho e iniciar reclamações pela via judicial individualmente, mas optaram por ir em conjunto e proporcionar toda a informação que fossem gerando aos advogados que levavam os casos particulares de vizinhos afetados.

of it) made by the State. This meant ensuring availability of and access to information as well as the means to handle it for citizens, the authorities involved and the local and international media, in order to enhance its dissemination, raise awareness on the issue and facilitate social participation. Similarly, they took part in the 4 public hearings that were held, where they disclosed information and provided feedback on ACUMAR's work.

Raising awareness on the issue. The group of NGOs has been able to take advantage of this historic moment to raise awareness on the issue among the media. As this is a historical environmental pollution matter, the media were not interested in new coverage of the complaints by the social organizations. However, in 2005, within the framework of the protests against the wood pulp[6] plants on the Uruguay River, and taking advantage of the media attention driven by the State, the organizations working on the Riachuelo Case managed to obtain national coverage for this local matter.

Cohesive social group with a clear strategy. Under the coordination of the Ombudsman's office, the group of organizations was able to gather in defense of human rights and act together. They committed themselves, bringing their reputation into play and knowing that their unilateral efforts would not achieve much. This allowed them to create a common working agenda, transcending their various interests and motivations, and sending a clear message to all the different State agencies involved. This social group has already been working together for 9 years now.

Democratic leadership within the group. The social organizations were invited to work separately and bring lawsuits individually. However, they chose to join forces, providing all the information they generated to the lawyers who were acting on behalf of the plaintiff neighbors.

Legal remedy as a strategy. The organizations act as third

6 The inhabitants of Gualeguaychú, Argentina, opposed the building of wood pulp cellulose plants in the Uruguayan city of Fray Bentos. Therefore, claiming the pollution of the Uruguay River – a shared boundary with Argentina –, they mobilized and for four years they manned a roadblock on the international highway and the bridge connecting the two countries. For further information: http://www.noalaspapeleras.com.ar/

Capacidad de pensar a largo plazo. Las organizaciones entendieron que la problemática de la CMR no podía ser resuelta con acciones aisladas y con distintas autoridades actuando en el tema. Por ello tuvieron la visión estratégica de proponer la creación de la Autoridad de Cuenca como instancia inter y supra jurisdiccional, dotada de plena autonomía, autarquía, regulación y control integral de la cuenca y solicitando que la misma presentara un Plan de Saneamiento técnicamente sólido, claro y que pudiese contar con el más amplio consenso social, constituyéndose así en el eje de una Política de Estado para el Riachuelo.

Mirada integral sobre la problemática. Se logró instalar un enfoque integral sobre la problemática, que implica la defensa y protección del derecho a la salud, entendiendo que el saneamiento de la cuenca es tan importante como erradicar las fuentes de contaminación en pos de la protección de los ciudadanos, pero que es clave avanzar simultáneamente con la extensión de redes de agua potable y de desagües cloacales.

En este sentido cabe remarcar que si bien el Fallo de 2008 de la Corte Suprema de Justicia, no hace referencia a la obligación por parte del Estado de proveer agua potable a la totalidad de la población, las organizaciones sociales que integran el Cuerpo Colegiado, en conjunto con el Defensor del Pueblo y el Juez Federal de Quilmes, han logrado que el caso tuviera un enfoque integral, reflejado en el Plan Director de AySA, en confluencia con el Plan de Saneamiento Integral de ACUMAR.

Política tutelada por la Justicia. El hecho de que fuera una orden de la Corte Suprema de la Justicia la que determinara plazos, hizo que se tratara de un caso distinto, que no se rige por los plazos de la burocracia estatal. Al disponer la obligación legal de recomponer el daño ambiental existente en la cuenca, se exige a las autoridades resultados concretos para garantizar el mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes.

Factores externos que facilitaron este modelo

Una nueva Corte, autónoma y "ambiental". En el año 2003, a través del decreto presidencial 222, se modificó el sistema de integración del Tribunal. Varias de las organizaciones que participaron del caso Riachuelo, fueron artífices del documento "Una Corte para la democracia", texto que incidió directamente en dicho Decreto, al proponer que el nombramiento de jueces de la Corte dejara de ser discrecional y que pasara por rigurosos exámenes.

Con la causa del Riachuelo la Corte supo que estaba ante un conflicto de enorme gravedad, según los informes presentados por la Auditoría General de

Recurso judicial como estratégia. As organizações se incorporam como Terceiros na causa, com o objetivo de representar o interesse público e garantir a continuidade do processo, além de qualquer transação dos vizinhos a respeito da sua demanda. Para esta apresentação houve uma estratégia conjunta com o Defensor do Povo, a fim de representar interesses complementares na causa. A via judicial é entendida como a ferramenta que permite quebrar a inércia do Estado e sua falta de resposta diante da problemática. Esta via foi escolhida devido à ausência de canais de diálogo entre o Estado e a Sociedade, entendendo que o recurso judicial permitiria encarar demandas sociais. Foi assim como se conseguiu que, por primeira vez na história, a Corte se declarasse competente em um assunto de dano ambiental coletivo.

Capacidade de pensar a longo prazo. As organizações entenderam que a problemática da BMR não podia ser resolvida com ações isoladas e com diferentes autoridades atuando no tema. Por isso, tiveram a visão estratégica de propor a criação da Autoridade da Bacia como instância inter e supra-jurisdicional, com plena autonomia, autarquia, regulação e controle integral da bacia, e solicitando que ela apresentasse um Plano de Saneamento tecnicamente sólido, claro e que pudesse contar com o mais amplo consenso social, constituindo-se assim no eixo de uma Política de Estado para o Riachuelo.

Olhar integral sobre a problemática. Foi possível instalar um enfoque integral sobre a problemática, que envolve a defesa e a proteção do direito à saúde, entendendo que o saneamento da bacia é tão importante quanto erradicar as fontes de contaminação em prol da proteção dos cidadãos, mas que é fundamental avançar simultaneamente com a extensão de redes de água potável e de esgotos cloacais.

Nesse sentido, cabe salientar que se bem a Sentença de 2008 da Corte Suprema de Justiça não faz referência à obrigação por parte do Estado de fornecer água potável à totalidade da população, as organizações sociais que integram o Órgão Colegiado, em conjunto com o Defensor do Povo e o Juiz Federal de Quilmes, conseguiram que o caso tivesse uma abordagem integral, refletida no Plano Diretor da AySA, em conjunto com o Plano de Saneamento Integral da ACUMAR.

parties in the lawsuit, with the purpose of representing public interest and ensuring the continuity of the process, above and beyond any individual settlements by neighbors. As part of this presentation a joint strategy was developed together with the Ombudsman, in order to represent the interests accompanying and reinforcing the main cause. Legal remedies were used as tools enabling a breakaway from the State's inertia and its lack of response to the problem. This mode of action was chosen due to the inexistence of venues for dialog between the State and Society, with the understanding that legal remedies would enable social demands to be met. Thus for the first time in history, the Court declared itself competent in a case of collective environmental damage.

Long-term thinking ability. The organizations understood that the MRB issues could not be resolved through isolated actions and the piecemeal intervention of different authorities. This is why they had the strategic vision of proposing the creation of the Basin Authority as an instance of inter and supra-jurisdictional appeal, endowing it with absolute autonomy, autarchy, regulation and overall control of the Basin and requiring it to submit a technically solid and clear Sanitation Plan that would enjoy widespread social consensus, thus converting it into the cornerstone of a State policy for the Riachuelo River.

Global overview of the issue. An global approach to the problem was laid out, involving the defense and protection of health-related rights, with the understanding that the Basin's sanitation is just as important for the protection of citizens as the eradication of the sources of pollution, and that a key action to achieve this is advancing simultaneously with the extension of the drinking water and sewerage networks.

Hence, it is worth mentioning that although the Supreme Court's 2008 Ruling makes no reference to the State's obligation to supply drinking water to all of the population, the social organizations forming the Collegiate Body, together with the Ombudsman and the Federal Judge of Quilmes, have given this case a global approach, reflected in AySA's Master Plan, jointly with ACUMAR's Overall Sanitation Plan.

la Nación y la Defensoría del Pueblo de la Nación. A esto se le suma la enorme trascendencia que por esos días tenía el problema por la construcción de las pasteras en Fray Bentos, que motivara el reclamo de la Argentina ante la Corte Internacional de Justicia de La Haya. Todos estos elementos fueron los que se conjugaron para que la Corte se autodefiniera en este auto inicial de la Causa "Mendoza, Beatriz", como "Corte ambiental"[7].

El compromiso del Defensor del Pueblo. Otro gran factor clave en el éxito de este modelo fue que las organizaciones lograran trabajar con el Defensor de la Nación, en una confluencia de intereses. Desde su rol, el Defensor asumió la causa y trabajó arduamente por ella, al tiempo que se apoyó fuertemente en las organizaciones sociales, entendiendo que el tema lo excedía.

El protagonismo del Juez Federal de Quilmes. Con el objeto de garantizar inmediatez en las decisiones y el efectivo control jurisdiccional del cumplimiento de su fallo, la Corte delegó el proceso de ejecución de la sentencia en el Juzgado Federal de Primera Instancia de Quilmes que para ese entonces llevaba pocos meses de creado y no se encontraba colapsado de casos como ocurría en el resto de los juzgados. El Juzgado Federal de Quilmes adoptó un rol activo, trascendiendo las cuestiones puramente legales y/o jurisdiccionales, dirigiendo sus acciones a la consecución de los objetivos establecidos en el fallo de la Corte Suprema.

7 Néstor Cafferatta, "El tiempo de las Cortes Verdes", La Ley, Buenos Aires, 21 de marzo de 2007, B-423, pp. 8.

Política tutelada pela Justiça. O fato de que fosse uma ordem da Corte Suprema de Justiça a que determinasse prazos, fez com que se tratasse de um caso diferente, que não se rege pelos prazos da burocracia estatal. Ao dispor a obrigação legal de recompor o dano ambiental existente na bacia, exige-se das autoridades resultados pontuais para garantir a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Fatores externos que facilitaram este modelo

Uma nova Corte, autõnoma e "ambiental". No ano 2003, através do decreto presidencial 222, foi modificado o sistema de integração do Tribunal. Várias das organizações que participaram do caso Riachuelo foram artífices do documento "Uma Corte para a democracia", texto que incidiu diretamente nesse Decreto, ao propor que a designação de juízes da Corte deixasse de ser discricionária e que passasse por rigorosos exames.

Com a causa do Riachuelo a Corte soube que estava diante de um conflito de enorme gravidade, conforme os relatórios apresentados pela Auditoria Geral da Nação e a Defensoria do Povo da Nação. Além disso, a grande transcendência que nesses dias tinha o problema pela construção das fábricas de celulose em Fray Bentos, que tinha motivado a reclamação da Argentina diante da Corte Internacional de Justiça de La Haya. Todos estes elementos foram os que se conjugaram para que a Corte se definisse neste caso inicial da Causa "Mendoza, Beatriz", como "Corte ambiental".

O compromisso do Defensor do Povo. Outro grande fator chave no sucesso deste modelo foi que as organizações conseguiram trabalhar com o Defensor da Nação em uma confluência de interesses. Desde sua função, o Defensor assumiu a causa e trabalhou arduamente por ela, com base no forte apoio das organizações sociais, compreendendo que o assunto o superava.

O protagonismo do Juiz Federal de Quilmes. Com o objetivo de garantir decisões imediatas e o efetivo controle jurisdicional do cumprimento de sua sentença, a Corte delegou o processo de execução da sentença no Tribunal Federal de Primeira Instância de Quilmes, que a essa altura levava poucos meses de

Legally guaranteed policy. The fact that the deadlines were established by an order from the Supreme Court of Justice made this case different from others since it was not governed by the timescales of the State's bureaucracy. Once the legal obligation of repairing environmental damage in the Basin was established, concrete results were demanded from the authorities to guarantee the inhabitants' quality of life.

External factors beneficial for this model

A new, autonomous and "environmental" Court. In 2003, through Presidential Decree 222, the Supreme Court's election procedure was amended. Several of the organizations participating in the Riachuelo Case had a hand in preparing the document "A Court for Democracy", whose text directly influenced the above Decree, when it proposed that the appointment of the Court's judges should no longer be discretionary, but should instead be subjected to a rigorous examination process.

In the Riachuelo Cause, the Court knew it was dealing with an extremely serious conflict, according to reports submitted by the National General Audits Department and the National Ombudsman's Office. The significance of the problem was further enhanced by the protests over the building of the wood pulp plants in Fray Bentos, motivating Argentina's appeal to the Hague International Court of Justice. The combination of all of these factors made the Court define itself in the initial writ corresponding to the Cause "Mendoza, Beatriz" as an "Environmental Court"[7].

The Ombudsman's commitment. Another key factor in the success of this model was the fact that the organizations managed to work together with the National Ombudsman in their mutual interest. From his role, the Ombudsman adopted the cause and poured all his efforts into it, while leaning heavily on the social organizations' support, well aware that he could not resolve the issue on his own.

The prominence of the Federal Judge of Quilmes.

---

[7] Néstor Cafferatta, "El tiempo de las Cortes Verdes", La Ley, Buenos Aires, March 21, 2007, B-423, p. 8.

El titular del tribunal tuvo presencia permanente en el territorio de la Cuenca, celebrando numerosas audiencias a efectos de escuchar e intercambiar criterios con la ACUMAR, las autoridades municipales, empresas de servicios públicos, las organizaciones sociales, el Defensor del Pueblo y demás actores involucrados.

Factores internos que obstaculizaron el modelo

Falta de mayores recursos económicos para las Organizaciones de la Sociedad Civil (OSCs). Las organizaciones sociales que participan del Cuerpo Colegiado no cuentan con recursos del Estado para llevar adelante esta tarea encomendada por la Corte Suprema. Ese factor es clave para el trabajo y la exigencia depositada en el Cuerpo Colegiado, quien tiene hoy una gran responsabilidad de co-control sobre ACUMAR.

La falta de recursos hace más difícil que las instituciones integrantes puedan dedicar recursos humanos solo a esta causa, o que puedan contratar consultores externos y expertos en determinadas temáticas.

Si bien las organizaciones sostienen que no dejarán el caso de lado, el inconveniente que se presenta es de qué modo pueden y podrán sostener en el largo plazo el trabajo que la causa les demanda.

Entre las consecuencias negativas que podrían citarse debido a este factor, el Cuerpo Colegiado no ha podido hasta el momento llevar adelante una actividad significativa para promover mayor participación de los ciudadanos y para recibir denuncias y sugerencias sobre las distintas problemáticas de la CMR.

"Voluntarismo" por parte de las OSCs. No existió una planificación de largo aliento por parte de las organizaciones sociales, ya que todas se sumaron a la causa por convicción y fueron resolviendo los inconvenientes a medida que se presentaron. Supieron aprovechar los momentos históricos, pero no tuvieron la posibilidad de plantear el trabajo a futuro. En parte esto se debe a que durante todo el proceso previo al Fallo no tenían expectativas muy fundadas.

Factores externos que obstaculizaron el modelo

La política y los resultados a corto plazo. Para las organizaciones sociales, éste es un caso que demandará un trabajo de 15 a 20 años para ser resuelto, en la medida en que se cumplan con las obligaciones y responsabilidades de cada

criado e não se encontrava com um colapso de casos como ocorria com o resto dos tribunais. O Tribunal Federal de Quilmes adotou um papel ativo, ultrapassando as questões puramente legais e/ou jurisdicionais, encaminhando suas ações à consecução dos objetivos estabelecidos na sentença da Corte Suprema.
O titular do tribunal teve presença permanente no território da Bacia, celebrando numerosas audiências a fim de escutar e intercambiar critérios com a ACUMAR, as autoridades municipais, as empresas de serviços públicos, as organizações sociais, o Defensor do Povo e demais atores envolvidos.

Fatores internos que obstaculizaram o modelo

Falta de maiores recursos econõmicos para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). As organizações sociais que participam do Órgão Colegiado não contam com recursos do Estado para levar adiante esta tarefa encomendada pela Corte Suprema. Este fator é fundamental para o trabalho e a exigência depositada no Órgão Colegiado, que hoje tem uma grande responsabilidade de co-controle sobre a ACUMAR.

A falta de recursos faz com que seja mais difícil que as instituições integrantes possam dedicar recursos humanos só a esta causa, ou que possam contratar consultores externos e expertos em determinadas temáticas.
Se bem que as organizações manifestam que não vão deixar o caso de lado, o inconveniente que surge é de que maneira podem e poderão sustentar no longo prazo o trabalho que a causa lhes exige.

Entre as conseqüências negativas que se podem mencionar devido a este fator, o Órgão Colegiado não pôde até o momento levar adiante uma atividade significativa para promover maior participação dos cidadãos e para receber denúncias e sugestões sobre as diferentes problemáticas da BMR.

"Voluntarismo" por parte das OSCs. Não existiu um planejamento de grande estímulo por parte das organizações sociais, já que todas se somaram à causa por convicção e foram resolvendo os inconvenientes à medida que se apresentavam.

Seeking to ensure celerity in the decision-making process and the effective jurisdictional control of compliance with its ruling, the Court delegated the execution process of the same to the Federal First Instance Court of Quilmes, which had then only been in existence for a few months and therefore was not overwhelmed with cases, as were most of the other courts. The Federal Court of Quilmes took an active role, exceeding mere legal or jurisdictional formalities and directing its activity towards the attainment of the objectives established by the Supreme Court's decision.

The head of the Court was personally present at all times in the Basin area, holding numerous hearings to obtain information and exchange points of view with ACUMAR, municipal authorities, utility firms, social organizations, the Ombudsman and the other parties involved.

Internal factors obstructing the model

Lack of adequate funding on the part of the Civil Society Organizations (CSOs). The social organizations within the Collegiate Body have no access to government funding to carry out the task entrusted to them by the Supreme Court. This is a key factor in the demanding work required of the Collegiate Body, which now assumes the great responsibility of jointly supervising the work of ACUMAR.

The lack of funding hampers the participant institutions from dedicating human resources exclusively to this cause, or from hiring third-party consultants and experts in specific areas. Although the organizations insist they will not abandon the cause, the main concern is how they will be able to sustain the level of work demanded by the cause over time.

Among the negative consequences that could result from this factor, the Collegiate Body has not as yet been able to actively and significantly promote a greater degree of citizen participation and act as the repository of grievances and suggestions in regard to the different issues in the MRB.

"Voluntarism" within the CSOs. There was no long term

actor involucrado. Estos tiempos no se corresponden con la agenda política, que precisa de resultados a corto plazo.

Falta de visión estratégica integral. Desde el ámbito político no existe una estrategia sobre el ordenamiento ambiental, sobre políticas de reconversión industrial y de atención sanitaria y hay una ausencia de instancias de diálogo para involucrar a distintos sectores sociales.

Numerosas jurisdicciones involucradas. La problemática de la CMR ha estado ausente en la agenda pública, agravada por una confusa cantidad de jurisdicciones afectadas, deslindes de responsabilidades entre autoridades competentes y marcos regulatorios que jamás lograron abordar integralmente los conflictos que se suscitaban. Coexisten en la CMR 17 jurisdicciones, con 29 organismos competentes en la temática y sobre su territorio rigen más de medio centenar de normas.

Ministerio Público ausente. El Ministerio, con sus fiscales, no intervino en la causa en defensa de los intereses públicos, debiendo asumir este rol el Defensor del Pueblo y las organizaciones sociales, conformando el Cuerpo Colegiado. Si bien su ausencia dio lugar a la participación de otros actores, la misma provocó una gran demora el proceso, dado que no existe otro organismo con la misma capacidad legal, técnica, humana y económica para encarar un caso como este.

Autoridad de Cuenca centralizada. La creación de ACUMAR no contempla las facultades locales de cada jurisdicción que es parte de la cuenca, concentrándose el poder en mano del Estado nacional, y anulando de cierta manera la coordinación y las capacidades de cada jurisdicción. El organismo no ha generado instancias de participación ciudadana, como así tampoco ha logrado instalar hasta el momento un sistema de información para el público, elemento clave para promover la participación en todos los procesos de toma de decisiones.

A su vez desde ACUMAR no se valora el trabajo de las ONGs intervinientes en el Cuerpo Colegiado, evaluando su accionar como carente de legitimidad para defender los intereses de los habitantes de la CMR, y que además, sus exigencias para poner en práctica los sistemas de acceso a la información y a la participación –que responden a lo dictado por la Corte- son contradictorias con las medidas urgentes que la Autoridad de Cuenca debe tomar para paliar la grave situación que padecen los habitantes de la CMR.

"Los sin voz". La población de la Cuenca es, en su gran mayoría, de escasos recursos económicos y se trata de un sector no escuchado por la sociedad en general. A este factor se suma que las veces que han reclamado o se han

Souberam aproveitar os momentos históricos, mas não tiveram a possibilidade de apresentar o trabalho futuro. Isto se deve, em parte, a que durante todo o processo prévio à Sentença não tinham expectativas muito fundadas.

Fatores externos que obstaculizaram o modelo

A política e os resultados a curto prazo. Para as organizações sociais, este é um caso que demandará um trabalho de 15 a 20 anos para ser resolvido, na medida em que sejam cumpridas as obrigações e responsabilidades de cada ator envolvido. Estes tempos não se correspondem com a agenda política, que precisa de resultados a curto prazo.

Falta de visão estratégica integral. Desde o âmbito político não existe uma estratégia sobre o ordenamento ambiental, sobre as políticas de reconversão industrial e de atendimento sanitário, e há uma ausência de momentos de diálogo para envolver diferentes setores sociais.

Numerosas jurisdições envolvidas. A problemática da BMR esteve ausente na agenda pública, agravada por uma confusa quantidade de jurisdições afetadas, delimitação de responsabilidades entre autoridades competentes e marcos regulatórios que jamais conseguiram abordar integralmente os conflitos que se apresentavam. Coexistem na BMR 17 jurisdições, com 29 organismos competentes na temática e sobre seu território regem mais de meia centena de normas.

Ministério Público ausente. O Ministério, com seus fiscais, não interveio na causa em defesa dos interesses públicos, devendo assumir este papel o Defensor do Povo e as organizações sociais, formando o Órgão Colegiado. Se bem que a ausência deu lugar à participação de outros atores, ela provocou uma grande demora no processo, dado que não existe outro organismo com a mesma capacidade legal, técnica, humana e econômica para encarar um caso como este.

Autoridade da Bacia centralizada. A criação da ACUMAR não contempla as faculdades locais de cada jurisdição que faz parte da bacia, sendo concentrado o poder em mãos

planning on the part of the social organizations, since they all joined the cause based on their conviction and dealt with the problems as they appeared. They were able to take advantage of the historic moment, but were unable to map out an action plan for the future. This is partly due to the fact that during the whole process prior to the Ruling their expectations had been at a low level.

External factors obstructing the model

Politics and short term results. For the social organizations, resolving this cause will take 15 to 20 years of steady work, as long as each party involved complies with his obligations and responsibilities. This timeline does not tally with that of political agendas that demand short term results.
Lack of global strategic vision. In the political sphere there is no strategy on environmental management, industrial reconversion policies and sanitation, and there is a striking lack of opportunities for dialog in order to involve the different social sectors.

High number of jurisdictions involved. The MRB issue has disappeared from the public agenda. This situation has been exacerbated by the confusingly high number of jurisdictions involved, the demarcation of responsibility among the competent authorities and the regulatory frameworks that were never totally able to deal with the conflicts as they arose. Within the MRB there are 17 jurisdictions, with 29 organizations dealing with this issue, and over fifty different regulations are in force within the area.

The Public Ministry's absence. Neither the Ministry nor its attorneys intervened in the cause in the defense of public interest, leaving this role to the Ombudsman and the social organizations that make up the Collegiate Body. Although other parties eventually made up for its absence, this caused a major delay in the process, since it was the only organism at the time with the legal, technical, human and economic solvency to deal with such a case.

Centralized Basin Authority. When ACUMAR was created, the local faculties of each jurisdiction forming part of the Basin were not taken into account, leaving power concentrated in the

movilizado por el tema, han recibido a cambio falsas promesas de solución, lo que ha acentuado su falta de expectativas y credibilidad.

Una problemática naturalizada. El caso del Riachuelo, es un caso de contaminación histórico que comenzó en el 1800, con la implementación de Saladeros sobre sus orillas. A partir de entonces diversos gobiernos iniciaron planes de saneamiento, o al menos esbozaron promesas, sin llegar a cumplir nada de todo ello. Estos elementos contribuyen a que la sociedad en su conjunto entienda que el caso del Riachuelo es un caso perdido, y por lo tanto naturalizado y olvidado.

Resumen

El litigio estratégico seguido por las organizaciones sociales argentinas resultó una herramienta válida para generar incidencia en los ámbitos de decisión estatal, primero a nivel del máximo órgano judicial y luego a nivel de la articulación inter-jurisdiccional de los gobiernos federales, provinciales y municipales. El dictado del fallo en la causa Mendoza habilitó a las organizaciones a continuar el monitoreo del Plan de Saneamiento y a incidir ante otros actores –como el Juez Federal o la empresa AySA- para que se incluyera la planificación de la extensión de las redes de agua potable a toda la población que vive en la Cuenca. La inclusión laboral de pobladores mediante la conformación de cooperativas de trabajo para este propósito va en camino de concretar ese objetivo, para que millones de personas hoy sin acceso al agua de red, la puedan obtener en un plazo razonable.

do Estado nacional, e anulada de certa maneira a coordenação e as capacidades de cada jurisdição. O organismo não tem gerado espaços de participação cidadã, assim como também não conseguiu instalar até o momento um sistema de informação para o público, elemento chave para promover a participação em todos os processos de tomada de decisões.

Por sua vez, na ACUMAR não é valorizado o trabalho das ONGs intervenientes no Órgão Colegiado, sendo avaliando seu acionar como carente de legitimidade para defender os interesses dos habitantes da BMR, e que além disso, suas exigências para levar à prática os sistemas de acesso à informação e à participação — que respondem ao indicado pela Corte — são contraditórias com as medidas urgentes que a Autoridade da Bacia deve tomar para paliar a grave situação que padecem os habitantes da BMR.

"Os sem voz". A população da Bacia é, na grande maioria, de escassos recursos econômicos e se trata de um setor que não é escutado pela sociedade em geral. Além desse fator, cabe mencionar que às vezes que reclamaram ou se mobilizaram pelo assunto receberam em compensação falsas promessas de solução, o qual acentuou sua falta de expectativas e credibilidade.

Uma problemática naturalizada. O caso do Riachuelo é um caso de contaminação histórico que começou em 1800, com a implementação de saladeros (lugar para salgar a carne) na sua margem. A partir de então, diversos governos iniciaram planos de saneamento, ou pelo menos fizeram promessas, sem chegar a cumprir nada de tudo isso. Estes elementos contribuem para que a sociedade em seu conjunto entenda que o caso do Riachuelo é um caso perdido, e portanto naturalizado e esquecido.

Resumo

O litígio estratégico seguido pelas organizações sociais argentinas resultou uma ferramenta válida para gerar incidência nos âmbitos de decisão estatal, primeiro em nível de máximo órgão judicial e depois em nível da articulação inter-jurisdicional dos governos federais, provinciais e municipais. O proferimento da sentença na causa Mendoza habilitou as organizações para continuar o monitoramento do Plano de Saneamento e influenciar outros

hands of the National State, and thus to some extent voiding the coordination and powers of each jurisdiction. The organism has not generated opportunities for citizen participation, nor has it been able to implement a public information system to date, a key item in promoting participation in all decision-making processes.

Also, within ACUMAR the work of the NGOs that make up the Collegiate Body is not properly valued, and their activity is seen as lacking legitimacy for the defense of the interests of the MRB's inhabitants. Additionally their demands for the immediate implementation of the systems of information access and citizen participation – as per the Court Ruling – come into conflict with the urgent measures that the Basin Authority must take to ease the serious issues affecting the MRB's inhabitants.

"Voicelessness". Most of the Basin population is impoverished, and this sector is largely unheard by society in general. This situation is compounded by the fact that whenever they have expressed grievances or mobilized in regard to this issue, they have received blatantly false promises of a solution, diminishing their expectations and reducing the authorities' credibility.

Endemic problem. The Riachuelo Case is a historical case of pollution which started back in 1800, when meat-salting slaughterhouses were installed on its banks. From then on, different governments proposed sanitation plans, or at least made unfulfilled promises, all coming to nothing. These precedents contributed to the generalized belief in society that the Riachuelo Case was a lost cause, and was an endemic problem to be accepted and forgotten.

Summary

The strategic litigation procedure adopted by Argentine social organizations proved itself to be a valid tool for generating incidence within the government decision-making sphere, initially at supreme court level and then at the level of the inter-jurisdictional action of federal, provincial and municipal governments. The Court decision in the Mendoza Case empowered the social organizations to continue monitoring the Sanitation Plan and to influence other parties – such as the Federal Judge or the AySA firm – in order to include the planning of water network

Para mayor información

Fundación Ambiente y Recursos Naturales: http://www.farn.org.ar/

Asociación de Vecinos La Boca: http://www.avelaboca.org.ar/sitio/

Greenpeace:http://www.greenpeace.org/argentina/contaminaci-n/agua/riachuelo

Defensoría del Pueblo de la Nación: http://wwwdpn.gob.ar/main.php?cnt=101&ms=area.3

ACUMAR: http:// www.acumar.gov.ar/

AySA: http://www.aysa.com.ar/

Agradecemos la colaboración de Alfredo Alberti, presidente de la AVLB y Andrés Nápoli, Director del Área Riachuelo de FARN y ambos representantes de sus organizaciones en el Cuerpo Colegiado, de Juan Pedro Cano de FARN y de Juan Carlos Penco de AVLB.

atores — como o Juiz Federal ou a empresa AySA — a fim de que fosse incluído o planejamento da extensão das redes de água potável a toda a população que mora na Bacia. A inclusão no trabalho dos moradores por meio da formação de cooperativas de trabalho para este propósito vai a caminho de atingir esse objetivo, para que milhões de pessoas hoje sem acesso à água de rede, possam obtê-la em um prazo razoável.

Para mais informações:
Fundação Ambiente e Recursos Naturais: http://www.farn.org.ar/
Associação de Vizinhos La Boca: http://www.avelaboca.org.ar/sitio/
Greenpeace: http://www.greenpeace.org/argentina/contaminaci-n/agua/riachuelo
Defensoria do Povo da Nação: http://www.dpn.gob.ar/main.php?cnt=101&ms=area3
ACUMAR. http://www.acumar.gov.ar/
AySA: http://www.aysa.com.ar/

Agradecemos a colaboração de Alfredo Alberti, presidente da AVLB e Andrés Nápoli, Diretor da Área Riachuelo da FARN e ambos os representantes de suas organizações no Órgão Colegiado, de Juan Pedro Cano da FARN e de Juan Carlos Penco da AVLB.

expansion to the whole of the population living in the Basin. Job creation for the local population through the establishment of work cooperatives for this purpose contributed to the achievement of the overall objective, and millions of people who today have no access to drinking water on tap may be able to obtain it within a reasonable period of time.

For further information:
Fundación Ambiente y Recursos Naturales: http://www.farn.org.ar/
Asociación de Vecinos La Boca: http://www. avelaboca.org.ar/sitio/
Greenpeace: http://www.greenpeace.org/argentina/contaminaci-n/agua/riachuelo
Defensoría del Pueblo de la Nación (National Ombudsman's Office): http://www.dpn.gob.ar/main.php?cnt=101&ms=area3
ACUMAR: http://www.acumar.gov.ar/
AySA: http://www.aysa.com.ar/

We thank Alfredo Alberti, AVLB President, and Andrés Nápoli, FARN Director for the Riachuelo Area, as well as both representatives of their organizations in the Collegiate Body, Juan Pedro Cano of FARN and Juan Carlos Penco of AVLB, for their cooperation.

Toma de decisiones

Interacción con Gobiernos

Tecnología empleada

Gobernabilidad

Alianzas

Financiamiento

Resolución de conflictos

Desafíos

Población atendida

Geografía

Cómo surgen

Cantidad

Institucionalidad

Factores clave de éxito

Contexto

Historia